



Histórias e relatos
sobre mulheres que constroem
a agricultura e a pesca capixaba



QUEM SÃO ELAS?

HISTÓRIAS E RELATOS SOBRE MULHERES QUE
CONSTROEM A AGRICULTURA E A PESCA CAPIXABA

Organizadoras:

Patrícia Ferraz do Nascimento

Alessandra Maria da Silva

Vanessa Alves Justino Borges

Cristiane Gianezi da Silveira

Vitória-ES

2023

© 2023 - Incaper
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Rua Afonso Sarlo, 160, Bento Ferreira, Vitória-ES, Brasil
CEP 29.052-010. Telefones: (27) 3636-9888 / 3636-9846
<https://incaper.es.gov.br>
<https://editora.incaper.es.gov.br>
coordenacaoeditorial@incaper.es.gov.br

ISBN: 978-85-89274-41-8
DOI: 10.54682/livro.9788589274418
Editor: Incaper
Formato: Impresso e digital
Tiragem: 300
Junho/2023

Conselho Editorial
Antonio Elias Souza da Silva – Presidente
Agno Tadeu da Silva
Anderson Martins Pilon
André Guarçoni Martins
Fabiana Gomes Ruas
Felipe Lopes Neves
José Aires Ventura
José Altino Machado Filho
José Salazar Zanuncio Junior
Marianna Abdalla Prata Guimarães
Mauricio Lima Dan
Vanessa Alves Justino Borges

Aparecida L. do Nascimento – Coordenadora Editorial
Marcos Roberto da Costa – Coordenador Editorial Adjunto

Equipe de Produção
Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: Balaio Design + Estratégia
Revisão Textual: Balaio Design + Estratégia
Ficha Catalográfica: Merielem Frasson da Silva

Fotos: Crédito nas imagens
Ilustrações: Balaio Design + Estratégia

Todos os direitos reservados nos termos da Lei 9.610/1998, que resguarda os direitos autorais. É proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio ou forma, sem a expressa autorização do Incaper e dos autores.

Incaper
Biblioteca Rui Tendinha
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q3 Quem são elas : histórias e relatos sobre mulheres que constroem a agricultura e a pesca capixaba / Organizadoras Patrícia Ferraz do Nascimento ... [et al]. – Vitória, ES : Incaper, 2023. 170p.: Color. ; 21 x 28 cm.

ISBN 978-85-89274-41-8
DOI 10.54682/livro.9788589274418

1. Agricultura. 2. Pesca. 3. Mulher. 4. Mulher rural. 5. Extensão Rural. I. Nascimento, Patrícia Ferraz do (org.). II. Silva, Alessandra Maria. (org.). III. Borges, Vanessa Alves Justino (org.). IV. Silveira, Cristiane Gianezi da (org.). V. Incaper.

CDD 305.42

Ficha catalográfica elaborada por Merielem Frasson da Silva – CRB-6 ES/675.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a edição deste livro, em especial aos servidores que atuaram na realização das ações do projeto Elas no Campo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e ao Laboratório de Inovação na Gestão (LAB.ges) da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) pelo apoio e fomento financeiro do projeto por meio do Prêmio Inovés.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) pela iniciativa, coordenação e execução de um projeto voltado para as mulheres rurais e da pesca e por disponibilizar estrutura, recursos financeiros e todas as condições para que a produção deste livro pudesse ser realizada.

Às mulheres e suas famílias, que participaram das ações do projeto e se dedicaram ao compartilhamento de suas experiências e das atividades dos trabalhos de campo e afins.

Aos servidores da Seag, do Incaper e do Idaf, atuantes nas diferentes etapas do desenvolvimento dos trabalhos que viabilizaram a edição desse livro.

Aos revisores técnicos, pelas sugestões, pela presteza e pela atenção permanente.

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), em conjunto com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) entregam para a sociedade o livro “Quem são elas? Histórias e relatos sobre mulheres que constroem a agricultura e a pesca capixaba”.

O livro, organizado por Patrícia Ferraz do Nascimento, Alessandra Maria Silva, Vanessa Alves Justino Borges e Cristiane Gianezi da Silveira é escrito de forma conjunta com profissionais da Seag, Incaper e Idaf. Traz relatos de histórias de vida e trabalho, história da formação de associações e grupos e experiências de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), cujas protagonistas são as mulheres, e faz parte do projeto “Elas no campo e na pesca”, coordenado pela Seag, com gestão técnica e operacional realizada pelo Incaper.

O projeto foi vencedor em duas categorias do prêmio Inoves 2020 e teve como objetivo principal promover a visibilidade, a valorização do trabalho feminino e a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e às políticas públicas e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comercialização.

Nesta oportunidade, a Secretaria e os Institutos parabenizam as servidoras e os servidores que se dedicaram e dedicam seu trabalho, de forma incansável e contínua, para a sociedade capixaba. Em especial, àqueles que se dedicam à realização de ações que contribuam, de fato, para o desenvolvimento rural mais justo, com equidade de gênero.

Franco Fiorot

Diretor-Presidente do Incaper

Leonardo Cunha Monteiro

Diretor-Presidente do Idaf

Enio Bergoli da Costa

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

ORGANIZADORAS

Patrícia Ferraz do Nascimento

Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É servidora do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), onde atuou como Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural. Atualmente é coordenadora de projetos na Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, onde coordena o projeto “Elas no campo e na pesca: empreendedorismo, liderança e autonomia”. Participa da Rede Aurora Latino-americana de Diálogos em Ater Digital. Tem experiência em extensão rural, agricultura familiar, relações de gênero, transformações no campo, novas ruralidades, pluriatividade e agroindústria.

Alessandra Maria da Silva

É graduada em Medicina Veterinária, com especialização e Mestrado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Doutorado em Produção Vegetal com ênfase em Engenharia e Economia na Agricultura pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). É especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e possui aperfeiçoamento em Agroecologia pela Universidade de Berkeley. É Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e professora de Sociologia do Desenvolvimento Rural do Centro Universitário Faesa. Atuou como Gestora Operacional do projeto “Elas no campo e na pesca: empreendedorismo, liderança e autonomia” e atua como coordenadora de diversos projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento voltados para o empoderamento feminino no campo. Participa do Atelier de Estudos de Gênero (Ategen) da Uenf; da Rede Aurora Latino-americana de Diálogos em Ater Digital e é membro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober). Tem experiência em Ater feminista, agroecologia, produção animal agroecológica, organização social e agroindústria.

Vanessa Alves Justino Borges

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na área de sociologia das organizações. Integrou equipe multidisciplinar na Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Vitória, atuando no planejamento e desenvolvimento de pesquisas, diagnósticos e ações, de forma interdisciplinar, sobre questões sociais visando intervenção em defesa dos direitos humanos. Participou como facilitadora em diversas formações para funcionários da municipalidade e comunidade em geral, nos temas de direitos humanos e cidadania. Atua como Agente de Pesquisa e Inovação em Desenvolvimento Rural no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Desenvolve estudos na área socioeconômica e na avaliação das soluções tecnológicas e sociais disponibilizadas pelo Instituto à sociedade e publicadas no Balanço Social do Incaper, do qual é coordenadora. Atualmente está designada para a função de Gerente de Transferência de Tecnologias e Conhecimentos (GTTC).

Cristiane Gianezi da Silveira

Possui graduação e Mestrado em Design de Produto pela Unesp e MBA em Gestão Estratégica de Marketing pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui 15 anos de experiência como designer: na área industrial, com projetos de produtos desde o esboço, modelagem 3d e acompanhamento da peça piloto na produção, e na área de design gráfico, com a produção de materiais impressos, digitais e interativos com foco na transferência de tecnologia e capacitação técnica. Trabalha como designer no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) desde 2012. Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Vila Velha (UVV), atualmente tem se dedicado ao estudo de estatística, Python, SQL, Power BI e Tableau para aliar a experiência em design com os conhecimentos adquiridos na engenharia e se aprimorar em análise e visualização de dados.

AUTORES

Alessandra Maria da Silva	Giane Kamimura Condi
Aline Chaves Pereira	Helineusa Cavallieri Selvatici da Costa
Ana Cláudia Hebling Meira	Jackson Fernandes de Freitas
Ana Paula de Oliveira Siqueira	José Roberto Sacramento Santana
Ana Paula Pereira de Castro	Jozyellen Nunes da Costa
Anderson Geraldo Pagotto de Moura	Kênia Rezende Cardoso
Angélica Carvalhais de Oliveira	Laura Vescovi Lopes
Arestides Otaviano de Oliveira Júnior	Luciano Macal Fasolo
Brunno de Oliveira Almeida	Maria Aliene de Jesus Pereira
Cássia Roberta de Oliveira Moraes	Patrícia Ferraz do Nascimento
Cassiele Moreira de Oliveira	Patrícia Moraes Da Matta Campbell
Cintia Aparecida Bremenkamp	Pedro Henrique Dutra
Cláudio Roberto Costa de Andrade	Priscila de Oliveira Nascimento
Diene Maria Bremenkamp	Rogeliender Luiz Arpini Coslop
Edna Silva de Abreu	Rúbia Carla Buzzato
Ellem Dobrewoski Bernardino	Vanessa Covosque Capucho
Erica Rodrigues Munaro Gabrig Turbay	Victor dos Santos Rossi
Fabricio Iglesias Valente	Vinícius Soares da Costa
Fernanda Casagrande Macedo	Wesley Zambom da Silva

Vanessa Alves Justino Borges

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na área de sociologia das organizações. Integrou equipe multidisciplinar na Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Vitória, atuando no planejamento e desenvolvimento de pesquisas, diagnósticos e ações, de forma interdisciplinar, sobre questões sociais visando intervenção em defesa dos direitos humanos. Participou como facilitadora em diversas formações para funcionários da municipalidade e comunidade em geral, nos temas de direitos humanos e cidadania. Atua como Agente de Pesquisa e Inovação em Desenvolvimento Rural no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Desenvolve estudos na área socioeconômica e na avaliação das soluções tecnológicas e sociais disponibilizadas pelo Instituto à sociedade e publicadas no Balanço Social do Incaper, do qual é coordenadora. Atualmente está designada para a função de Gerente de Transferência de Tecnologias e Conhecimentos (GTTC).

Cristiane Gianezi da Silveira

Possui graduação e Mestrado em Design de Produto pela Unesp e MBA em Gestão Estratégica de Marketing pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui 15 anos de experiência como designer: na área industrial, com projetos de produtos desde o esboço, modelagem 3d e acompanhamento da peça piloto na produção, e na área de design gráfico, com a produção de materiais impressos, digitais e interativos com foco na transferência de tecnologia e capacitação técnica. Trabalha como designer no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) desde 2012. Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Vila Velha (UVV), atualmente tem se dedicado ao estudo de estatística, Python, SQL, Power BI e Tableau para aliar a experiência em design com os conhecimentos adquiridos na engenharia e se aprimorar em análise e visualização de dados.

AUTORES

Alessandra Maria Silva	Giane Kamimura Condi
Aline Chaves Pereira	Helineusa Cavallieri Selvatici da Costa
Ana Cláudia Hebling Meira	Jackson Fernandes de Freitas
Ana Paula de Oliveira Siqueira	José Roberto Sacramento Santana
Ana Paula Pereira de Castro	Jozyellen Nunes da Costa
Anderson Geraldo Pagotto de Moura	Kênia Rezende Cardoso
Angélica Carvalhais de Oliveira	Laura Vescovi Lopes
Arestides Otaviano de Oliveira Júnior	Luciano Macal Fasolo
Brunno de Oliveira Almeida	Maria Aliene de Jesus Pereira
Cássia Roberta de Oliveira Moraes	Patrícia Ferraz do Nascimento
Cassiele Moreira de Oliveira	Patrícia Moraes Da Matta Campbell
Cintia Aparecida Bremenkamp	Pedro Henrique Dutra
Cláudio Roberto Costa de Andrade	Priscila de Oliveira Nascimento
Diene Maria Bremenkamp	Rogeliender Luiz Arpini Coslop
Edna Silva de Abreu	Rúbia Carla Buzzato
Ellem Dobrewoski Bernardino	Vanessa Covosque Capucho
Erica Rodrigues Munaro Gabrig Turbay	Victor dos Santos Rossi
Fabricio Iglesias Valente	Vinícius Soares da Costa
Fernanda Casagrande Macedo	Wesley Zambom da Silva

QUEM SÃO ELAS? HISTÓRIAS E RELATOS SOBRE MULHERES QUE CONSTROEM A AGRICULTURA E A PESCA CAPIXABA

INTRODUÇÃO

No universo da agricultura e pesca familiares, diversas atividades são realizadas até que o alimento chegue à mesa do consumidor. Dentro desse conjunto de atividades, as que são realizadas pelas mulheres, que em geral irão exigir menos contato com o consumidor final, são pouco reconhecidas e valorizadas. Na maioria das vezes, esse trabalho é visto como extensão dos seus afazeres domésticos, do seu papel de mãe/esposa/dona de casa ou como “ajuda” ao trabalho (de fato, digno de remuneração) do homem. Dessa forma, embora tenha grande participação na produção, o trabalho das mulheres ainda tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais, sendo muitas vezes não consideradas na elaboração das políticas públicas.

O Censo Agropecuário de 2017 aponta que as mulheres representam 47% da população rural, mas são consideradas responsáveis por apenas 14% das propriedades no Espírito Santo. Isso se deve ao reconhecimento do homem como “chefe da família”, tanto pela sociedade quanto pelas instituições. A inclusão das mulheres em políticas públicas e a igualdade de gênero estão previstas como objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU. O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado também traz como desafio para o setor da agricultura o enfrentamento à feminização da pobreza e a garantia da autonomia econômica das mulheres com trabalhos decentes, além de prever apoio às ações de fortalecimento de empreendimentos produtivos de grupos de mulheres, comercialização e cooperativismo.

Dentre os principais objetivos do projeto “Elas no campo e na pesca”, destacou-se o de promoção da visibilidade feminina. Como um dos instrumentos para

alcançar esse objetivo, foi proposta a elaboração de um livro retratando experiências de vida, superação e liderança femininas no setor.

Este livro busca a sistematização e publicização de relatos de histórias de vida e trabalho, histórias da formação de associações e grupos e experiências de Ater, cujas protagonistas são as mulheres. Conta com um total de 19 capítulos, todos construídos a partir da perspectiva dos autores em relação à realidade estudada. O capítulo inicial apresenta a concepção, execução e os resultados de dois anos do projeto “Elas no campo e na pesca: empreendedorismo, liderança e autonomia”. Após o primeiro capítulo, o livro está estruturado de forma a apresentar três sessões. A primeira sessão traz histórias de vida e trabalho de agricultoras de forma individual ou familiar, mostrando relatos de trajetórias femininas na agroecologia, na agroindústria e na produção de flores, além de apresentar o universo das jovens influenciadoras rurais e de uma mulher indígena. A segunda sessão apresenta relatos sobre a formação e o trabalho de grupos e associações de mulheres rurais e da pesca, que envolvem atividades relacionadas à agroindústria, produção de café, pesca e artesanato. A última sessão apresenta relatos sobre experiências de Ater e de políticas públicas desenvolvidas junto às mulheres rurais e da pesca, trabalhos relacionados às políticas de comercialização em assentamentos de reforma agrária, resgate de cultura alimentar em uma comunidade quilombola e experiências de organização e formação para as mulheres rurais. Assim, ao longo do livro pode-se conhecer trajetórias de agricultoras, indígenas, quilombolas, assentadas de reforma agrária, pescadoras, marisqueiras, artesãs e profissionais da agroindústria, de todo o estado, que têm muito a compartilhar e ensinar sobre vencer as dificuldades em atividades ligadas ao campo e à pesca.

Quer conhecer mais
sobre essa história?

SUMÁRIO

 **Clique** nos títulos para ser redirecionado

1	QUEM SÃO ELAS? PERSPECTIVAS E RESULTADOS DO PROJETO “ELAS NO CAMPO E NA PESCA”	14
---	--	----

	SEÇÃO 1 - HISTÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES AGRICULTORAS E DA PESCA	22
2	AGROINFLUENCIADORAS: TENDÊNCIA COMO ALIADA NAS DISCUSSÕES SOBRE AS PROJEÇÕES RURAIS	24
3	DA ROÇA PARA A MESA: CANAIS DIRETOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS	30
4	DONA ZILMA: A JORNADA DE UMA, ENTRE TANTAS MULHERES INDÍGENAS DO ESPÍRITO SANTO	38
5	ELAS NA AGROECOLOGIA: A CONTRIBUIÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA DO MUNICÍPIO DE ICONHA	44
6	SÍTIO CONQUISTA - A MULHER E SEU IMPORTANTE PAPEL NA DIVERSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE	52
7	RESERVA DOS IMIGRANTES: UMA RECEITA DE SUCESSO	58
8	ELAS NA AGROECOLOGIA: TRAJETÓRIAS FEMININAS	64

	SEÇÃO 2 - RELATOS SOBRE A FORMAÇÃO DE GRUPOS E AS SOCIAÇÕES DE MULHERES RURAIS E DA PESCA	72
9	SONHADORAS VITORIOSAS DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES	74
10	A COLÔNIA E A TRAJETÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES DA PESCA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES	80
11	VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL FEMININO EM TERMOS DE PRODUÇÃO E TRADIÇÃO CULTURAL NO CAMPO	88
12	AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO RIO DO MEIO E FUMAÇA (APROME) E SUA LUTA POR PROTAGONISMO	96
13	ELAS NA PESCA: AS MARISQUEIRAS DE ANCHIETA	106
14	AMEP: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VILA PONTÕES	114
15	MULHERES RURAIS ARTESÃS E EXTRATIVISTAS DE MARATAÍZES: UM GRUPO SOCIAL E PRODUTIVO	122

	SEÇÃO 3 - EXPERIÊNCIAS DE ATER E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO FEMININO NO CAMPO	128
16	ELAS NO CAMPO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA: TECENDO CAMINHOS DA COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	130
17	TRANSFORMANDO ALIMENTOS EM SONHOS: EXPERIÊNCIAS DE ATER NAS AGROINDÚSTRIAS GERIDAS POR MULHERES	138
18	TRABALHOS DE EXTENSÃO RURAL COM AS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA Córrego do Sossego - Guaçuí/ES	146
19	ATER E A AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS DE ALEGRE/ES	154
	REFERÊNCIAS	163

QUEM SÃO ELAS? PERSPECTIVAS E RESULTADOS DO PROJETO “ELAS NO CAMPO E NA PESCA”

AUTORES:

Patrícia Ferraz do Nascimento

M.Sc. Extensão Rural.
Coordenadora de projetos,
Seag.

patricia.nascimento@seag.
es.gov.br

Alessandra Maria Silva

D.Sc. Produção Vegetal,
Agente de Extensão em
Desenvolvimento Rural, Incaper.

Vanessa Covosque Capucho

Graduada em jornalismo,
Coordenadora de Comunicação
e Marketing, Seag.

Cláudio Roberto Costa de Andrade

Assessor Especial, Seag.

A construção social do feminino e do masculino é incorporada inconscientemente por meio da educação e do nosso processo de socialização e reforçada pelas instituições sociais, cultura, normas e valores. Essa construção molda o comportamento das pessoas a partir das suas características biológicas, resultando em homens e mulheres que aprendem desde muito jovens qual deve ser seu papel e sua postura na sociedade. Assim, a socialização feminina é voltada para a contenção de seus comportamentos e delimitada ao espaço privado, enquanto aos homens é oferecida a liberdade e a conquista do espaço público. A partir dessa concepção binária dos papéis sociais dos homens e das mulheres, se estabelece também uma divisão sexual do trabalho entre público e privado, produtivo e reprodutivo que se naturaliza e impõe uma condição desigual e desprivilegiada à mulher.

Como consequência dessa estrutura androcêntrica, no meio rural e da pesca, as mulheres, ao mesmo tempo em que têm grande participação na produção, principalmente na de alimentos, possuem um trabalho com pouca visibilidade nas estatísticas oficiais, formando um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas. O trabalho realizado pela mulher agricultora ou pescadora não é visto e tampouco reconhecido como um trabalho, sendo que o mesmo, na maioria das vezes, é considerado como extensão dos seus afazeres domésticos, uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora dos cuidados com a família, ou como um modo de ajuda ou complemento ao trabalho do marido.

Diversos estudos e pesquisas mostram que a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração é significativamente mais elevada na agropecuária



Parte da equipe do projeto (Cláudio Costa, Vanessa Capucho, Pedro Dutra e Patrícia Ferraz) em um dia de trabalho de campo - Afonso Cláudio/ES.

AUTORES:

Pedro Henrique Dutra

Técnico em rádio e televisão,
Assessor Técnico, Seag.

José Roberto Sacramento Santana

Graduando em Comunicação
Social, Estagiário, Seag.

Rúbia Carla Buzzato

Técnica em Turismo/
Agroturismo, Fundagres -
Inovar.

em comparação com os demais setores da economia, que as mulheres enfrentam a diferenciação em relação aos direitos à herança e à propriedade da terra, que dedicam mais tempo que os homens às atividades não remuneradas na agropecuária, que auferem renda monetária inferior e que o trabalho doméstico ainda é realizado predominantemente por elas (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004; ALVES, 2006; MELO E SABBATO, 2006; FARIA, 2009).

O Censo Agropecuário 2017 revela que as mulheres são consideradas responsáveis por apenas 19% das propriedades no Brasil. No Espírito Santo esse percentual cai para 14% das propriedades, sendo que elas representam 47% da população rural. Isso ocorre, especialmente, devido ao reconhecimento do homem como “chefe da família”, tanto pela sociedade quanto pelas instituições, o que impacta na condição social da mulher. Esse não reconhecimento do trabalho feminino torna-o invisível para a economia formal.

A obra “O Peso do Trabalho Leve”, publicada em 1987 por Maria Inês Paulilo, ao estudar a divisão sexual do trabalho no campo, constatou que a própria classificação de trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho “leve” feito pelas mulheres não está, verdadeiramente, ligada ao esforço na realização do trabalho, mas ao sexo de quem o executa, revelando a desvalorização do trabalho feminino.



Mulheres da Associação das Mulheres do Canaã que participaram da elaboração do projeto - São Roque do Canaã/ES.

Ao se analisar a linha do tempo, eventos históricos e políticos reforçam essa trajetória de invisibilidade: as mulheres só garantiram direitos como trabalhadoras rurais a partir de Constituição de 1988, como o acesso à aposentadoria e licença maternidade, e só conseguiram se sindicalizar a partir de 1995. No caso das pescadoras, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 90% dos integrantes das plantas de processamento de pescado são mulheres, mas apenas em 2009 a Lei Federal nº 11.959 oficializou a contribuição feminina na cadeia produtiva.

Nesse contexto, a Secretaria Estadual de Agricultura, Aquicultura e Pesca (Seag) e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), junto aos demais parceiros, lançaram o projeto “Elas no campo e na pesca: empreendedorismo, liderança e autonomia”, que tem como objetivo promover a visibilidade, a valorização do trabalho feminino e a autonomia econômica e financeira das mulheres agricultoras e pescadoras capixabas, por meio da assistência técnica e, do acesso ao crédito e às políticas públicas.

O projeto teve início em julho de 2019 com a meta de atendimento a 2000 mulheres rurais e da pesca até dezembro de 2022. Foi elaborado tendo como diretriz o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) e compõe o Programa Agenda Mulher. O projeto foi construído a partir da aplicação e sistematização de um questionário (enviado por e-mail) e de reuniões com profissionais e lideranças que atuam na área rural e da pesca. Os dados qualitativos resultantes do diagnóstico foram agrupados em categorias encontradas nas falas das respondentes. Com base nos problemas e soluções encontrados nos diagnósticos, foram estruturadas as linhas de ação do projeto:

- 1** Promover a visibilidade e a valorização do trabalho, dos produtos e das histórias de vida de profissionais do setor e das mulheres rurais e da pesca;
- 2** Fomentar a autonomia econômica e financeira de grupos produtivos por meio do lançamento de editais de apoio com linha específica para mulheres;
- 3** Promover a melhoria da qualidade e da agregação de valor aos produtos por meio da realização de consultorias e de Ater;
- 4** Apoiar a formalização e desenvolvimento de empreendimentos por meio de Ater e capacitações;
- 5** Apoiar a inserção de mulheres em políticas públicas, programas e projetos, com encaminhamento de demandas relacionadas à saúde, questões sociais e de violência contra a mulher.

O projeto encontra-se estruturado em rede e conta com técnicos em cada município do estado, sendo eles do Incaper, do Idaf e das Secretarias Municipais de Agricultura. Os referidos técnicos atuam em nível local, levantando as demandas junto ao público beneficiário e realizando seus planos de trabalho considerando essas demandas. Os técnicos também retornam para a gestão e coordenação técnica as demandas e os resultados obtidos. Os dados e resultados do projeto são lançados e estão disponíveis em dois

sistemas: Sistema de Informações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Siater) e Sistema de Gerenciamento Estratégico de projetos do estado do Espírito Santo (Siges).

Vale ressaltar, ainda, que o projeto conta com vários parceiros que contribuem com a construção e com a execução das ações, são eles: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Prefeituras e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), através da Superintendência do Espírito Santo.

A fim de construir um modelo de execução do projeto, 70 técnicos foram capacitados em metodologias de Ater e relações de gênero. O curso para os técnicos teve como objetivo promover formação e aprimoramento conceitual e metodológico nas questões de gênero, divisão sexual do trabalho e autonomia feminina no meio rural, de forma a qualificar as ações de Ater que estão sendo realizadas junto às mulheres rurais e da pesca e suas comunidades.

Em relação aos resultados gerais de Ater do projeto, no ano de 2019 foram realizados 314 atendimentos pelo Incaper, com um público de 583 mulheres. No ano de 2020, o público atendido foi de 1856 mulheres e 1565 atendimentos de Ater. No ano de 2021 foram atendidas 2036 mulheres, com um total de 1608 atendimentos, conforme demonstrado na Figura 1:

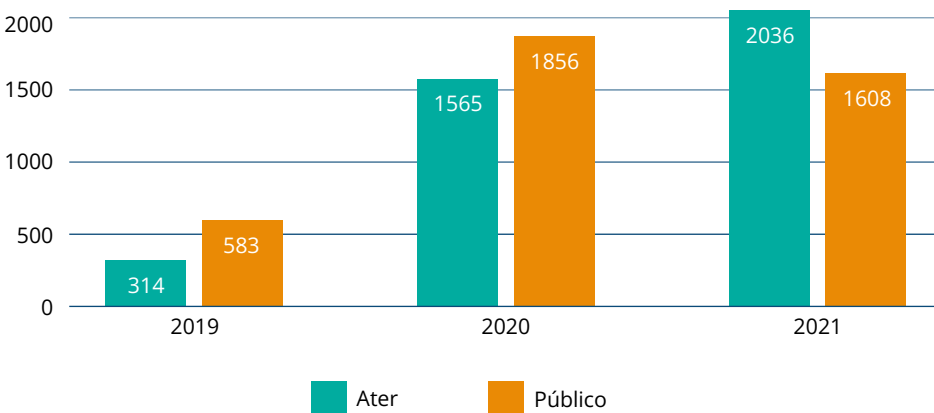


FIGURA 1 – Número de atendimentos em Ater e público assistido. Fonte: Incaper/Siater, 2021.

As atividades nas quais as mulheres foram mais atendidas em Ater desde o início do projeto foram: cafeicultura, atividades rurais não agrícolas (artesanato e turismo rural), agroindústria, agricultura orgânica, olericultura, fruticultura, pimenta-do-reino, cacau, organização social, comercialização, crédito rural, bem-estar social, saúde da família e, a partir do ano de 2020, foram inseridas atividades voltadas à saúde da mulher, autonomia econômica e igualdade de gênero.

Além dos resultados de Ater apresentados acima, cabe destacar algumas outras ações e iniciativas desenvolvidas pelo projeto, tais como a elaboração de um banco de dados com identificação de 71 grupos ou coletivos de mulheres rurais e da pesca do estado; e a realização da Campanha “Quem são elas?”, que mostrou mais de 60 histórias de vida, relatos e imagens de técnicas da área, agricultoras e pescadoras, por meio de vídeos curtos e fotografias veiculadas através das redes sociais. Essas ações tiveram como objetivo trabalhar a questão da “invisibilidade” das mulheres e do trabalho feminino.

O projeto possibilitou a inserção de linha de fomento específica para mulheres rurais e da pesca nos editais do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf). O Funsaf tem como objetivo apoiar financeiramente projetos de associações e cooperativas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares capixabas e destinou, pela primeira vez, uma linha de fomento com recurso exclusivo para as mulheres. Dessa forma, no ano de 2021, foram atendidos 5 grupos produtivos de mulheres, com um valor total de R\$ 279.424,02.

Ainda como desdobramento do projeto, foi criado, como diretriz para novas ações de pesquisa e Ater, o Banco de Projetos de Pesquisa da Seag, que aprovou três projetos voltados exclusivamente para mulheres, pensando em sua autonomia e empoderamento, além de outros que incluíram a priorização da participação de mulheres.

No ano de 2019, também foi realizada a 1ª Campanha de inscrições de mulheres rurais e da pesca no edital da CNH Social do Detran/ES, com 203 mulheres rurais e da pesca inscritas. Como consequência, foi solicitada ao Governo do ES a abertura de processo com estudo técnico para a criação de uma linha específica de CNH Social para mulheres rurais e da pesca. A

solicitação dessa cota se justificou em função das poucas ou inexistentes opções de transporte público nas áreas rurais, e em função das relações convencionais de poder e a divisão sexual do trabalho dificultarem o acesso das mulheres rurais e da pesca à CNH, reduzindo as oportunidades delas de acesso ao mercado para comercialização dos seus produtos e de autonomia econômica.

Em relação à área da saúde, mesmo esta não sendo foco de atuação do projeto, cabe destacar a realização de 30 mamografias para pescadoras de Itapemirim/ES e a doação de 16.000 máscaras de proteção, durante a pandemia, para as mulheres rurais e da pesca que atuam em feiras e no atendimento ao público.

O projeto apresenta grande impacto do ponto de vista de relevância social, visto que seus resultados estão possibilitando e ainda possibilitarão muito mais evidenciar a importância do trabalho da mulher, tanto em atividades geradoras de renda monetária direta, quanto indireta, dando visibilidade e reconhecimento. Dessa forma, será possível contribuir para o desenvolvimento da autoestima das mulheres e ampliar seu poder de participação na família, reduzindo os conflitos resultantes das relações desiguais de gênero



FOTO: Cláudio Costa

Mulheres que são atendidas pelo projeto da Associação Mulheres da Pesca - Itapemirim/ES.



FOTO: Cláudio Costa

ro e nos espaços coletivos de decisão (grupos, associações, cooperativas e sindicatos) de forma a ampliar a rede de relacionamento entre as mulheres rurais e da pesca, fortalecendo o capital social.

Do ponto de vista econômico, o projeto estimula o empoderamento econômico e social das mulheres rurais e da pesca e amplia o acesso delas a novas oportunidades de negócios, agrega valor aos seus produtos e canais de comercialização, contribuindo também para ampliar sua capacidade de agência e de participação nas políticas públicas, resultando em maior autonomia e empreendedorismo. Tais transformações são possíveis a partir da tomada de consciência de gênero, tanto pelas mulheres, quanto pelos mediadores extensionistas (técnicos do projeto).

Por fim, cabe destacar que a prática de Ater voltada para igualdade de gênero e um projeto específico voltado para as mulheres rurais e da pesca são uma proposta inédita no estado do Espírito Santo e os resultados dos impactos social, econômico e ambiental deste trabalho possibilitarão a validação do método e a expansão da prática para outros estados, contribuindo para romper com o paradigma da divisão sexual do trabalho enraizado na atuação extensionista tradicional. Tal inovação possibilitará ao estado se tornar referência nacional em Ater para mulheres com orientação de igualdade de gênero, mantendo-o na vanguarda do serviço público de Ater com qualidade.

Peça da campanha publicitária Quem são elas? - Suelen Braun - Agricultora - Colatina/ES.



HISTÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES AGRICULTORAS E DA PESCA

2 AGROINFLUENCIADORAS: TENDÊNCIA COMO ALIADA NAS DISCUSSÕES SOBRE AS PROJEÇÕES RURAIS

**Vinicius Soares
da Costa**

Especialista em Engenharia
Sanitária e Ambiental.

Coordenador de projetos
para Juventude, Seag.

vinicius.costa@seag.es.gov.br

Quantos “K” são necessários ter nas redes sociais para alguém ostentar o título de digital influencer? Esses termos e métricas ainda podem estar distantes para alguns, mas para aqueles que resolveram desbravar o universo digital, “K” e digital influencer soam mais familiares.

Os “K” tratam-se de uma abreviação do termo grego kilioi (kilioi), cuja tradução é mil. Dessa forma, exemplificando, alguém que tenha 10K de seguidores significa que conseguiu a adesão de 10.000 pessoas para acompanhá-lo em suas redes sociais.

Digital influencer, ou influenciador digital no bom e velho português, é aquele indivíduo capaz de influenciar comportamentos, criar tendências e/ou servir como fonte de informação.

Provando que não há barreiras e nem limites quando o assunto é internet, atualmente percebe-se um surgimento crescente de agro-influenciadores. Por analogia, os que detêm esse título são aqueles capazes de influenciar comportamentos e/ou criar tendências, tendo, para tanto, o campo como cenário.

Navegando por esse universo, destacam-se dois perfis de agro-influenciadoras capixabas e suas protagonistas. São eles: @jamilabrambilla e @irmas_amazonas. Para aqueles que estão à procura de incentivos para permanecerem no campo ou assumirem as rédeas dos negócios rurais sem receios, as donas desses perfis se estabelecem como ótimas referências para esse processo. Conhece-las de perto – está liberada aqui aquela olhadela nas redes sociais – vale a pena.



Natiele Sperandio e Valeska Sperandio (Irmãs Amazonas)
- Pecuarias e agroinfluenciadoras - Colatina/ES.

FOTO: Cláudio Costa

Vestidas a caráter e entre uma ordenha e outra, o dia a dia das irmãs Natieli e Valeska Sperandio, mais conhecidas como Irmãs Amazonas, é compartilhado a mais de 11K de seguidores. Já na “bio” do perfil no Instagram é possível saber que o objetivo da rede social é apresentar a “rotina das irmãs brutas de verdade” e esta se confunde com a pecuária. Natieli e Valeska têm, respectivamente, 34 e 30 anos e desfrutam da companhia do Tigrão, o gato “caipira” e de estimação da família. Proprietárias da terra, as Amazonas herdaram a terra passada do avô para o pai e, com determinação, têm dado continuidade ao legado construído.

Quando perguntadas o que seria uma influenciadora digital e se elas se consideram uma, assertivamente dizem que se consideram sim e que “influenciador digital é aquele que aproveita as plataformas digitais disponíveis para levar informações e expor fatos, curiosidades, situações diversas que ocorrem no dia a dia a fim de agregar algo de bom”.

Mudando de atividade, mas sem mudar de rede social, chegamos aos morangos produzidos em Castelo pela agricultora Jamila Brambilla. Jamila tem 22 anos e procura diversificar sua produção plantando também tomate, pimentão, repolho e abobrinha entre outras culturas.

Natiele Sperandio -
Pecuarista e agro-
influenciadora -
Colatina/ES.



Jamila Brambilla - Produtora rural
e agroinfluenciadora - Castelo/ES.

Sem se preocupar com etiquetas e formalidades na hora de “ranger”, Brambilla senta no chão de terra batida e faz da roda do caminhão seu encosto para almoçar. Se utilizando de uma das expressões mais populares da internet, “quem vê close não vê os corres”, a jovem agricultora enxerga sua rotina muito bem representada por esse jargão. Jamila conta que sua rotina começa sempre entre 06h e 06h30 e que faz de tudo: “pego no cabo da enxada, carrego peso, participo de todos os processos e procuro sempre registrar um pouco do dia a dia, mostrando para as pessoas como é a realidade no campo”. Em relação à terra, conta que inicialmente trabalhava em parceria em terras arrendadas, porém atualmente trabalha nas terras dos avós dando prosseguimento à empresa rural da família.

Deixando os filtros, ângulos e legendas de lado, um olhar mais crítico cabe nessas histórias aqui contadas para trazer à baila temas relevantes e inquietantes para aqueles que projetam o futuro no campo. Além da utilização da mesma rede social e de compartilharem a paixão pelo rural, nossas protagonistas poderiam contribuir na discussão de temas mais amplos, como: sucessão familiar, protagonismo da jovem e masculinização do campo?

Em um estudo conduzido por Stuari et. al (2016), gostar da atividade é o motivo que faz com que a maioria dos jovens permaneça no campo, mesmo que os pais não incentivem de forma direta. Embora este estudo tenha sido realizado no Rio Grande do Sul, acredita-se que essa percepção possa ser extrapolada para outras regiões e seja compartilhada pela maioria dos jovens capixabas também.

Nessa perspectiva do gostar, as agroinfluenciadoras concordam que as interações nas redes sociais fomentam ainda mais o desejo de permanecer no campo e de assumir a gerência do negócio familiar. Assumindo a continuidade dos negócios ou um perfil de destaque nas redes sociais, a discussão não só tangencia as questões sucessórias, como também o papel de protagonismo a ser interpretado por uma jovem em um cenário montado historicamente para a predominância de atores masculinos e patriarcais.

Camarano (1999) chama a atenção para o fato de que a invisibilidade feminina traz outro desdobramento, a saber, a masculinização do campo. Isto acontece a partir do momento em que as moças tendem a sair do campo em uma maior proporção, tendo em vista a carga pesada nas unidades de produção familiar sem qualquer contrapartida ou valorização.

Ao publicarem seu dia a dia para milhares de seguidores, as jovens influenciadoras seguem na contramão dos paradigmas ainda postos e, de forma dinâmica e entre um compartilhamento e outro, corroboram para reforçar a disposição feminina e para colorir – vale usar filtro ou não – cada vez mais a imagem de protagonistas.



Quer conhecer mais sobre essa história?

Natiele Sperandio e Valeska Sperandio (Irmãs Amazonas)
- Pecuarias e agroinfluenciadoras - Colatina/ES.

3 DA ROÇA PARA A MESA: CANAIS DIRETOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS

**Patrícia Morais da
Matta Campbell**

D. Sc. em Ciências
Ambientais e Florestais.

Agente de Extensão em
Desenvolvimento Rural,
Incaper.

matta542@gmail.com

“Peguemos nossa pá, perguntemos a nossa terra o que lhe está faltando e tratemo-la depois convenientemente dentro dos limites que a natureza nos impõe, e a antiga exuberância voltará aos nossos campos e a prosperidade aos nossos lares” (ANA PRIMAVESI). É com esse pensamento que a produtora rural Melissa Alvarenga conduz a propriedade “Sítio José de Almeida Campos”, localizada no distrito de Airituba, em São José do Calçado/ES.

Melissa Alvarenga de Oliveira Almeida é uma jovem agricultora de 27 anos, técnica agrícola e engenheira agrônoma. Apaixonou-se pela agricultura sintrópica ainda na universidade, através de um estágio realizado no Incaper, mais precisamente na Fazenda Experimental de Bananal do Norte, em Pacotuba, Cachoeiro de Itapemirim/ES.

A agricultura sintrópica é uma proposta mais avançada de Sistema Agroflorestal (SAF), no que diz respeito à sua estrutura e função (GUIMARÃES e MENDONÇA, 2019). Os seus princípios foram construídos pelo agricultor-pesquisador suíço Ernst Götsch. É uma agricultura de alta produção, com alta biodiversidade, que recupera áreas degradadas e nascentes e, com o tempo, se torna autossustentável nos quesitos controle de pragas e doenças e controle de plantas daninhas e passam a não utilizar fertilizantes químicos e agrotóxicos, sendo pouco dependentes de combustíveis fósseis (BALEIRO, 2018).

O modelo de agricultura desenvolvido por Ernst Götsch estabelece áreas produtivas com formação do solo, regulação do microclima e favorecimento do ciclo das águas. Implica em benefícios sociais e ambientais. Sociais



Melissa Almeida - Produtora rural e idealizadora das cestas de produtos agroecológicos Brasavola - São José do Calçado/ES.

FOTO: Cláudio Costa



FOTO: Claudio Costa

A produtora Melissa Almeida em sua rotina de trabalho na propriedade.

por fomentar a fixação das pessoas no campo. Ambientais por abraçar a sustentabilidade como lema - sinergia entre crescimento econômico com distribuição de renda e respeito às normas ambientais (GOMES, SANTOS e SANTANA, 2020).

Com todo esse conhecimento somado à sua vontade de empreender, Melissa procurou formas de produzir segundo os preceitos da agroecologia com geração de renda, o que transformou seus planos iniciais de seguir na carreira acadêmica. Dessa maneira, conseguiu conciliar sua formação profissional a uma forma sustentável de produção de alimentos.

Ao tomar frente da propriedade e criar seu negócio, ela sentiu na pele o preconceito de gênero ainda existente no meio rural. Muitos vizinhos ainda apresentavam diferentes comportamentos sociais em relação a ela quando comparado ao comportamento dispensado aos homens. Não se dirigiam à Melissa, por exemplo, para tratar de assuntos referentes à propriedade. Porém, esse paradigma dos vizinhos foi sendo diminuído à medida que ela mostrou que de fato conduzia o empreendimento e tomava as decisões, sem a figura masculina como escudo.

Na propriedade, de aproximadamente 24 hectares, existem também quatro áreas de SAFs, provenientes do projeto Reflorestar. Este projeto é uma iniciativa do governo do estado do Espírito Santo e o objetivo é possibilitar a regularização do ciclo hidrológico através da manutenção e recuperação da cobertura florestal, somado à geração de renda para o produtor rural, além de estimular práticas sustentáveis de uso do solo (Seama, 2021). Os SAFs são de café e banana; citros e moringa; pupunha e moringa e pupunha e banana.

A propriedade, que tinha antes à frente Márcio de Azevedo Almeida, sogro de Melissa, já contava com a assistência técnica do Incaper local (São José do Calçado/ES), e, mesmo não aderindo ainda aos conceitos de agricultura sintrópica, apresentava grande diversidade de cultivos e preocupação com o meio ambiente. Inicialmente, o trabalho foi de recuperação do solo e aumento das variedades cultivadas. As adubações sempre foram balanceadas, o mato mantido roçado e as árvores preservadas. Esse início possibilitou que a agricultora conseguisse estabelecer as diretrizes da agroecologia e em, 2019, desse início à BRASAVOLA.

Brasavola foi o nome escolhido para o primeiro empreendimento da região, que entrega na casa do cliente cestas agroecológicas, com produtos vindos diretamente da propriedade. Sinônimo de alimentos saudáveis e comida de verdade, a Brasavola recebeu esse nome em homenagem à espécie de orquídea *Brassavola tuberculata*. A escolha foi devido à incomum flor dessa espécie, que remete ao também diferenciado serviço oferecido pela Brasavola: um delivery de hortifruti.

Os produtos ofertados nas cestas são produzidos segundo um calendário de plantio, tendo como prioridade os mais adaptados à região, garantindo, assim, uma boa produtividade sem o uso de agrotóxicos, respeitando o agroecossistema. Atualmente, são cultivadas mais de 100 plantas, perenes e anuais, incluindo plantas alimentícias não convencionais - PANCs. Alguns dos produtos oferecidos são: abóbora, batata doce, mandioca, milho verde, palmito, quiabo, laranja, banana, abacate, mexerica, couve, alface, mostarda, rabanete, cana-de-açúcar, brócolis, inhame; e PANCs taioba, peixinho da horta, ora pro nobis, cará moela, coração de banana, palmito de banana, flor de hibisco, broto de bambu, serralha, dentre outras.

O cliente pode optar por dois tamanhos de cestas: com quatro ou oito produtos, mais um brinde! O comprador não escolhe os produtos que irão compor sua cesta, mas fica livre para dizer o que não gostaria de receber. A diversidade dos produtos é dada pelo calendário de produção. Os planos são mensais, e as cestas entregues semanalmente na casa do cliente, num ciclo de quatro cestas. Entre a colheita e a entrega tem-se um período inferior a 24 horas, garantindo a entrega de alimentos frescos e de qualidade. A quantidade colhida também é sempre aquela suficiente para atender às entregas, evitando assim o desperdício de alimentos.

As referidas cestas consistem em caixotes feitos de ripas de madeira, no formato das antigas caixas K. Produtos pequenos são acondicionados em folhas de bananeira ou em sacos de filó retornáveis. Cada cliente recebe um caixote e na semana seguinte o devolve vazio e recebe outro com os produtos da semana.

Além dos produtos, a produtora disponibiliza várias formas de preparo e receitas, visto que muitos itens da cesta são desconhecidos para a maioria dos fregueses. É possível acompanhá-la nas redes sociais, tendo acesso a todo esse conteúdo, ou entrando em contato pelo telefone.

Melissa lembra que, ao iniciar o projeto, todos da família a apoiaram, apesar de muitos não acreditarem que seria rentável tal comercialização e até mesmo obter boa produtividade com essa forma de cultivo. Hoje existem sete pessoas envolvidas nos processos de produção, sendo seis da família.

Segundo Melissa, “a missão da Brasavola é trazer todo esse conceito de excelência em alimentação saudável, livre de agrotóxicos e com diversidade, para cada um que acredita e vive esse sonho junto com a empresa”. A maior dificuldade encontrada por ela foi a de apresentar a agroecologia para os clientes em potencial, que são pessoas residentes nas áreas urbanas que querem ter acesso a um produto de qualidade, livre de agrotóxicos por um preço justo, além da forma de comercialização, até então totalmente diferenciada e desconhecida na região.

Hoje a empresa atende aos municípios de São José do Calçado/ES e Apiacá/ES, com entrega todas às terças-feiras, e Bom Jesus do Norte/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ, às quartas-feiras. São entregues ao todo, uma média de 60 cestas por semana.

A assistência técnica e a extensão rural - Ater estiveram presentes desde a sua formação, e continuam hoje através do acompanhamento da produção. De acordo com Melissa: “A assistência técnica do Incaper é de extrema importância, tanto para tirarmos dúvidas sobre algumas questões mais específicas, como para podermos fazer análise de solo. E ainda estão presentes nos ofertando mudas e sementes sempre que possível. Todos os técnicos sempre se mostram super solícitos e nos atendem até mesmo fora do expediente, seja com uma mensagem ou ligação”.

O trabalho de Ater busca ainda valorizar a presença de mulheres no campo, que desenvolvem com maestria ações como essa. Apreciar e mostrar tais trabalhos motivam outras mulheres a empreender, expor trabalhos já desenvolvidos, além de valorizarem mais sua ocupação.

A produtora Melissa Almeida em sua rotina de trabalho na propriedade.



FOTO: Cláudio Costa

Pode-se dizer que protagonismo feminino, liderança e autonomia econômica são marcas da Brasavola. Comandada por uma mulher, já existe a ideia de expansão e aumento do número de pessoas que contribuem com esse trabalho, tanto no campo quanto na comercialização. A gestora prevê aumento das receitas com provável expansão das regiões atendidas, levando comida de verdade ao maior número de pessoas possível, e também das áreas cultivadas, sempre com novas opções de alimento de qualidade e com responsabilidade ambiental.

Coragem e determinação, é o que representa a Brasavola para Melissa Alvarenga.

“A Brasavola representa pra mim determinação e coragem. Ouvi de algumas pessoas que não daria certo, principalmente por ser um negócio completamente diferente do que estávamos acostumados na região. E mesmo assim seguimos e já estamos no nosso terceiro ano de trabalho com planos de expansão tanto para entrega em outras cidades como uma nova área de produção.”
Melissa Alvarenga - Produtora rural e idealizadora das cestas de produtos agroecológicos Brasavola - São José do Calçado/ES

Assim, essa história de sucesso é apenas o começo de uma trajetória escrita com muito trabalho, esforço, engajamento e sonhos. Melissa é um exemplo de que as mulheres podem e devem lutar por aquilo que desejam, pois é esse tipo de força, coragem e reconhecimento necessários para se quebrar as injustiças de gênero no Brasil.



FOTO: Cláudio Costa

A produtora Melissa Almeida em sua rotina de trabalho na propriedade.



FOTO: Cláudio Costa

Quer conhecer mais sobre essa história?

Melissa Almeida - Produtora rural e idealizadora das cestas de produtos agroecológicos Brasavola - São José do Calçado/ES.

4 DONA ZILMA: A JORNADA DE UMA, ENTRE TANTAS MULHERES INDÍGENAS DO ESPÍRITO SANTO

Fabricio Iglesias Valente

D.Sc. em Entomologia e Conservação da Biodiversidade.

Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade, Ipem/Incaper.

fabricio.valente@incaper.es.gov.br

Helineusa Cavallieri Selvatici da Costa

Graduada em Administração Rural.

Assistente de Gestão, Seger/Incaper.

Em 1º de novembro de 1961, na comunidade de Lajinha, em terras banhadas pelo manguezal do Rio Piraquê-Açu no Município de Aracruz/ES, nascia nas mãos de sua avó, Zilma Maria Santos Vicente (Dona Zilma), em uma casinha de palha e chão batido. Chão esse que se passava batenga¹, para ficar branco, liso e sem poeira.

Cresceu junto aos seus nove irmãos, em meio às outras quinze famílias que existiam na comunidade. Quando criança, ela viveu nos moldes de uma família ribeirinha, em que a pesca e a cata do caranguejo e outros mariscos são sinônimos de nutrição e subsistência. A família possuía uma dinâmica bem definida, o pai pescava e os filhos acompanhavam a mãe na roça, o que garantia tudo que era necessário para o sustento: mandioca, abóbora, batata, banana, abacate, mamão, feijão, fubá queimado com café, carne e os frutos do “mangue”.

Sendo o artesanato a alternativa para a construção de ferramentas, ela aprendeu com seu pai a fabricar samburás², cestas e balaies, que eram utilizados em casa e para vender em Sauassú, como era chamado o distrito da sede de Aracruz. Outra fonte de renda, era a lenha rachada pelo seu pai, que comercializava em Santa Cruz.

Dona Zilma descreve que o mundo para ela se resumia em apenas o que vivia: socar fubá no pilão, trabalhar com a mãe na lavoura, pescar e “catar” mariscos. Durante toda a infância e adolescência só existia este mundo. Sobre a cidade de Vitória, só ouvia falar como algo bem distante. A escola, que era na casa de uma família, foi conhecer com 8 anos de idade. O envolvi-



Zilma Vicente - Indígena da Aldeia Areal - Aracruz/ES.

FOTO: Cláudio Costa



A indígena Zilma Vicente produzindo artesanalmente um samburá - Aldeia Areal - Aracruz/ES.

mento com a roça e a distância a ser percorrida a pé foi limitação para avançar nos estudos. Ela lembra que o caminho até a escola durava 40 minutos andando rápido, quase correndo.

Em 1979, os indígenas de Aracruz acabavam de ser reconhecidos pela demarcação de terras pelo governo. Nesta época, com 15 anos, ela foi pela primeira vez à cidade. Ao lembrar dessa experiência, relata que eram chamados de “bugres”³ ou “caboclos”, e chegou a ser indagada se ela comia carne crua. Assustada e sem entender o porquê das perguntas, respondia: “Não, como carne assada”. Seu atual esposo, o Sr. Jonas do Rosário (o Caci-que Jonas), explica que na região realmente existiam tribos que atacavam o que aparecesse em suas terras, porém, há no mínimo quatro gerações anteriores.

Aos 23 anos, se casou com um rapaz indígena e foi morar com ele na Aldeia Irajá como, nas suas origens, seus avós viviam aldeados na Aldeia Pau Brasil. Seus quatro filhos foram criados com os costumes indígenas e começaram desde cedo a lidar com a terra e o manguezal. Com a mãe, aprenderam plantar, colher, remar e mariscar, e também fazer balaio e samburá². Assim como ela, também tiveram que conciliar trabalho e escola.

O preconceito sofrido pela diferença cultural e financeira tornou difícil a adaptação na primeira escola fora da Aldeia, em Coqueiral. As exigências quanto ao uso de sapatos e o destrato diário por professores e alunos tornou a escola um ambiente hostil, que levou as crianças a não merendarem e não interagirem na sala de aula. Frente às dificuldades, o pai se posicionava contra a permanência dos filhos na escola e acreditava que, assim como eles, deveriam ser apenas marisqueiros.

Toda percepção quanto ao ambiente escolar foi mudada assim que ingressaram na nova escola na sede de Aracruz. Sendo bem recebidos, tiveram sua cultura e tradições exaltadas por todos. Nessa escola os filhos de Dona Zilma obtiveram bom rendimento e passaram a ter prazer em estudar.

Mesmo sem o apoio do marido, a persistência de manter os filhos na escola continuou. Os obstáculos foram diversos. Enquanto a necessidade aumentava com os filhos indo cursar o Técnico Agrícola em Colatina, o manguezal já não estava abundante como em sua infância. Disse ela: “Eu voltava lá atrás: enquanto criança eu não pude estudar... Eles sonhavam. E eu chorava por isso... Mas nunca falei um não quando eles queriam coisas boas”.

Para manter os filhos estudando, ela passou a trabalhar três dias por semana como faxineira, intercalando com a coleta de marisco e o cuidado com a lavoura. O trabalho de casa e a lida com os animais eram feitos bem cedinho ou à noite. O suporte da Funai (Fundação Nacional do Índio) foi fundamental durante o período que os meninos estudavam fora da cidade.



Zilma Vicente – Indígena da Aldeia Areal - Aracruz/ES.

Quando a filha mais nova tinha 9 anos, separou-se do marido e assumiu sozinha por dois anos o cuidado e o sustento dos filhos, inclusive o gasto com os estudos.

Já vivendo com o Sr. Jonas, e com o grande esforço de assumir tantos trabalhos ao mesmo tempo, ficou doente e já não tinha mais condições de fazer as faxinas. Neste momento, recebeu o reconhecimento dos filhos mais velhos, já engenheiros, que a ajudaram financeiramente para que pudesse diminuir seus esforços e recuperar a saúde.

Com suas raízes na terra, continuou a viver nos costumes de sempre: plantar feijão, criar animais, fazer farinha, preparar remédios com plantas medicinais, tecer cestas, entre outros artesanatos, além de reunir os filhos para comer beiju e galinha caipira. Também passou a participar dos trabalhos com o Cacique Jonas na comunidade Areal. Coordenando o Grupo de Mulheres da Aldeia Indígena Areal, tornou-se membro da Comissão de Mulheres, responsável por levar a demanda feminina junto à Comissão de Caciques das Comunidades Indígenas.

Entre reuniões, eventos e o convívio com demais lideranças, Dona Zilma consolida o respeito e notoriedade junto às aldeias indígenas capixabas. Sua liderança e empenho na ampliação de conhecimentos contou com o apoio do Incaper, Prefeitura, Sindicatos e instituições privadas. Sua participação na mobilização e motivação das mulheres indígenas para participarem dos mais diversos cursos, oficinas e movimentos de luta dos direitos indígenas propiciou à comunidade muitos conhecimentos, que culminaram em alternativas de renda, segurança alimentar e maior independência das mulheres das aldeias.

O Incaper esteve presente em vários momentos da trajetória de Dona Zilma na ampliação de seus conhecimentos. Por meio de cursos, palestras e visitas, ela e suas companheiras expandiram o entendimento em muitas atividades, como: a cultura da aroeira nativa e seus derivados, o potencial econômico das plantas medicinais, reaproveitamento de produtos, técnicas de manejo e agregação de valor na agricultura, piscicultura, meliponicultura e apicultura. Uma importante realização delas foi a participação na elaboração da cartilha “Semeando Saúde”, na qual o conteúdo sobre as plantas medicinais de uso tradicional indígena está registrado para as futuras gerações.

Hoje suas atividades agrícolas são dedicadas à horta, criação de galinhas, porcos e peixes, além de sua grande paixão pelas abelhas (nativas e africanizadas), vivendo uma interação, além do mel produzido “É como se a gente tivesse conversando com os animais”, diz empolgada.

Tendo se transformado numa liderança, ela enfatiza que é preciso ouvir com atenção a todos, respeitar as opiniões, se posicionar de forma impessoal e imparcial. Com essas premissas, Dona Zilma segue trocando conhecimentos e ativa nas ações que possam manter as terras, tradições e história de seus antepassados, se sustentando de uma agricultura de bases ecológicas, respeitando o ambiente e as pessoas com quem convive.

1 - Batinga:

Solo argiloso de coloração branca.

2 - Samburá:

Cesto de cipó ou taquara, muito usado para carregar iscas de pesca.

3 - Bugre:

Denominação pejorativa e preconceituosa atribuída aos indígenas por serem tidos como selvagens, rudes, incivilizados e hereges.



FOTO: Cláudio Costa

A indígena Zilma Vicente durante seu trabalho nas colmeias para extração de mel - Aracruz/ES.

5 ELAS NA AGROECOLOGIA: A CONTRIBUIÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA DO MUNICÍPIO DE ICONHA

Luciano Macal Fasolo

Especialista em Cooperativismo e Associativismo.

Coordenador de Projetos, Seag.

luciano.fasolo@seag.es.gov.br

A história pode ser contada de diversas maneiras. Ela pode ser contada a partir dos fatos relevantes, de transformações e avanços, ou a história pode ser contada a partir da perspectiva das pessoas que ajudaram a construí-la. A agroecologia capixaba é um exemplo desse processo, sua concepção, seu desenvolvimento e seus resultados são produto do trabalho, da perseverança e da persistência de pessoas, homens e mulheres que superaram críticas, preconceitos, falta de apoio e desconfiança para construir a história.

Desde os tempos da chamada “agricultura alternativa”, agricultores e agricultoras e organizações da sociedade civil, muitas vezes a despeito do poder público e de políticas públicas que caminhavam na direção contrária, pavimentaram o caminho para um segmento que, segundo o PEDEAG (2015), contempla mais de 2000 agricultores, considerando aqueles regularizados e em processo de transição agroecológica.

Propor um modelo de agricultura sem a dependência do veneno, sem uso de insumos químicos, um modelo de agricultura onde pesquisadores, extensionistas e agricultores dialoguem em igualdade na construção do conhecimento e na resolução de problemas é, ainda hoje, um exercício que desafia padrões. Pensar que agricultores e agricultoras propuseram (e fizeram) isso na década de 1980, no auge da chamada revolução verde, torna a história e as conquistas desses homens e mulheres, e da própria agroecologia, ainda mais importantes e belas.

A agroecologia é muito mais do que simplesmente uma forma de produzir sem usar veneno. A agroecologia é um movimento de contestação, de



Erenilda Guio - Agricultora familiar e liderança na Associação de Agricultores Agroecológicos Vero Sapore - Iconha/ES.

FOTO: Cláudio Costa

ruptura. Agroecologia é um campo da ciência que congrega as múltiplas dimensões, que extrapola em muito o campo agrônomo ou ecológico, que questiona a relação de dependência, relações sociais entre homens e mulheres e entre as gerações, assim como as conexões entre campo e cidade. Agroecologia é um movimento que nasce da contestação dos efeitos e impactos da revolução verde, o questionamento e a ruptura com paradigmas e padrões estabelecidos é parte do DNA do movimento agroecológico.

Neste contexto, a agroecologia apresenta uma de suas vertentes contestatórias materializadas no papel da mulher. A agricultura capixaba é fortemente caracterizada pelo patriarcado, o trabalho da mulher muitas vezes não é reconhecido ou valorizado, o machismo, em muitas vezes e em muitos lugares, é a regra. A agroecologia se propõe a mudar esse contexto. Na agroecologia mulheres são protagonistas, lideram organizações, conduzem propriedades, prestam assistência técnica, constroem conhecimentos e práticas agroecológicas ao mesmo tempo em que des-

troem a ideia de que o trabalho da mulher é só um complemento do trabalho do homem. Nas palavras do GT Mulheres, da Articulação Nacional de Agroecologia: “Sem feminismo não há Agroecologia” (manifesto de mesmo título elaborado por ocasião do IV Encontro Nacional de Agroecologia em Belo Horizonte, 2018).

O feminismo e a agroecologia são parte de uma mesma construção, de uma mesma contestação, são parte de uma transformação social que busca soberania dos agricultores sobre seus territórios, que promove a produção e o consumo de alimentos saudáveis, que busca o uso e o manejo sustentável dos agroecossistemas ao mesmo tempo em que reconhece o papel feminino na construção do conhecimento agroecológico.

Erenilda Luzia Chuina Ferreira Guio é um exemplo desse protagonismo feminino. Nascida no Interior de Iconha/ES, na comunidade de Venezuela, mudou-se para Guarapari aos 17 anos de idade. Era uma menina pobre, que sofreu preconceito por ser uma “caipira”. Mais tarde, já adulta, no ano de 1999, casou-se e retornou para Iconha, para morar novamente no interior, dessa vez na comunidade de Campinho. Voltou a ser muito criticada, dessa vez por ser “sonhadora demais”.

Nesse momento, ela teve que encarar o desafio de cuidar da propriedade da família do esposo, que havia sofrido um acidente anos antes e que não tinha condições de fazer as atividades na roça e cuidar da propriedade como necessário. É uma propriedade pequena, menor do que a maioria das propriedades capixabas, são apenas 2 hectares com relevo acidentado e que era baseada na produção de café e banana. As limitações do esposo, as características da propriedade, tudo conspirava para que Erenilda buscasse outros caminhos. No entanto, a opção foi viver da agricultura, mas não da agricultura que já era feita na propriedade.

Desde o primeiro momento, o projeto de Erenilda era banir os agrotóxicos e trabalhar a propriedade a partir dos conceitos da agroecologia. Muito dessa opção deve-se ao trabalho da Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – Apta, que à época desenvolvia um trabalho pioneiro de estímulo às iniciativas agroecológicas a partir de ações de assistência técnica e extensão rural. A Apta estimulou o processo de organização social e a criação de uma associação.



FOTO: Cláudio Costa

A agricultora Erenilda Guio em sua rotina de trabalho na propriedade.

A partir do amadurecimento do trabalho e das iniciativas, surgiu a ideia de construir uma cozinha industrial para o beneficiamento das frutas, verduras e produtos produzidos pelos agricultores que participavam do projeto.

A certeza de que a agroecologia e a organização social eram os caminhos a serem seguidos levou Erenilda a buscar apoio do poder público local. O contato não foi frutífero, e por falta de conhecimento sobre agroecologia, por desconfiança, ou talvez pelo preconceito, tanto pela agroecologia quanto pelo fato de ser uma mulher que liderava a busca pelo apoio, ela foi desencorajada a seguir com seus projetos e aconselhada a buscar outros caminhos. Mas desistir nunca foi um opção. Assim, entre os anos de 2000 e 2004, apenas a Apta desenvolvia atividades de assistência técnica na comunidade.

Apesar das dificuldades, o trabalho começou a render frutos, o grupo conquistou, no ano de 2000, um espaço para comercialização dos produtos agroecológicos na feira municipal de Inconha. Era apenas uma banca, que contava com produtos de todo o grupo. O volume de vendas era pequeno e o projeto de construir a cozinha demandava dinheiro. A solução foi tentar a sorte vendendo os produtos no município de Piúma/ES de “porta em porta”, em um “trabalho de formiguinha”.

Aos poucos, o sonho da cozinha foi se tornando realidade. A criação, no ano de 2002, da primeira feira exclusivamente orgânica do estado, no bairro Barro Vermelho em Vitória, foi um grande impulso para o grupo, que já nesse momento ocupava papel de destaque no cenário e nas discussões sobre o futuro da agroecologia capixaba.

Após mais de 4 anos de discussão, formação e planejamento, em 2004 a Associação Vero Sapore finalmente foi registrada e, neste mesmo ano, a Prefeitura Municipal passou a apoiar o projeto, o que levou o Incaper, a partir do ano de 2006, com a chegada de novos técnicos, a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento da Associação, seja por meio das ações de Ater, seja por meio do apoio na elaboração de projetos.

Nos anos seguintes, a Vero Sapore participou do processo de criação de outras Feiras Orgânicas, na Praia da Costa, em Vila Velha e em Jardim Camburi, em Vitória. Hoje a Associação possui 5 pontos de comercialização direta em



FOTO: Cláudio Costa

A agricultora Erenilda Cuio preparando mudas para o cultivo.

feiras (Iconha, Barro Vermelho, Praia da Costa, Jardim Camburi e Centro da Praia Shopping).

Outras conquistas vieram com o tempo. Em 2009, a Vero Sapore foi beneficiada pelo Governo do Estado, via Pronaf Capixaba, com um caminhão para transporte dos produtos. Também com apoio do governo estadual, a Associação foi contemplada com recursos para a construção de parte da estrutura da sede, além de equipamentos como a unidade de beneficiamento e processamento de café, a qual contava com torrador, moinho, balança e seladora de embalagens. A Associação conseguiu também equipamentos para cozinha industrial como liquidificador industrial, batedeira, cilindro, freezer e outros.

A Vero Sapore conta hoje com 10 associados, sendo cinco homens e cinco mulheres. O produto principal é a banana, que é o carro chefe da região. As propriedades funcionam a partir de sistemas agroflorestais sintrópicos, onde são plantadas cerca de 100 variedades diferentes de frutas, verduras,

legumes e café. Parte da produção do grupo é beneficiada e transformada em pães, bolos, biscoitos, banana passa, doces e pó de café, na unidade de produção da Associação.

O amor pela terra, pela natureza e pela agricultura e a devoção inegociável aos princípios da agroecologia levaram Erenilda e a Vero Sapore a se consolidarem como referências na agroecologia capixaba. O trabalho de Erenilda como agricultora agroecológica é inspirador, são apenas 2 hectares que geram renda e sustento para sua família, mostrando que a agroecologia é uma atividade viável sob todos os pontos de vista e que é sim possível produzir, gerar renda, viver da terra, sem, no entanto, destruir a natureza, nossos recursos naturais e o meio ambiente.

O papel de Erenilda como liderança é referência. A Vero Sapore é a única Associação de agricultores orgânicos e agroecológicos que faz a opção exclusiva pela modalidade de comercialização coletiva, onde todos os pontos de comercialização são conduzidos pela Associação e não por famílias individuais, reforçando os princípios do associativismo. A atuação de Erenilda e de todos os associados na Vero Sapore contribui para a promoção e fortalecimento da imagem da agroecologia e, contribui para que as pessoas das cidades sejam mais conscientes sobre a importância da saúde, da segurança do alimento e do meio ambiente, afinal, o consumo é um ato político, e todos ajudamos a financiar e a viabilizar aquilo que consumimos.

A agroecologia é um complexo constructo de dimensões e conhecimentos que contemplam aspectos sociais, ambientais, agronômicos, econômicos e culturais. Quando equilibradas cada uma delas, a interação destas diversas dimensões resulta em sistemas de produção sustentáveis e resilientes. O ser humano não é diferente: representamos ao mesmo tempo diversos papéis na sociedade e, quanto desempenhamos cada um deles de forma correta, o resultado da interação é uma contribuição valiosa para a comunidade que nos cerca e para a sociedade como um todo.

Erenilda é um grande exemplo disso: mulher, líder, agricultora agroecológica, esposa, pesquisadora... são diversas dimensões de uma mesma pessoa, todas elas desempenhadas com maestria e que tanto contribuíram para o desenvolvimento da agroecologia capixaba.

“Eu amo a terra e se não tivesse tudo isso que construímos, começaria tudo de novo. Eu amo a terra e tenho certeza que não seria feliz em nenhum outro lugar.”

Erenilda Guio - Agricultora familiar - Iconha/ES



A agricultora Erenilda Guio e seu esposo Deusmar Guio - Iconha/ES.

6

SÍTIO CONQUISTA - A MULHER E SEU IMPORTANTE PAPEL NA DIVERSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

**Priscila de Oliveira
Nascimento**

Mestranda em Agroecologia.

Agente de Extensão em
Desenvolvimento Rural,
Incaper.

priscila.nascimento@incaper.
es.gov.br

As dificuldades do campo já fizeram muitas famílias rurais migrarem para os grandes centros urbanos em busca de condições de vida melhores. Entretanto, há um caminho contrário mais recente, no qual aqueles que um dia buscaram melhores condições na cidade, hoje retornam para o campo para aplicar seus conhecimentos. Seja pelas novas tecnologias que otimizam as atividades agrícolas ou pela necessidade da sucessão familiar, jovens têm retornado ao campo para gerenciar suas propriedades.

Em meio a esse cenário está a força de trabalho feminina. No passado ou agora, mulheres sempre trabalharam, porém, suas atividades, na maioria das vezes, foram, ou ainda são, encaradas como ajuda, por parte de terceiros ou por elas mesmas. Sendo assim necessário, como sugerem Alves, Sell e Castro (2018), despertar uma visão crítica sobre a igualdade de gênero no campo e a valorização das atividades da mulher, seja no trabalho doméstico, na lavoura ou na criação de animais, estando ela à frente da propriedade ou não.

O trabalho feminino no campo, apesar de contribuir na renda da família, ainda remete, para muitos, como atividade complementar à atividade exercida pelo trabalho masculino e essa falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino dentro do setor produtivo (ALMEIDA et al., 2014). Essa concepção sobre o papel da mulher vem sendo contestada e refutada, redirecionando para sua importância e seu papel no meio rural em distintas instâncias, por sua relevante participação nas atividades do grupo familiar e na sociedade a que pertence, questionando a imagem de uma mulher rural apenas ajudante e coadjuvante (SPANVELLO, MATTE e BOSCARDIN, 2016).





FOTO: Cláudio Costa

A agricultora Edileuza Morelli junto ao esposo Cristiano Silva - Dores do Rio Preto/ES.

Segundo Alves, Sell e Castro (2018) e Carneiro et al. (2001), além da sua importância nas atividades agrícolas e não agrícolas, a mulher também desenvolve um papel fundamental no desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural, estando intimamente ligada aos costumes, tradições e valores.

A história de vida da agricultora Edileuza Vimercati Morelli, de Dores do Rio Preto/ES, passa por este cenário de divisão de trabalho, de afazeres domésticos e atividades na lavoura de café. Ela cresceu no meio rural, trabalhando com os pais nas lavouras cafeeiras, mas também aprendeu os afazeres do lar e a costurar com a sua mãe.

Formada em Administração de Empresas, ela trabalhou na cidade, no setor privado e no serviço público, mas retornou há quatro anos para o meio rural junto ao seu marido, Cristiano, e sua filha, Tiffany. Eles adquiriram um pequeno sítio perto da cidade e decidiram se dedicar ao cultivo do café e a cuidar do seu próprio negócio.

Para dar conta de todas as atividades, o casal se organiza e divide as responsabilidades. A propriedade atualmente conta com outros cultivos, consorciados ou não com o café, como a banana, a oliveira, a pupunha e as rosas. E, além das atividades agrícolas, Edileuza também se dedica a sua casa de bordados.

Almeida et al. (2014) afirma que nas estratégias de desenvolvimento rural, a diversificação da propriedade tem forte relação com a participação da mulher contribuindo de forma significativa, isso sendo possível quando ela tem acesso não só às responsabilidades da família, mas também às da produção. De acordo com Schwendler (2020), pesquisas apontam que a participação da mulher na economia camponesa tem sido fundamental para assegurar a soberania alimentar, reduzir os riscos da pobreza, em função da valorização do bem-estar da família e assegurar a biodiversidade no campo.

“No início o marido não gostou muito da ideia das flores. Foi difícil ele ceder uma área. Mas com a orientação das técnicas do Incaper, fizemos um planejamento e, então, ele aceitou. Trabalhamos juntos.”
Edileuza Morelli - Produtora de rosas - Dores do Rio Preto/ES

Entre as atividades da roça, bordados e afazeres domésticos, Edileuza se desdobra, mas garante gostar da rotina, apesar de ser muito cansativa. Segundo ela, a renda é do casal, mas cada um tem suas responsabilidades. Cristiano ficou com o café e, assim, todas as atividades ligadas a esta cultura cabem a ele. Sob sua responsabilidade estão as roseiras, cultivo que ela iniciou em 2020 e vem trabalhando para aumentar sua área de produção, bem como todo o planejamento para ampliação da área destinada ao cultivo de plantas ornamentais e a implantação do paisagismo na propriedade. A tomada de decisão é do casal e, mesmo com as divisões de responsabilidade, ambos se ajudam. Esta é uma realidade diferente da grande maioria, onde o papel central de comando e de tomada de decisão nas propriedades é, ainda, exclusividade masculina, tendendo às mulheres alguma autonomia quando determinada atividade produtiva não é central na geração de renda da propriedade, como citam Spanevello, Matte e Boscardin (2016).

“Tivemos que dividir as responsabilidades para podermos participar das capacitações. Assim, conseguimos nos organizar e aprender mais para aplicarmos no sítio.”
Edileuza Morelli - Produtora de rosas - Dores do Rio Preto/ES

Antes de iniciar o cultivo de plantas ornamentais no sítio, ela conta que buscou apoio na Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do

Sul Caparaó/ES, a Sulcaflor. Ela participou de várias capacitações e missões técnicas, organizadas pelo Incaper e pelo Sebrae. E, depois de algumas tentativas, ela escolheu a rosa para ser a primeira espécie para produção de flores de corte a ser implantada no sítio. Hoje, ela faz parte da diretoria da Sulcaflor e participa ativamente de todas as ações da Associação, como organização de eventos e melhorias na estrutura da sede da Associação.

“Com a assistência técnica a gente teve acesso a informações que sozinhos nós nunca teríamos. Todos eles, Incaper, Senar, Sebrae e a Caparaó Jr., nos ajudaram muito e ajudam. Com a orientação deles a gente faz a adubação direito e estamos diversificando o sítio. Hoje temos até oliveiras!”

Edileuza Morelli - Produtora de rosas - Dores do Rio Preto/ES

O acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Reflorestar, ajudou a família a fazer as mudanças necessárias na propriedade, como a diversificação dos plantios, o aumento da área de café e a melhoria na estrutura de beneficiamento e armazenamento deste. O Pronaf é a primeira e mais importante política pública destinada a agricultores familiares no Brasil (SOUZA, ALMEIDA e LEITÃO, 2017). Como uma política de crédito agrícola nacional voltada aos agricultores familiares, ele fortalece a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribui para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhora a qualidade

de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER et al., 2004). O Reflorestar é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo que busca recuperar e aumentar a cobertura florestal em seu território, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos.

“Com o Pronaf Custeio melhoramos a estrutura de beneficiamento do café no sítio do meu sogro, onde também tocamos uma lavoura e, com o Reflorestar, aumentamos a área de café e incluímos outras espécies, como a banana e a pupunha.”

Edileuza Morelli - Produtora de rosas - Dores do Rio Preto/ES

Edileuza conta orgulhosa que com o apoio e orientação técnica do Sebrae ela conseguiu registrar a marca do sítio, que se chama “Sítio Conquista”.

“Era um sonho e muito importante para nós que todos pudessem conhecer a nossa história e nossos produtos. Tudo que fazemos hoje é para melhorar a nossa produção. Queremos ser conhecidos pelos nossos cafés especiais e pela excelência na produção das rosas e outras flores de corte. Quando tudo estiver do jeitinho que sonhamos, queremos receber turistas e outros clientes na nossa propriedade e vender nossos produtos.”

Edileuza Morelli - Produtora de rosas - Dores do Rio Preto/ES

Esta conquista é da família de Edileuza e também de todas as instituições de Ater que a acompanham. Buscar conhecimento técnico e aplicar as recomendações feitas exige esforço, coragem e determinação. A mulher nas propriedades rurais tem essa percepção e, com espírito empreendedor, elas têm feito a diferença no campo.



FOTO: Claudio Costa

A agricultora Edileuza Morelli com o seu esposo Cristiano Silva no roseiral - Dores do Rio Preto/ES.

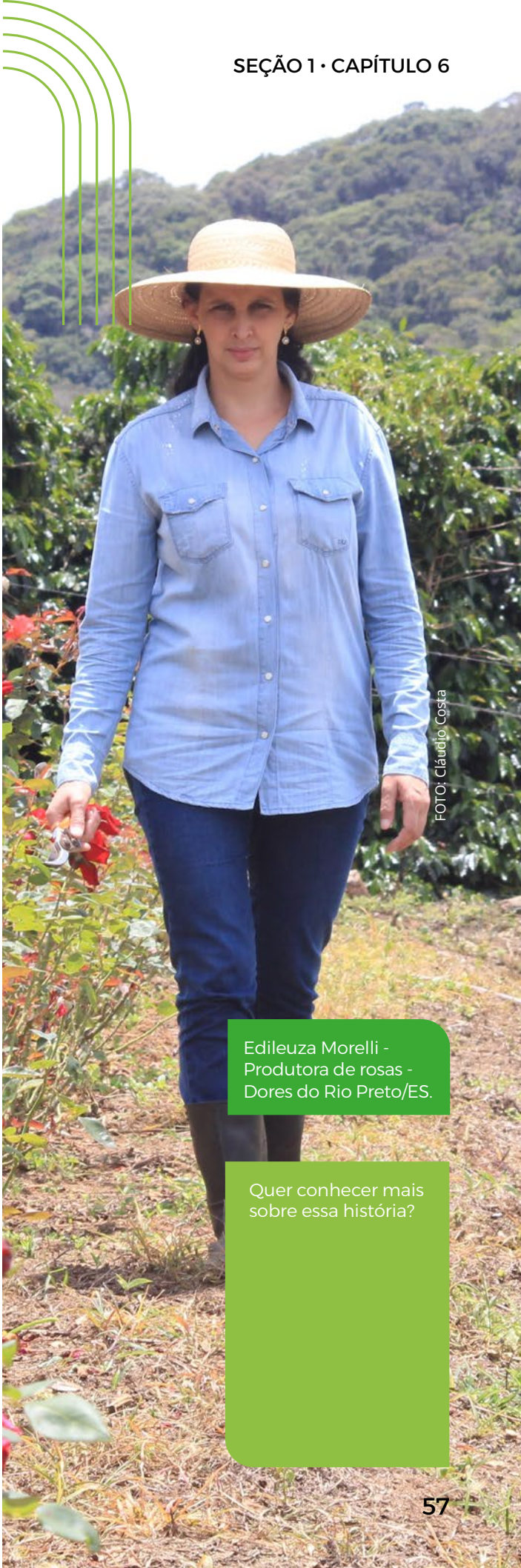


FOTO: Claudio Costa

Edileuza Morelli - Produtora de rosas - Dores do Rio Preto/ES.

Quer conhecer mais sobre essa história?

7 RESERVA DOS IMIGRANTES: UMA RECEITA DE SUCESSO

Jackson Fernandes de Freitas

M.Sc. em Engenharia Mecânica.

Coordenador de Agroindústria e Empreendedorismo Rural, Seag.

jackson.freitas@seag.es.gov.br

“Troquei o scarpin pela galocha!”. Esta frase dita por Karla Lievore poderia ser o título deste artigo, mas, me desculpe Karla, estaria sendo injusto com outras duas gerações de mulheres da família Lievore que foram as precursoras da queijaria Reserva dos Imigrantes.

A história poderia ser confundida como mais uma das descendentes de italianos que desembarcaram no Espírito Santo a partir do século XIX, mas uma receita simples associada com a determinação da família fez com que a família Lievore, proprietária da fábrica de laticínios Reserva dos Imigrantes, tenha se tornado um dos maiores casos de sucesso no Espírito Santo em se tratando de uma agroindústria familiar. A agroindústria fica localizada no distrito de Baunilha, pertencente ao município de Colatina, e teve início em 2006, mas a história começa duas gerações atrás e tem tudo para se estender por muitas outras.

A data é incerta, mas há cerca de 80 anos, das mãos de Adelina Aguida Zambaldi Lievore saíam queijos produzidos para o consumo da família, que depois começaram a se tornar uma fonte de renda. Descendente de italianos, Adelina produzia o queijo artesanalmente com a receita italiana, aprendida com seus antepassados, da qual até o coagulante (coalho) era natural, sendo utilizado o estômago de animais como porcos, ovinos e bezerros, uma vez que não existiam ainda no mercado os coagulantes industriais.

Com o tempo, a receita de dona Adelina foi transmitida para a nora Hermínia, casada com Antônio, o filho mais novo dos 13 filhos, a quem ficou incumbida a missão de tocar a propriedade. Ainda artesanalmente, com fabricação to-



Mulheres da família Lievore (Karla, Hermínia e Andressa) - Produtoras rurais e proprietárias da agroindústria Reserva dos Imigrantes - Colatina/ES.

FOTO: Cláudio Costa



Registro da desenformagem dos queijos durante a fabricação.

talmente manual, a produção de queijo teve continuidade por décadas, sempre mantendo a receita original. O comércio normalmente era realizado na propriedade e para atravessadores que iam buscar o queijo.

Da união de Hermínia e Antônio, nasceram Karla, Hiran e Antônio Carlos Junior. A produção de leite e queijo, além das outras atividades da propriedade, permitiu que os filhos estudassem. Karla formou-se em Direito, Antônio Carlos em Medicina Veterinária e Hiran como Técnico em Agropecuária.

Karla, após formada, fez o curso de magistratura e iniciou a carreira como advogada em Vitória. O início de carreira era cheio de desafios, como é a carreira de todo recém-formado. Mesmo com os pedidos do pai, Karla inicialmente relutava em retornar para a propriedade, porém em 2006, por motivos de saúde do senhor Antônio, ela toma a decisão de retornar. Segundo ela, o período de readaptação ao meio rural foi difícil, mas encarou e diz que o “sangue” (sentimento de família) falou mais alto.

Nesse momento, a família já contava também com Andressa, casada com Hiran, que apesar de formada e de ter atuado como professora, já iniciava a pegar gosto pela produção de queijo. Com o retorno de Karla e a determina-

ção de Hermínia e Andressa, em 2006 começa a história da Queijaria Reserva dos Imigrantes. O registro inicialmente foi no Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M.). A receita, apesar de ainda artesanal, teve que se adaptar às exigências sanitárias e o leite passou a ser pasteurizado, ainda que realizando a pasteurização de forma rudimentar em panelas. O registro inicialmente só permitia o comércio dentro do município, mas com o sucesso do produto, investiram em adequações e em menos de um ano conseguiram o registro no Serviço de Inspeção Estadual (S.I.E.) e, assim, receberam a autorização para comercializar seus produtos em todo o Espírito Santo.

No início, a produção contava com cerca de 300 litros de leite, com a dona Hermínia e sua nora Andressa à frente da produção e Karla responsável pela área administrativa e financeira. O senhor Antônio e Hiran se dedicaram ao manejo da propriedade e, como o leite utilizado é todo oriundo da propriedade, o sucesso do Queijo Minas e, neste momento, também da Ricota Fresca, acabaram por demandar melhorias para o aumento da produção de leite. Assim, a família optou por investir na propriedade, com aumento dos reservatórios de água, utilização de piquetes rotacionados e técnica de manejo dos animais.



Karla Lievore - Produtora rural e gestora da agroindústria Reserva dos Imigrantes - Colatina/ES.



As mulheres da família Lievore (Karla, Herminia e Andressa) apresentando o queijo produzido pela agroindústria Reserva dos Imigrantes - Colatina/ES.

Com o aumento da demanda, a agroindústria também precisou se adequar e o trabalho totalmente manual passou a ser parcialmente realizado por equipamentos com a troca de pasteurizador e tanques com agitação mecânica. Dona Hermínia assumiu um novo papel na família, passando a se dedicar mais aos netos e menos à produção, com Andressa ficando com a responsabilidade da produção.

Família empreendedora nunca para e, em 2015, deram mais um passo e partiram para a melhoria do rebanho, investindo na genética dos animais e também no bem-estar animal, algo que Karla gosta muito de ressaltar. Hoje, todos os animais em lactação são nascidos na propriedade, resultado de melhoramento genético, inclusive com a utilização da fertilização in vitro com base nas vacas de melhor desempenho, além do uso contínuo de inseminação artificial. O trabalho está rendendo frutos tão bons que a família já se visualiza no mercado como fornecedora de animais de qualidade.

Ela ressaltar que, devido à topografia acidentada da propriedade, sentiram a necessidade de dar maior conforto aos animais para melhoria da produção de leite. Resume dizendo que se as vacas estão bem, o leite é de melhor qualidade e, por consequência, os produtos também. E os resultados começaram a aparecer logo. Hoje a propriedade já produz 1800 litros de leite que são destinados para a produção da agroindústria, com 75 vacas em lactação. A propriedade, que era tocada apenas pela família, já emprega pessoas de 23 famílias, desde o plantio do milho para produzir a silagem até a produção do leite, os derivados e o atendimento aos consumidores.

Karla possui 2 filhos, Lorenzo e Maria Clara, que atualmente estão com 10 e 11 anos, respectivamente. Andressa possui um filho, Luiz Otávio, com 9 anos. A relação das crianças com o meio rural é intensa. Karla diz que na propriedade a sucessão familiar é real e ocorre a todo vapor. Senhor Antônio fala com orgulho que os netos sabem explicar cada atividade da propriedade, sabem manejar os animais e que acompanham tudo de perto. Eles ressaltam que a prioridade dos meninos é o estudo, que eles têm a liberdade para seguir suas carreiras, mas que sentem muito orgulho de que mesmo tão jovens os meninos já são apaixonados pelo campo.

Dada a paixão pela advocacia, Karla ainda advoga, mas deixa claro que a sua profissão hoje é o agronegócio. E que consegue conciliar a vida de empreendedora rural, advogada e mãe, mas que o segredo está nos laços da família, onde um apoia o outro. O termo “família” talvez seja a maior representação destes empreendedores natos: a interação entre as diferentes gerações, a divisão de tarefas na propriedade, o respeito e até mesmo as discussões e diferenças que são resolvidas na mesa, no diálogo. O sucesso do Queijo Minas e da Ricota Fresca vai muito além de uma fábrica bem construída ou da receita tradicional. É impossível não perceber que, desde dona Adelina, as mulheres na família Lievore desempenham um papel ímpar nos negócios.

Quer conhecer mais sobre essa história?



As mulheres da família Lievore (Karla, Herminia e Andressa) apresentando o queijo produzido pela agroindústria Reserva dos Imigrantes - Colatina/ES.

8 ELAS NA AGROECOLOGIA: TRAJETÓRIAS FEMININAS

Edna Silva de Abreu

M. Sc. em Extensão Rural.

Agente de Desenvolvimento em Extensão Rural, Incaper.

edna.silva@incaper.es.gov.br

No Brasil, a agricultura familiar é uma atividade que envolve aproximadamente 4,4 milhões de famílias e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo, de acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 80% de todo o alimento do planeta tenha origem a partir desse tipo de produção. É um sistema de produção agrícola praticado em pequenas propriedades rurais e caracterizado por empregar mão de obra da própria família, que tem sua renda vinculada à produção resultante desse estabelecimento.

Nesse âmbito, fica evidente a importância da participação efetiva de todos os integrantes da família para o êxito da atividade, principalmente no que diz respeito à atuação das mulheres nesse setor. Sabe-se que, historicamente, o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho apresenta dificuldades para a sua consolidação devido a aspectos culturais, salariais e às questões de gênero, inclusive no meio rural, e que muitas vezes, devido ao papel submisso na vida conjugal, a mulher não participa da realização dos negócios por serem julgadas como não conhecedoras da realidade da propriedade ou consideradas responsáveis apenas pelas tarefas do lar.

No entanto, nos últimos anos, esse cenário vem se alterando. Conforme o relatório da FAO (2019), a participação das mulheres no meio rural vem aumentando e representa, atualmente, 45% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento como o Brasil, sendo responsáveis por mais da metade da produção de alimentos, garantindo a soberania alimentar a partir de uma produção de alimentos saudáveis.



A agricultora Maria Braun e sua nora Suelen Braun - Colatina/ES.



FOTO: Cláudio Costa

Norma Nass - Agricultora familiar - Colatina/ES.

Ainda nesse contexto, apesar da atuação das mulheres no campo, estudos da FAO indicam que muitas dessas mulheres vivem em situação de desigualdade social, política e econômica e apenas 5% evidenciam receber assistência técnica. Contudo, em meio a tantas dificuldades, é importante destacar os esforços e o empenho das mulheres nesse setor da economia, principalmente quando a produção é alicerçada nos fundamentos agroecológicos. Dentre várias experiências baseadas nesse segmento, podem-se destacar aqueles encontrados no município de Colatina, localizado na região noroeste do estado do Espírito Santo.

A partir de discussões referentes às práticas alimentares e produtivas no município de Colatina, com uma assistência técnica alicerçada em uma concepção participativa e agroecológica, duas mulheres do município se organizaram e estabeleceram em suas propriedades um sistema de produção com princípios agroecológicos. O processo aperfeiçoou as estratégias locais e a diversidade, além de promover o aumento da renda familiar e a soberania alimentar com igualdade de gênero.

Essas mulheres se destacam nesse processo como guardiãs do desenvolvimento sustentável, vivenciando uma nova história e incrementando a renda de suas famílias. Testemunham que a agroecologia é propícia para uma agricultura de menor escala, além de proporcionar a sustentabilidade nas pequenas propriedades. Elas fazem parte de um grupo de agricultores familiares que em 2016 integraram em um projeto para uma formação na produção agroecológica. O projeto foi elaborado por instituições governamentais e não governamentais através de discussões, debates e seminários, com o propósito de proporcionar aos produtores conhecimento



Maria Braun - Agricultora familiar - Colatina/ES.

e domínio nos princípios básicos de uma agricultura firmada em princípios agroecológicos.

Como atores e protagonistas sociais, essas duas mulheres se empenharam em adquirir conhecimentos para incentivar hábitos alimentares mais saudáveis, livres de agroquímicos, fortalecendo e dando visibilidade às mulheres agricultoras da Comunidade do Cascatinha do Pancas, distante a 29 km da sede do município de Colatina. As mulheres têm participação ativa nas atividades agrícolas e não agrícolas, buscando a melhoria da saúde e a geração de emprego e renda.

De acordo com Henn (2013), constata-se maior visibilidade e a participação de mulheres nas organizações sociais e que elas vêm conquistando espaço nas questões vinculadas à agricultura agroecológica, se apresentando como protagonistas e assumindo responsabilidades familiares e de liderança.

A participação feminina nas atividades agroecológicas vem sendo realizada com êxito nas propriedades de Norma e Maria, diferenciando-se das demais

por se tratarem de duas mulheres que mantêm um sistema agroecológico em suas propriedades. Elas estão mobilizando grupos, vivenciando experiências produtivas, além de disputar um espaço em um universo de desigualdades e desafios para o reconhecimento na gestão ambiental e sustentabilidade, revelando-se como novos sujeitos políticos. Assim, é crucial que seja apresentada a história dessas duas mulheres, com o propósito de estímulo e incentivo.

Nascida no estado do Espírito Santo, no interior de Santa Teresa, Maria Fehlberg Braun é filha de pais agricultores e desde a sua infância sempre participou dos afazeres e do trabalho da roça. Aos 11 anos foi morar em Colatina para continuar os seus estudos, pois era a vontade do pai. Trabalhou em casas de famílias e mais tarde no comércio para ter seu sustento. Alguns anos mais tarde seu pai adquiriu um terreno no norte do estado do Espírito Santo, e ela retornou para a casa de seus pais na roça. Lá ela conheceu seu marido e junto a ele conseguiu realizar o sonho de ter sua própria fábrica de roupas, ali na comunidade do Cascatinha do Pancas.



Norma Nass - Agricultora familiar - Colatina/ES.

FOTO: Cláudio Costa



A agricultora Norma Nass colhendo pimenta do reino - Colatina/ES.

FOTO: Cláudio Costa

Em 1985, os negócios da fábrica de roupas já não atendiam seus anseios, e a partir desta data ela encerra as atividades e passa a se dedicar à lavoura de café e às demais culturas de subsistência na propriedade. Maria sempre se dedicou às atividades agrícolas, mesmo quando tinha a sua fábrica de roupas. Em todo o tempo, trabalha na roça com seu marido, seja na colheita ou no plantio. A decisão de Maria de estabelecer sua moradia na roça foi a oportunidade de realizar vários sonhos. Entre eles, o de ter sua produção agroecológica e poder oferecer à sua família alimentos saudáveis, além de ter uma casa construída em sua propriedade e poder criar seus filhos preparando-os para a sucessão familiar, na administração da propriedade.

Hoje, seus filhos, nora e netos estão morando na propriedade e, juntamente com a nora, trabalham na produção de alimentos saudáveis, garantindo a produção com princípios agroecológicos.

Norma Ververlot Nass, pomerana, nascida na cidade de Pancas, viveu em meio às montanhas, banhos de rio, junto à natureza e, ainda criança, aprendeu a cuidar e preservar o meio ambiente. E como uma poetisa diz:

Em 1999, chegou à Comunidade de Cascatinha do Pancas com a sua família. Em 2005, Norma se casa

“Uma lembrança que carrego comigo desde a minha infância, uma imagem que eu tinha do meu quintal limpinho, o sol batendo nas copas das árvores jogando o seu brilho, aquele seu brilho verde, e as sombras das árvores no chão, é maravilhoso de se ver. Acreditava que se subisse as montanhas onde morava chegaria ao céu.”

Norma Nass - Agricultora familiar - Colatina/ES

Norma Nass - Agricultora familiar - Colatina/ES.



e passa a morar no Sítio Formosa e, neste mesmo ano, filia-se à Associação Central da Saúde Alternativa do Espírito Santo (Acesa – ES). Essa Associação, composta em sua maioria por mulheres, foi um espaço para reflexões sobre a atuação das mulheres na divulgação de técnicas de saúde popular, alimentação natural e cultivo de ervas medicinais para um modelo de desenvolvimento rural alternativo. A partir dos encontros promovidos pela Acesa, Norma compreendeu a importância do bem-estar, e que fazia parte daquela comunidade para a sustentabilidade do meio ambiente e produção de alimentos.

Podemos constatar e perceber a responsabilidade destas duas mulheres que antes não tinham destaque na produção de alimentos com princípios agroecológicos e hoje participam das decisões na produção. A emancipação e visibilidade de Norma e Maria propiciaram reduzir o preconceito e uma nova forma de organizar e gerir essa atividade.

Elas, pensando primeiramente em um modo de produção em que pudessem produzir alimentos saudáveis e ao mesmo tempo preservar as tradições agrícolas, implantaram um sistema de produção em suas propriedades para o consumo familiar e, com isso, tiveram em suas propriedades uma diversidade de alimentos.

A produção de alimentos agroecológicos nas propriedades de Norma e Maria garante uma boa alimentação com frutas, verduras, legumes, cereais e ovos para a família. O excedente da produção é comercializado em feiras ou em entregas para delivery de produtos orgânicos e agroecológicos. Outra forma de comercialização é a venda para a alimentação escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

FOTO: Cláudio Costa

Em 2019, contrapondo o modelo hegemônico da agricultura convencional, Norma e Maria aderiram à Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) uma tecnologia social de venda direta de alimentos e revalorização das identidades alimentares territoriais. A CSA traz como princípio uma compreensão em que cada participante está realizando a sustentação alternativa das propriedades agrícolas, para permanecerem e continuarem cumprindo seu papel na produção de alimentos saudáveis.

Para Norma e Maria, a CSA é mais que uma entrega semanal de cestas de alimentos frescos e locais, é um investimento na saúde, comunidade e economia local. Foi uma alternativa de relacionar a alimentação com a geração de renda, transformando pessoas em consumidores.

Além de produzir alimentos saudáveis, elas também fazem um trabalho de conscientização das pessoas. Norma é integrante do grupo Terapia Natural e realiza palestras nas escolas locais sobre saúde natural, cuidado com o meio ambiente e plantas medicinais. As propriedades de Norma e Maria são espaços com um relevante cenário para a aprendizagem. Elas recebem alunos, pesquisadores e consumidores, sendo um exemplo de eficiência e de transformação no campo. A importância de priorizar a igualdade de gênero nas iniciativas de agricultura sustentável passa a reconhecer a liderança e o conhecimento das mulheres na produção agroecológica. Elas, legitimadas como sujeitos de direitos, saíram do anonimato e da invisibilidade, para a valorização.



Maria Braun - Agricultora familiar - Colatina/ES.

FOTO: Cláudio Costa

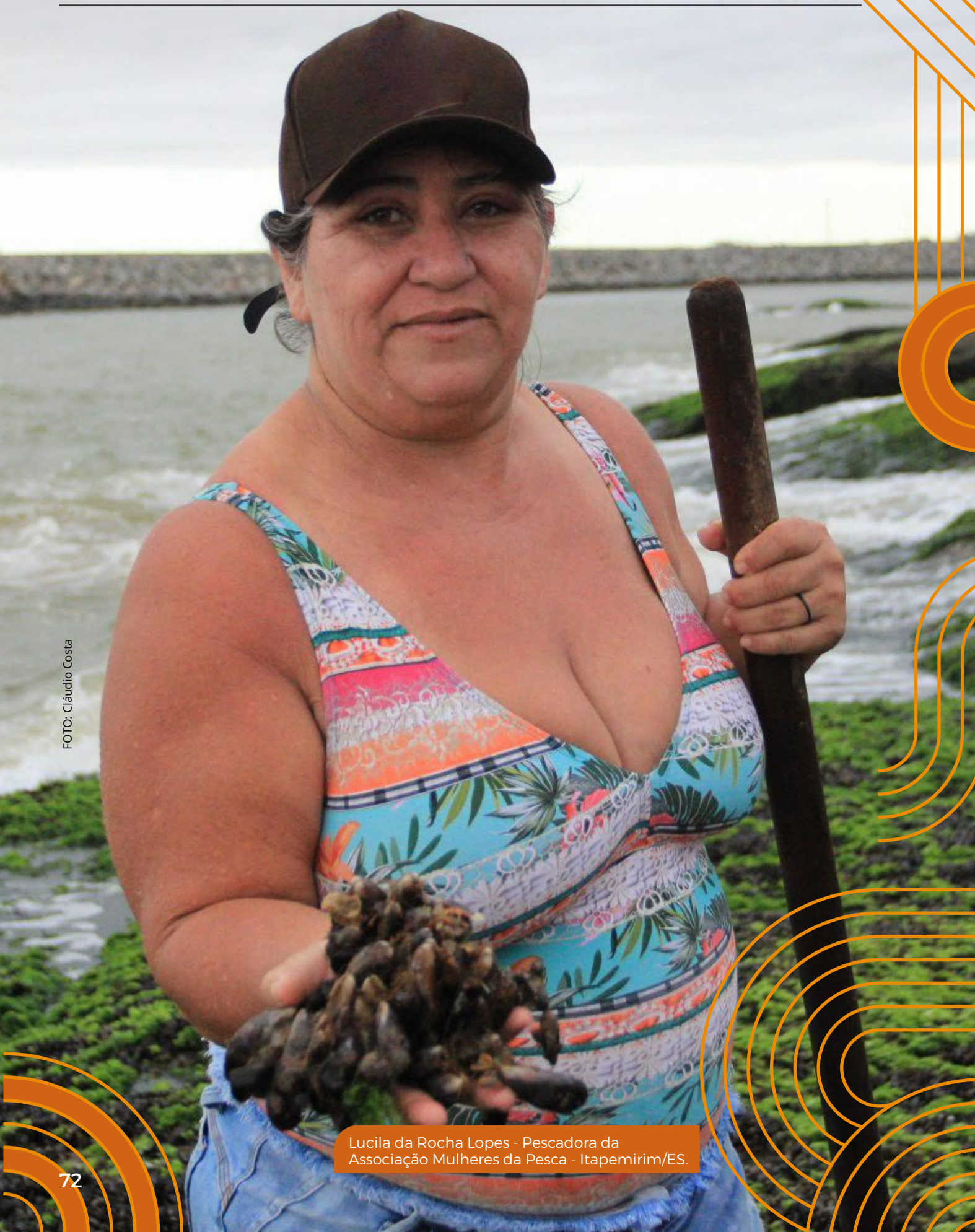


FOTO: Cláudio Costa

Lucila da Rocha Lopes - Pescadora da
Associação Mulheres da Pesca - Itapemirim/ES.



RELATOS SOBRE A FORMAÇÃO DE GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE MULHERES RURAIS E DA PESCA

9 SONHADORAS VITORIOSAS DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

Fernanda Casagrande Macedo

Economista Doméstica.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

fernanda.casagrande@incaper.es.gov.br

A história que dá origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, em São Mateus, vem da ocupação, ocorrida na madrugada de 20 de julho de 1998, de uma antiga fazenda de gado. Hoje, o assentamento abriga 152 famílias assentadas (total de 300, com as agregadas), que, para melhor organização, possui 7 subdivisões, denominadas de grupos. As mulheres do Assentamento já se juntavam, desde a época do acampamento, para fazerem as “merendas” (pães, biscoitos e bolos) consumidas pelas famílias.

No ano de 2008, com o apoio do Incaper, o grupo 2 fundou a Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Zumbi dos Palmares - APAP, com 20 membros, todos homens, representando as respectivas famílias, com o objetivo de buscar, de forma coletiva, políticas públicas que pudessem auxiliar na melhoria das suas condições. A produção agrícola das famílias, nessa época, era baseada nas culturas do café Conilon e da pimenta-do-reino.

Além de outras ações desenvolvidas no Assentamento, o Incaper passou a trabalhar com o grupo de mulheres da Associação, oferecendo cursos como de aproveitamento de alimentos, boas práticas de fabricação, e incentivando a produção e comércio de seus produtos.

A partir de 2013, a Associação começou a produzir alimentos mais diversificados para serem comercializados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com esses projetos, também incentivados pelo Incaper, as famílias passaram a melhorar sua alimentação e, com outras alternativas de comercialização, aumentar sua renda. As mulheres, agora como associadas, participavam das reuniões e das tomadas de decisão. Foi surgindo então, nessas mulheres, o desejo de terem um espaço apropriado para o seu trabalho.



FOTO: Cláudio Costa

FOTO: Cláudio Costa

Deuzeny Diogo, Tereza Cristina de Souza, Marluza do Nascimento, Vanuza Vieira e Ademildes de Melo - Assentadas e associadas da Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES.

Tereza Cristina de Souza - Assentada e liderança da Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES.

FOTO: Cláudio Costa



Em 2017, através de um edital da Conab, com projeto escrito pelo Incaper, a Associação recebeu o recurso de R\$ 50.000,00, oriundos do BNDES, para construir sua agroindústria e adquirir equipamentos para panificados. Tiveram, também, a oportunidade de se qualificarem, através de diversos cursos oferecidos pelo Senar.

A assentada Marluza do Nascimento conta um pouco da história do grupo:

“A gente juntava nas casas e fazia merenda pra vender na feira, mandava pra Vitória. Mas, depois que foi feita a agroindústria, começamos a fazer os cursos aqui e melhorou bastante pra gente.”

Marluza do Nascimento - Assentada e liderança da Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES

A partir de então, um grupo de 25 mulheres, que se autodenominou “Sonhadoras Vitoriosas da APAP”, passou a fabricar biscoitos, pães e bolos, comercializando na comunidade e em feiras, além de participar das políticas governamentais de comercialização: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no programa do Governo do Estado CDA (Compra Direta de Alimentos). Segundo a associada

Ademildes Freitas de Melo, a construção da agroindústria:

Não demorou muito tempo para que o grupo sentisse a necessidade de ampliação do espaço físico da agroindústria, bem como a compra de novos equipamentos. Com o esforço do próprio trabalho, fizeram a obra de ampliação da agroindústria e adquiriram outro forno, para que pudessem melhorar as condições de trabalho e ter condições para aumentar a produção.

O protagonismo feminino no grupo 2 do Assentamento Zumbi dos Palmares é bastante evidente. Além do trabalho na agroindústria, as mulheres do Assentamento são protagonistas de suas histórias, participam ativamente da Associação, que, há alguns anos, tem mulheres nos cargos de diretoria. A atual presidente, Tereza Cristina, fala um pouco dessa história:

A história dessas mulheres e o trabalho realizado pelo Incaper nesse Assentamento foi destaque na segunda edição do projeto HorizontES em Extensão, onde experiências exitosas de assistência

“É um sonho sendo realizado. Eu nunca imaginaria dentro de uma agroindústria. Hoje agradeço muito a Deus e a todas as outras mulheres que têm o mesmo sonho: desejamos continuar e ter nosso próprio recurso.”

Ademildes Freitas de Melo - Associada de Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES

“A construção da agroindústria foi a realização de um sonho. Fomos cadastradas na Associação, junto com os homens, e a partir daí o grupo foi só crescendo. Fomos buscando alternativas de cursos e hoje vemos que temos a renda que é fruto do nosso trabalho, que temos nosso próprio negócio.”

Tereza Cristina - Presidente da Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES



Corte e modelagem dos biscoitos produzidos pelas mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES.

FOTO: Cláudio Costa

técnica e extensão rural realizadas no estado do Espírito Santo são apresentadas à população. Na ocasião, em razão da pandemia de Covid-19, essa apresentação ocorreu de forma online e encontra-se disponível no canal do Youtube do Incaper.

Referindo-se ao projeto “Elas no campo e na pesca” e a todas as políticas públicas relacionadas às mulheres rurais, Tereza Cristina afirma que:

“Todos os projetos governamentais que incentivam o trabalho da mulher e a organização do mesmo resgatam a autoestima, a dignidade, a confiança e a esperança de melhorar cada vez mais.”

Tereza Cristina - Presidente da Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES

Em 2020, novamente com o apoio do Incaper, a Associação dos Pequenos Agricultores dos Palmares submeteu dois projetos ao edital do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf 3): um projeto geral, da Associação, para aquisição de veículo para transporte das mercadorias a serem comercializadas e materiais para a sede da Associação, e um projeto para o grupo de mulheres, para aquisição de novos equipamentos para a agroindústria. Ambos foram aprovados.

E com a chegada dos novos equipamentos, o Incaper programou uma série de treinamentos, custeados por projeto submetido à Suzano, onde estão sendo trabalhadas as lacunas e as necessidades que o grupo demonstrou apresentar. O resultado esperado é a melhoria na qualidade e diversificação dos seus produtos, melhoria da gestão da agroindústria e no marketing do seu trabalho. Os projetos foram aprovados e estão aguardando a liberação do recurso.

Todos os anos, em dezembro, é promovido, na sede da Associação, o Encontro de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares. Neste encontro, além de momento de formação, fazem momentos de brincadeiras, descontração e entrosamento. Para esse grupo de mulheres, o objetivo é que o trabalho delas se torne a principal fonte de renda de suas famílias.

Quando perguntada a respeito do que sente ao olhar para o trabalho que esse grupo de mulheres está realizando, a presidente da Associação, Tereza Cristina, faz um agradecimento:

“Hoje a palavra é gratidão: a Deus, a todos os parceiros e a essas mulheres que deixam suas casas e vêm pra cá cumprir esse desafio, porque chegam em casa e começam todo o trabalho novamente, mas a gente está aqui, na luta e com a ideia de crescer cada vez mais. Então, daqui pra diante, é só crescimento.”

Tereza Cristina - Presidente da Associação de Mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares - São Mateus/ES

**É PRECISO CORAGEM PARA SER DIFERENTE
E MUITA COMPETÊNCIA PARA FAZER A DIFERENÇA.
SÃO MATEUS-ES**

Quer conhecer mais sobre essa história?

As mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares produzindo biscoitos artesanais - São Mateus/ES.

FOTO: Cláudio Costa

10

A COLÔNIA E A TRAJETÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES DA PESCA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES

**Angélica
Carvalhais de
Oliveira**

Graduada em Economia Doméstica.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

angelica.oliveira@incaper.es.gov.br

**Ana Paula de
Oliveira Siqueira**

M. Sc. em Produção Vegetal.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

**Rogeliender Luiz
Arpini Coslop**

Graduando em Engenharia de Pesca.

Bolsista de projeto de pesquisa, Fapes/Incaper.

O município de Itapemirim apresenta cerca de 35 mil habitantes, com localização ao sul do estado do Espírito Santo e possuindo a realização da pesca como uma das principais atividades econômicas. A pesca de cunho artesanal, no âmbito nacional, constitui-se como mais de 50% da produção da atividade pesqueira. Especificamente no litoral capixaba, que possui uma extensão aproximada de 411 km com a presença de 14 municípios costeiros onde estão registradas e localizadas 48 comunidades pesqueiras artesanais, há a predominância de um sistema familiar e com interdependência entre essas comunidades e os recursos naturais que a sustentam (PAZ, 2018).

Nas extremidades litorâneas onde se apresenta o município de Itapemirim, os pescadores e pescadoras artesanais são organizados por intermédio da Colônia de Pesca Z-10, fundada desde 23 de maio de 1998, com objetivo de assessorar e atender pescadores artesanais no que tange à carteira de pescador ou pescadora, seguro defeso, auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, renovação de licença para embarcação, além de serviço odontológico gratuito para associados e familiares, constituindo assim um ponto de referência para pesca do município.

O apoio organizacional no resgate da identidade e empoderamento, da formação de associações de mulheres envolvidas na atividade pesqueira, bem como o processamento do pescado, também tem sido um dos trabalhos efetuados e apoiados pela Colônia de Pesca Z-10, com destaque na formação da Associação Mulheres da Pesca. Nesse sentido, as mulheres envolvidas na pesca artesanal no município de Itapemirim estão organizadas por meio de associações, destacando-se a Associação Mulheres da Pesca locali-



As mulheres da Associação Mulheres da Pesca na coleta do sururu - Itapemirim/ES.

FOTO: Cláudio Costa

FOTO: Cláudio Costa



As mulheres da Associação Mulheres da Pesca na coleta do sururu - Itapemirim/ES.

zada no distrito de Itaipava, criada desde 2015 e constituída atualmente por um grupo de 8 mulheres, com faixa etária entre 20 e 50 anos.

Inicialmente, algumas integrantes da Associação fizeram parte de um grupo denominado Sabores do Mar Z-10 quando foram capacitadas para trabalhar com o beneficiamento do pescado, agregando valor ao mesmo e contando com apoio da prefeitura através da cessão de um espaço para realização desse trabalho. Posteriormente, formou-se um grupo apenas de mulheres, com a denominação atual de Associação Mulheres da Pesca, que tinham o sonho de se unir e continuar os trabalhos executados a partir dos conhecimentos agregados desde a formação anterior. Nesse momento, o apoio da colônia foi fundamental para a constituição do grupo, pois oportunizou a estruturação do espaço físico da cozinha e a adesão de alguns equipamentos, como incentivo ao início dos trabalhos.

De acordo com Maura Bessi, hoje presidente da Associação Mulheres da Pesca, o principal fator motivador para a criação dessa Associação está atrelado ao desejo de trabalhar no ramo gastronômico a partir de alimentos

provenientes do pescado, visando a geração de renda, bem como o empoderamento feminino. Para tanto, a qualificação na manipulação desses alimentos foi aprimorada a partir de parcerias estabelecidas no decorrer do tempo com organizações como: Incaper, Ifes, Senar, Instituto Aliança, entre outros. A qualificação oferecida à Associação Mulheres da Pesca refletiu no desenvolvimento local, pois à medida em que a Associação recebia as formações, moradores da comunidade também se viram estimulados a buscarem por mais cursos.

Quanto aos produtos fabricados pela Associação Mulheres da Pesca, tem-se como destaque a comercialização de pescados pequenos, como peroá, curvina, camarão, sururu e produtos já processados à base do pescado, como salgados, linguiça de peixe e conservas de atum. A Associação também produz panificados para comercialização nas Feiras de Agricultura Familiar Municipais que ocorrem respectivamente nas quartas e sextas-feiras, nas regiões de Itaipava e Vila de Itapemirim.

É importante destacar que parte significativa dos pescados comercializados advém da pesca realizada por mulheres que atualmente compõem a Associação através da coleta do marisco. De acordo com Barbosa (2009), a característica identificada nessa modalidade de pesca é denominada e entendida como pesca simples, referindo-se aos catadores de caranguejo e com envolvimento das mulheres na atividade pesqueira como “marisqueiras”. São considerados os pescadores de menor renda. No município de Itapemirim, parte relevante daqueles que exercem suas atividades nessa modalidade



Mulheres da Associação Mulheres da Pesca - Itapemirim/ES.

FOTO: Cláudio Costa



FOTO: Cláudio Costa

de pesca são mulheres que fazem coleta de conchinhas na praia e mulheres que extraem sururu do costão. São denominadas de “marisqueiras” porque realizam a coleta de mariscos, principalmente o sururu. Extrair sururu dos costões consiste na atividade de coleta de marisco que as marisqueiras realizam na “pedra”, ou seja, no conjunto de rochas no litoral. Existem mulheres que realizam a coleta de caranguejo e outras que catam conchinhas na praia para o trabalho com artesanato de conchas.

O Festival Gastronômico de Frutos do Mar que ocorre durante a Semana Santa também representa um importante meio de comercialização desse pescado, a partir do incentivo ao turismo local. Cabe destacar que a Associação Mulheres da Pesca já foi destaque em um desses eventos, com a produção da linguça de peixe.

Além das Feiras Municipais, a comercialização *in loco* dos produtos oriundos do pescado também faz parte do mecanismo e estratégias de comercialização, fazendo com que todos os membros dos grupos que compõem a Associação estejam envolvidos nos trâmites que dão origem ao processo de autogestão. A autogestão oportunizou às mulheres da Associação obterem conhecimentos acerca da formação de preço dos produtos comercializados,

qualificarem-se no processamento do pescado, agregarem valor às suas produções, autonomia econômica, autoestima e principalmente a promoção da visibilidade do trabalho feminino no âmbito de produtos oriundos do pescado.

Em razão de ocuparem espaços diferenciados no que tange à comercialização, o público que adquire o pescado também possui um perfil diverso, desde turistas até frequentadores da feira de agricultura, o que permite que a população em geral tenha acesso a um alimento saudável, como o pescado.

A pescadora e artesã Maura Bessi, da Associação Mulheres da Pesca, mostrando o seu artesanato com base no aproveitamento das escamas de peixes - Itapemirim/ES.

A formação da Associação Mulheres da Pesca contribuiu para a afirmação do protagonismo feminino à medida em que mulheres foram responsáveis por gerir o seu próprio negócio, agregando renda ao orçamento familiar e executando atividades fora do universo doméstico, aliadas à profissionalização como instrumento essencial na agregação de valor da atividade. A reafirmação desse protagonismo, segundo a presidente da Associação Mulheres da Pesca, Maura Bessi, possibilitou “Mulheres lutando por mulheres [...]”.

O fato de serem mulheres no desenvolvimento do empreendedorismo não foi um empecilho e nem um obstáculo para o engajamento na realização das atividades relativas ao pescado. Pelo contrário, serviu como estímulo ao empoderamento feminino, na aplicabilidade do trabalho. Tradicionalmente, a lida com pescado é fruto da sucessão familiar, na qual a observação do fazer foi determinante para o empreendedorismo exercido nos dias atuais, pela Associação Mulheres da Pesca. A sucessão é importante para resgate



FOTO: Cláudio Costa

As pescadoras Maura Bessi, Lucimesia Bettcher, Lucila Lopes, Cláudia Lima, Jéssica das Neves, Alcileia Lima e Cleia Lima da Associação Mulheres da Pesca e da Colônia de Pesca Z-10 - Itapemirim/ES.

das identidades culturais, para que gerações futuras permaneçam na atividade por intermédio do aprimoramento deste fazer.

O reconhecimento da importância econômica e social a partir dos trabalhos exercidos pela Associação Mulheres da Pesca contribui para a construção da soberania alimentar e nutricional e para o processo de comercialização do pescado dentro do território de Itapemirim. No entanto, ainda existem conquistas a serem alcançadas, pois faz-se como desejo do grupo a participação em Políticas Públicas de Comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Associação já foi orientada pelo Incaper através de atendimentos individuais, visitas, excursões, cursos, diagnósticos participativos, palestras e diversas capacitações em boas práticas de fabricação. Essas orientações possibilitaram às mulheres a comercialização em feiras fora do município, como a Sabores da Terra e, até mesmo, que tivessem acesso a procedimentos de saúde, como mamografias.

Toda expressividade na conquista da formação da Associação Mulheres da Pesca teve apoio incondicional da Colônia de Pesca Z-10. O resultado dessa conquista pode ser observado com o engajamento de luta, bem como o protagonismo destas mulheres na busca incessante pela autonomia feminina, fazendo valer a sua visibilidade econômica e social a partir do seu fazer enquanto MULHER PESCADORA E EMPREENDEDORA.

Quer conhecer mais sobre essa história?

FOTO: Cláudio Costa



As mulheres da Associação Mulheres da Pesca na coleta do sururu - Itapemirim/ES.

1 VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL FEMININO EM TERMOS DE PRODUÇÃO E TRADIÇÃO CULTURAL NO CAMPO

Arestides Otaviano de Oliveira Júnior

Especialista em Educação e Gestão Ambiental.

Técnico em Desenvolvimento Rural, Incaper.

arestides.oliveira@incaper.es.gov.br

Cassiele Moreira de Oliveira

Graduanda em Agronomia.

Bolsista de projeto de pesquisa, Incaper/Fapes.

Laura Vescovi Lopes

Graduanda em Agronomia.

Bolsista de projeto de pesquisa, Incaper/Fapes.

Em meio a uma crise hídrica e pensando em uma forma de obter renda extra, uma vez que somente a renda da agricultura não tinha condições de manter a família, as mulheres da comunidade de Tancredo, Distrito de Santa Júlia, em São Roque do Canaã, região central-oeste do Espírito Santo, passaram a pesquisar meios de trabalho que pudessem ajudá-las financeiramente.

Empolgadas por adquirir conhecimento e incentivadas pelo Incaper, essas mulheres participaram de cursos na área de processamento de alimentos e, por meio dessas capacitações, elas puderam fazer o reaproveitamento de frutas de suas propriedades, objetivando a agregação de valor e comercialização futura, como forma de ampliar a renda da família.

Através da escola de formação de mulheres e homens do campo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), as mulheres começaram a adquirir conhecimento nas áreas de seu interesse. Em um dia de curso de pães e biscoitos, surgiu a ideia de fundar uma associação de mulheres, com o apoio das entidades do município, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR), o Incaper e a Cooperativa Agropecuária.

Um grupo de 43 mulheres começou a dialogar, entre outras coisas, sobre os programas de compra institucional do governo que tivessem o objetivo de adquirir alimentos produzidos pela agricultura familiar. Além disso, para que pudessem receber recursos do governo para aquisição de equipamentos de agroindustrialização, dentre outros benefícios, visando favorecer várias mulheres, seria preciso organizar uma associação.



Grupo Delícias de Santa Luzia - Wanessa Margon, Lucidneia Alves, Aldia Rodrigues, Luciene Broseghini, Wanderléia Margon, Lucilene Broseguini e Sionara Milli - Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Alto Santa Júlia (AAAFASJ) - São Roque do Canaã/ES.

FOTO: Alessandra Silva



Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES.

FOTO: Cláudio Costa

FOTO: Alessandra Silva

Grupo de mulheres
Delícias de Santa Luzia no
trabalho de produção de
biscoitos na agroindústria
- São Roque do Canaã/ES.

E assim iniciou-se a caminhada em busca do conhecimento em várias áreas de atuação, nos assuntos: associativismo, empreendedorismo, finanças, comercialização, agroindústria e culinária, além de muitas visitas técnicas a grupos de mulheres e famílias que trabalham com agricultura familiar em outros municípios. A caminhada seria longa e teria seus altos e baixos. Muitas mulheres desistiram pelo caminho, mas mesmo assim seguiram em frente 17 agricultoras, até o momento da fundação da associação.

Muitas reuniões foram realizadas juntamente com o presidente da Coaape por sua experiência e atuação na entidade. A cooperativa, notando seus esforços de querer algo para o município, orientou para que todas as mulheres se associassem em organizações já existentes, como a Associação de Agricultores Familiares da Agrovila, com o intuito de fortalecimento desta. No entanto, não deu certo, pois muitos diálogos com eles as fizeram enxergar que a mulher pode e deve ser independente em qualquer situação, até mesmo no meio do empreendedorismo rural. E, assim, surgiu a associação somente de mulheres agricultoras.

A ideia de formar uma associação surgiu a partir de reuniões feitas a convite de órgãos governamentais juntamente com o sindicato e o Incaper, com o intuito de mostrar a importância da associação na geração de renda e melhoria da qualidade de vida das mulheres. Através dos cursos de associativismo, as mulheres conseguiram montar o estatuto e registrar a associação.

Em 22 de agosto de 2016, fundaram a Associação de Agricultoras Familiares do distrito de Santa Júlia – Tancredo, razão social que, no decorrer da caminhada, registraram o nome fantasia Mulheres do Canaã, sendo a primeira associação registrada com 100% de mulheres agricultoras no município.

Após a fundação da Associação, surgiu a responsabilidade de representar, participar e até mesmo organizar eventos voltados para a agricultura familiar e social. Mesmo com a saída de algumas mulheres, parte delas não desistiu e continuou a caminhar, com o propósito de alcançar os objetivos de melhoria da renda familiar, conciliando a independência financeira feminina, a união e o empoderamento das mulheres, sendo exemplo para todas as demais.

A oportunidade de produzir, vender e gerar renda faz as mulheres reconhecerem sua importância e traz mais autonomia a elas.

“Eu acho importante porque além de gerar uma renda familiar, ela mostra o empoderamento das mulheres, né? Porque desde sempre a gente sofre preconceito, ‘mulher não pode isso, mulher não pode aquilo’, então imagina as mulheres serem empreendedoras, né? Produzir, ser vendedora, ser motorista, ser tudo isso aí.”

Joyce Aparecida Zanetti - Membro da Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES

FOTO: Claudio Costa

Mulheres da Associação das Mulheres do Canaã - Janete Daltoé, Aline Zanetti, Zenaide Capatto, Joyce Zanetti, Franciele Crosse, Maria Aparecida Sperandio e Rúbia Dalapicola - São Roque do Canaã/ES.

Elas citaram dificuldades que enfrentaram pelo preconceito de que as mulheres não são capazes de realizar algumas atividades, principalmente por serem pioneiras no município. Hoje em dia, elas servem como inspiração para outras mulheres acreditarem em suas capacidades e serem protagonistas de sua própria história.

“Nossa, mas ajuda bem, tá. A gente se sente mais forte em casa e diante da sociedade, que a gente acaba mostrando que a gente pode ter as coisas. Mesmo a gente trabalhando na roça e fazendo as coisas em casa a gente pode ter isso também, né.”

Maria Aparecida Mônico Sperandio - Membro da Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES

O carro chefe da Associação é a goiabada. Além disso, também são produzidos pães, biscoitos, doces, artesanatos como bordados e crochês, entre outros. Estes são vendidos diretamente ao consumidor final, através de encomendas, na feira, e em alguns pontos de venda, como cantinas de vinho em Santa Teresa, município vizinho a São Roque do Canaã.

A agroindústria ainda está em processo de regularização na Vigilância Sanitária Municipal. Devido a isso, ainda não participaram de editais de compras institucionais municipais. Mesmo assim, a Associação comercializa com o Ifes de Santa Teresa, além de ter sido beneficiada em um edital da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), sendo contemplada com a consultoria do Sebrae em rotulagem e marketing. Também foi contemplada com emendas parlamentares para aquisição de equipamentos de panificação. Essas foram ações do projeto “Elas no campo e na pesca”.

Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES.



FOTO: Cláudio Costa

Outra experiência está relacionada à Associação de Agricultores e Agricultoras de Alto Santa Júlia, localizada no município de São Roque do Canaã, na comunidade rural de Santa Luzia, Distrito de Santa Júlia. Primeiramente, no ano de 2015, havia apenas a associação composta por homens. Em 2017, as mulheres agricultoras se juntaram à associação, após a participação delas em cursos do Senar, e com o apoio da Secretaria de Ação Social e do Incaper local, formando o grupo “Delícias de Santa Luzia”.

Após algumas reuniões e reflexões entre elas, decidiram se juntar para comercializar produtos caseiros. Inicialmente, não havia um espaço adequado para produzir, então começaram trabalhando em suas próprias casas. Com o aumento dos pedidos, elas foram sentindo a necessidade de ter um espaço próprio para a produção de seus produtos, como pães, casadinhos, biscoitos, pães de queijo, capeletti, pastéis, dentre outros.

Para realizar o sonho do espaço próprio para produzir, elas decidiram, então, que em vez de receberem o salário pela produção, elas usariam o valor para investir na construção do espaço da agroindústria. No início do ano de 2021, elas se mudaram para esse novo espaço, tendo mais conforto e comodidade para realizar seu trabalho.

A parte da Associação que é composta pelas mulheres conta hoje com o total de sete integrantes do “Delícias de Santa Luzia”. Para as mulheres, a agroindústria e a atividade que elas desempenham são muito gratificantes, pois elas estão gerando uma renda, fazendo algo que elas gostam, tendo menos trabalho na roça e ainda garantindo sua renda todo mês. Apesar de todas as dificuldades que enfrentam, elas continuam lutando pelo espaço delas. Segundo a líder do grupo, Wanessa Machado Margon, “até hoje muitos falam que isso aqui não vai dar certo, que é perda de tempo, mas até hoje estamos lutando”.

E a cada dia elas se sentem mais fortes e unidas para dar continuidade às suas atividades, onde conquistaram mais independência financeira:

Na região onde as mulheres produzem é surpreendente o público que conseguem atingir. Na própria comunidade, onde a expectativa de demanda não

“Não é fácil porque a gente tem que administrar e saber que tem que vender o produto. No fim do mês, ter sua parte é gratificante. Aqui aprendemos a administrar nossas finanças, aqui e em casa também.”

Wanessa Machado Margon - Membro da Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES

era grande, elas conseguem comercializar com uma boa demanda pelos produtos.

“Por aqui mesmo na roça foi uma surpresa para a gente, porque a maioria faz pão caseiro e mesmo assim quiseram comprar. O pão acabou quando saímos para vender, e tinha gente pedindo mais. Tivemos encomendas aqui na roça mesmo, e na cidade é mais roscas e biscoitos, mas nosso público é bem variado.”

Wanessa Machado Margon - Membro da Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES

A receita utilizada pelas mulheres na agroindústria vem de cursos e pesquisas realizadas na internet, além de algumas receitas que foram passadas pela família, juntando assim um pouco de cada coisa. Seus produtos são caseiros, feitos artesanalmente, utilizando produtos frescos e sem conservantes.

Hoje, a agroindústria das mulheres ainda não conta com alvará sanitário. Apesar de já estarem com o pedido em andamento, elas enfrentam essa dificuldade na região para conseguir a licença para o comércio legal dos produtos. Ao longo dos anos elas foram contando com o apoio uma da outra, além de terem recebido assistência pelo Senar e apoio da Secretaria de Ações Sociais e Incaper. Alguns equipamentos para montar a cozinha foram cedidos pela Seag para o fortalecimento das agroindústrias familiares.

Em São Roque do Canaã, a força das mulheres rurais traz organização, empreendedorismo e autonomia!



Associação das Mulheres do Canaã - São Roque do Canaã/ES.

FOTO: Cláudio Costa

12 AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO RIO DO MEIO E FUMAÇA (APROMEF) E SUA LUTA POR PROTAGONISMO

Cintia Aparecida Bremenkamp

D. Sc. em Produção Vegetal.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

cintia.bremenkamp@incaper.es.gov.br

Diene Maria Bremenkamp

M. Sc. em Produção Vegetal.

Engenheira Agrônoma, Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina.

Ellem Dobrewoski Bernardino

Graduada em Pedagogia.

Auxiliar Técnico Administrativo, Federação de Associações de Agricultores Familiares do Município de Santa Leopoldina (FEAFS).

A comunidade de Rio do Meio, no município de Santa Leopoldina, localizado na região serrana do estado do Espírito Santo, foi colonizada principalmente por descendentes de italianos. A região é grande produtora de banana, aipim e café. Culturalmente, na região, as mulheres trabalham com os maridos nas lavouras, mas são vistas como uma “ajuda” e dessa forma não conseguem renda própria.

Os produtos cultivados que não têm padrão para o mercado, bem como aqueles no período de safra, em que os preços estão baixos para venda *in natura*, normalmente são descartados ou usados para alimentação animal. Assim, as mulheres da comunidade viram uma oportunidade de conseguirem renda própria através da venda de produtos beneficiados, como pão, bolo, biscoito e farinha, utilizando como matéria-prima banana e aipim, que não tinham padrão para o mercado. No entanto, essas mulheres não conseguiam imaginar um mercado para a comercialização desses produtos.

No ano de 2010 teve início, no município de Santa Leopoldina, a comercialização de produtos da agricultura familiar no PNAE. Com a abertura desse mercado, os extensionistas do Incaper no município apoiaram um grupo de agricultores locais a formalizarem a criação da Associação dos Produtores Rurais de Rio do Meio e Fumaça (Apromef) para a participação na chamada pública tanto com produtos *in natura* quanto com produtos de agroindústria. Assim, a Apromef foi constituída em 28 de dezembro de 2009.

Entre os associados estava um grupo de 32 mulheres agricultoras familiares, que se juntaram com outro grupo de 27 mulheres da comunidade vizinha



FOTO: Cláudio Costa

Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) - Santa Leopoldina/ES.



FOTO: Cláudio Costa

As mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) produzindo biscoitos artesanais - Santa Leopoldina/ES.

de Meia Légua, para a produção de pães e biscoitos caseiros para atender a demanda do PNAE do município. Inicialmente iam até Meia Légua, distante cerca de 7 quilômetros, para produzirem na cozinha coletiva, já que ainda não tinham esse espaço na comunidade.

As mulheres fizeram cursos do Senar, em parceria com o Incaper e a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina. A prefeitura custeou, por alguns anos, o aluguel de um espaço e forneceu equipamentos para a produção ser realizada na cozinha coletiva da própria Associação.

As entregas do PNAE aconteceram por alguns anos, mas em um ano específico essas entregas declinaram. Houve um desânimo geral na associação, com a saída de muitos Associados. Além disso, o grupo de mulheres não concordava com o presidente, que recebia a mesma quantia recebida por elas, sendo que ele só fazia as compras e elas trabalhavam semanalmente, às vezes a noite toda, para conseguirem fazer a entrega dos produtos.

No entanto, ao contrário do grupo de mulheres da comunidade vizinha de Meia Légua, que acabou se extinguindo por divergências com o grupo de homens da associação, o grupo de Rio do Meio foi se consolidando.

Resolveram então realizar mudanças na presidência, que sempre vinha sendo disputada por um homem-agricultor. Se organizaram e, no ano de 2014, passaram a eleger as presidentes da Associação (primeiro Marciane Boone, durante oito anos, e agora Zenite de Freitas), e nisso viram a oportunidade de fortalecer ainda mais as atividades da agroindústria e buscar novos recursos junto aos poderes executivo e legislativo, já que os agricultores não estavam buscando parcerias. Uma das primeiras mudanças foi que a presidente receberia da mesma forma que as outras mulheres do grupo, não tendo privilégios.

Outra questão era que a Associação estava em débito com taxas e impostos. Elas resolveram pagar e, com um PAA conquistado posteriormente, quitaram esses valores.



FOTO: Cláudio Costa

Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) - Santa Leopoldina/ES.

Em novembro de 2016, a prefeitura sinalizou que não continuaria pagando o aluguel da agroindústria a partir do ano de 2017. Ao conversarem com o proprietário do espaço alugado, ele pediu um aluguel alto (de R\$ 1.500,00 por mês), o que inviabilizaria economicamente a produção.

As mulheres então se desesperaram para conseguir um outro local e continuarem a produção. Nesse momento, se lembraram de uma escola abandonada na comunidade. Zildete e Jucelenia então conversaram com senhor Aminthas Facco, proprietário do local, que cedeu em comodato o espaço “enquanto a Associação existir”, sem necessidade de pagar aluguel, apenas com o compromisso de reformarem o local e o manter em bom estado de uso.

Como elas mesmas dizem, elas foram “do inferno ao céu”, por conseguirem um local e poderem continuar batalhando. Correram então para reformarem e adaptarem o local para transformar em uma agroindústria. Apesar das dificuldades, esse novo espaço também trouxe autonomia para o grupo.

Marciane Facco - Liderança das mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) - Santa Leopoldina/ES.

FOTO: Cláudio Costa

Como o comércio governamental era limitado, elas precisavam encontrar uma outra forma de comercializar seus produtos. Elas identificaram a oportunidade de comercialização de porta a porta, vendendo maior quantidade e maior variedade de produtos. Na primeira vez, Marciane e Rosinete colocaram os produtos dentro de um Fiat Uno e foram na comunidade vizinha de Mangaraí, sem muitas expectativas, e venderam R\$ 450,00 em produtos. Voltaram muito satisfeitas e perceberam que não precisavam das entregas em chamadas públicas para se manterem.

Conseguiram então junto à Aderes (Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo do Estado do Espírito Santo) e à OCB/ES (Organização das Cooperativas Brasileiras do Espírito Santo) um veículo para a comercialização.

Nesse momento, os associados que estavam desanimados viram que a Associação estava se desenvolvendo e começaram a solicitar o veículo para transportar mudas e fazer compras. Porém, o grupo de mulheres se mostrou irredutível e negou as solicitações. Alguns associados se sentiram não representados pela Associação “pois a Associação só pensava nas mulheres e na cozinha” e resolveram sair. Chegou à situação extrema de um associado pedir para registrarem a ata novamente, com o grupo arcando com mais custos, porque não queria nem que seu nome constasse em ata.

Posteriormente, começaram a comercializar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Compra Direta de Alimentos (CDA) e em pontos de vendas. No entanto, surgiu uma dificuldade: quem comercializaria, já que nenhuma das mulheres do grupo dirigia? Decidiram então que Marciane Aparecida Boone Facco, a presidente da Associação, tiraria a CNH. Apesar da resistência de algumas pessoas da família, ela tirou sua CNH e passou a comercializar os produtos de porta em porta na região. Nem o susto com um acidente anos depois a tirou do propósito, e hoje está trocando de categoria (da B para D) com o apoio do projeto de CNH Social do Governo do Estado, além de estar incentivando outra produtora, Gabriele Barcelos, a caçula do grupo, a também buscar pela emissão da sua primeira CNH.

Os equipamentos para a produção na cozinha foram cedidos pela Prefeitura Municipal e recentemente foram contemplados pelo segundo edital do Fun-saf (Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar da Seag) para a aquisição

de novos equipamentos. Conseguiram recursos como veículos utilizados para a comercialização com a Aderes, Seag (Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca), além de emendas parlamentares.

Durante todo o período, desde a sua criação até hoje, a Associação é atendida pelo escritório local do Incaper, que ajudou na criação da Associação, na sua formalização, na adequação da cozinha, em capacitações, no licenciamento da agroindústria, no apoio para a captação de recursos, na participação em chamadas públicas, entre outros.

A Associação também tem o apoio da FEAFS e da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, além de receber cursos e consultorias do Senar, do Sebrae, da Aderes e da Prefeitura.

O trabalho em conjunto deu tão certo que elas também resolveram plantar em conjunto uma roça de aipim, para comercializarem in natura e produzirem farinha de mandioca e polvilho. Formalizaram uma OCS (Organização de Controle Social) para a produção de produtos orgânicos e assim conseguem atingir novos mercados.

Apesar de todos os problemas, as mulheres não se abateram e decidiram continuar com a Associação, que atualmente conta com 18 associados – o grupo das 10 mulheres que trabalham na agroindústria (6 desde o início e mais 4 que entraram depois) e seus esposos.

O espaço da agroindústria é mantido pelas mulheres, com a organização, jardinagem e até a pintura do espaço, com recurso próprio, arrecadado pela comercialização dos seus produtos.

Hoje elas trabalham com a produção de panificados e doces para a comercialização através do PNAE, CDA, da feira municipal e do comércio local (em pontos de venda e de porta em porta em comunidades dos municípios de Santa Leopoldina, Cariacica, Viana e Domingos Martins).

Os principais produtos são: pães, biscoitos, beiju, salgados (esfiha, pastel, coxinha) e doces (banana, mamão, cocada). Entre tantos produtos feitos na cozinha, um dos mais apreciados pelos consumidores e que tem fama de ser o melhor na região tem um nome curioso: Mentira. Uma rosca de massa



FOTO: Cláudio Costa

Mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) - Santa Leopoldina/ES.

doce, frita, que pode ou não ser passada no açúcar e canela. Além de delicioso, tem sabor de saudade: a receita é herança, passada de geração em geração na região.

Outras receitas que se destacam são as dos biscoitos, feitos com receitas antigas, das avós, aperfeiçoadas pelas mãos das mulheres da Associação, e a de beiju, tradicional iguaria feita de polvilho. Além do desenvolvimento do grupo de mulheres na abrangência de produtos e na sua comercialização, o mais importante talvez não seja mensurável tão facilmente.

Essas mulheres não só tiveram um ganho econômico, com muitas famílias tendo a agroindústria como a principal receita, mas também tiveram um enorme ganho social. Além de conseguirem ter uma renda para se tornarem independentes, continuam trabalhando com os maridos na roça e dão conta de todas as tarefas domésticas.

E ainda mantêm o ritmo que têm na cozinha para a organização da comunidade católica da qual fazem parte. Produzem alimentos para as festas comunitárias, participam ativamente das atividades religiosas e ainda têm um tempo para a inovação. Pediram um curso de jardinagem para aprenderem a melhorar o visual da entrada da agroindústria e da comunidade.

Outro fato é o apoio entre as mulheres do grupo. Elas têm uma grande amizade, servindo como suporte nas dificuldades da vida, tendo um papel importante no suporte psicológico, bem como vibram com as conquistas individuais e coletivas.

Frente à escassa perspectiva de opção de renda e de autonomia feminina rural, essas mulheres se empoderaram e encontraram na agroindústria coletiva uma nova inserção econômica e social mais valorizada e que rendam tanto benefícios materiais (financeiros) como simbólicos (autorrealização, crescimento, independência) encontrados no exercício de uma profissão.

Elas agora também têm voz em diversas instâncias de representação: Marciane Boone também representa a Associação em conselhos municipais (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Meio Ambiente e de Turismo), no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória, e como presidente da Federação de associações do município (FEAFS).

A Associação literalmente mudou a vida delas:

Com muito trabalho, dedicação e coragem, as mulheres da Associação de Produtores do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) seguem na luta por protagonismo, realização e felicidade.

“Eu fico com pena de não ter mais espaço na Associação para a entrada de mais mulheres, pois apesar de estarem na roça com os maridos, são muito dependentes deles.”

Marciane Facco - Liderança das mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) - Santa Leopoldina/ES



Produtos da agroindústria das mulheres da Associação de Produtores Rurais do Rio do Meio e Fumaça (Apromef) - Santa Leopoldina/ES.

13 ELAS NA PESCA: AS MARISQUEIRAS DE ANCHIETA

**Giane Kamimura
Condi**

M. Sc. em Parasitologia
Animal.

Fiscal Estadual Agropecuário,
Idaf.

giane.condi@idaf.es.gov.br

A cidade histórica de Anchieta/ES, localizada na foz do rio Benevente, antes habitada por índios da tribo tupi, teve sua origem ligada à aldeia jesuítica Padre José de Anchieta, denominada Iiritiba, também chamada de Reritiba, do tupi, que significa “muitas ostras”. Conhecida pelo berço turístico religioso e de lindas praias, a economia é baseada na agricultura familiar e tem na pesca o sustento e a economia de muitas famílias.

Em seus 30 km de extensão litorânea e na foz do rio Benevente, com formação de mangue, ambiente rico em material orgânico, propício à proliferação de crustáceos e outras espécies, surge a história e o saber de mulheres que de lá tiram o alimento e o sustento de suas famílias, as chamadas marisqueiras de Anchieta.

A história de vida das marisqueiras de Anchieta, um grupo de cerca de 140 mulheres, foi construída a partir do conhecimento passado de geração em geração por suas mães e avós. Através do vínculo com o meio ambiente, de onde viviam, extraíam seu alimento e trabalho com a pesca artesanal.

A mariscagem é, assim, atividade predominantemente feminina. Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental (FIGUEIREDO, 2014).

A arte de mariscar não é uma atividade cujo conhecimento se adquire na escola, mas sim gerado na relação com a natureza, com a cultura da região e com os saberes aprendidos na prática ao longo do tempo no âmbito familiar. Aprendizado este, desenvolvido nas comunidades com a observação



As marisqueiras Marinete dos Santos, Elza Rosa Barbosa (Lena) e Neuza da Malta no trabalho de captura de sururu - Anchieta/ES.

FOTO: Cláudio Costa

do meio ambiente, das marés, das luas, dos pontos de pesca e práticas vivenciadas por mulheres no mangue do rio Benevente e nas praias do Coqueiro, Areia Preta, Ponta dos Castelhanos, Marvila, Balanço, Porto Velho e Inhaúma.

A história de vida das marisqueiras demonstra não só a importância do seu papel social nas comunidades ribeirinhas, mas também a força das mulheres marisqueiras, o aprendizado adquirido no dia a dia com a família e na lida com os filhos, sendo, muitas vezes, as únicas provedoras da família (DANTAS, 2010).

A exemplo dessa força da mulher e perseverança em não desistir em meio aos obstáculos da atividade, a senhora Marinete dos Santos criou sua família e iniciou a atividade aos 15 anos de idade junto com a mãe a desfiar siri e pegar o siri enterrado na lama, sendo essa arte um segredo de família. Ela relata que a maior dificuldade é ir todo ano ao INSS para conseguir o seguro defeso, pois tem que se deslocar para Serra, Vitória, Itapemirim ou Guarapari, e diz ainda que é mal atendida. Apesar disso, é muito feliz, e disse:

“Sempre é uma alegria estar pegando sururu, é muito gratificante acordar todos os dias após vencer a Covid em janeiro desse ano e estar com as amigas mariscando.”

Marinete dos Santos - Marisqueira - Anchieta/ES

Apesar de ser uma arte antiga, o reconhecimento da mulher como “pescadora profissional artesanal” somente foi incluído no Decreto nº 8.425/2015, que permitiu a inscrição no Registro Geral de Pesca (RGP), proporcionando compensação às mulheres

durante o período de defeso, para fins de preservação das espécies. Mais recentemente, as marisqueiras tiveram o reconhecimento de suas atividades em 2019 com a Lei nº 13.902, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Assim ocorreu com as marisqueiras de Anchieta, que por influência das famílias começaram a mariscar desde muito novas, sendo que algumas, como Rosimeiry Ernesto Lírio e Ester Alves Ernesto, da localidade de Inhaúma, tinham mais de 30 anos na profissão e apenas 15 anos de carterinha (RGP). Já na Ponta dos Castelhanos, Neuza Simões da Matta e Elza Rosa Barbosa, conhecida como “Lena”, conseguiram seus registros de marisqueiras há pouco tempo, graças à senhora Marinete, que as levou para Guarapari.



FOTO: Cláudio Costa

Elza Rosa Barbosa (Lena) - Marisqueira - Anchieta/ES.

“Lena” começou a mariscar com aproximadamente 12 anos de idade com a avó Vitória. Quando pequena, ia para as pedras colher sururu com a família (avó, mãe e irmãos), onde tomava conta dos mexilhões grandes para que a maré não os levassem. A família era de sete irmãos e eles saíam para vender sururu em pratos de porta em porta, com o jargão: “Olha o sururu de Vovó Grande e Gorda”.

Estas profissionais lidam com outra adversidade que é a falta de estrutura e equipamentos adequados para a atividade, pois as próprias comunidades confeccionam seus instrumentos e adaptam utensílios domésticos, o que de certa forma se configura também como um facilitador de risco de acidentes. Praticamente para o ofício de extração do marisco não existe produção comercial ou industrial de artefatos e estes para a execução da prática são improvisados (OLIVEIRA, 2018).

Como exemplos dessas dificuldades, as mulheres marisqueiras de Anchieta, em sua atividade, utilizam cavadeiras improvisadas artesanalmente, carrinho de mão, sacas de estopa, canos de PVC para extração de ostras, caí-

ques, e quando cozinham os mariscos na praia precisam levar latas de tinta e madeira. Além disso, sofrem com riscos durante o trajeto até o local de extração, tanto pela dificuldade de acesso por encostas de pedras, matas, pelo mangue, quanto pelo risco de assalto ou violência.

Outra dificuldade relatada na atividade é a restrição ao acesso a algumas praias por donos de terrenos nas proximidades das encostas e praias, limitando o acesso das marisqueiras ao seu local de trabalho. Assim como o peso ao carregar os sacos com mariscos no trajeto de volta, já que não podem mais manter a tradição de cozinhar o marisco na praia, devido à falta de madeira, à fumaça produzida e aos resíduos provenientes do processamento.

Relatam também que houve queda na produção por conta da captura desenfreada nas pedras, além da queda nas vendas no último ano por conta da pandemia da Covid-19 e do sofrimento com os cortes e machucados deixados nas mãos com a atividade de mariscar.

A prática da mariscagem apresenta caracterização que vai além do aspecto de maior referência feminina, pois também é grupal, principalmente sob o aspecto familiar, já enraizado tradicionalmente nas comunidades (OLIVEIRA, 2018).

A atividade se caracteriza, também, por ser praticada em grupo, com várias mulheres ajudadas por alguns de seus companheiros, por motivo de segurança e força para carregar o peso dos sacos de mariscos extraídos. Em média, a produção é de 8 kg por dia de sururu, quando elas podem sair para atividade, visto que dependem da influência da maré, da lua, do clima e dos afazeres domésticos.

Além do sururu (mexilhão), trabalham também com a extração e captura de ostra, ameixa (amêijoia/vongolê), unha-de-velho, caranguejo, siri, dentre outros. E no período de defeso (setembro a dezembro), elas procuram outras atividades para complementar a renda, como descascar camarão, limpar peroá, fazer faxina ou mesmo ficam por conta do processamento e venda do pescado proveniente da pesca artesanal de seus maridos.

A jornada de trabalho se inicia antes das seis horas da manhã ou no final da tarde, de acordo com a maré e para evitar o horário de pico do sol. Após a



As marisqueiras Marinete dos Santos, Elza Rosa Barbosa (Lena) e Neuza da Malta no trabalho de captura de sururu - Anchieta/ES.

FOTO: Cláudio Costa

pesca e processamento dos produtos, as mulheres marisqueiras saem para vender diretamente nas casas de porta em porta ou na feira, que acontece duas vezes por semana na cidade vizinha, Guarapari, pois dizem que o sururu perde qualidade após o congelamento, enfatiza Iná Marroli, que comercializa o sururu fresco na sede de Anchieta e em Ubu.

O trabalhador que produz em pequena escala tem sofrido as agruras da profissão e da falta de políticas que contribuam, principalmente, para os profissionais que exercem a atividade de forma profissional ou artesanal. São várias as implicações que comprometem o rendimento da pescadora e marisqueira que têm produção limitada, seja pela falta de recursos tecnológicos, pelas condições voltadas para a má conservação do entorno e pela degradação do meio ambiente reduzindo o quantitativo do pescado, crustáceos e mariscos (OLIVEIRA, 2018).

E, para auxiliar nas atividades de pesca e cuidado da saúde das marisqueiras, a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Anchieta está desenvolvendo um projeto, já em processo de aprovação, para a compra do “Kit

Marisqueira”, contendo camisa com proteção UV, chapéu, protetor solar, panelas, dentre outros produtos.

Quanto às Políticas Públicas de Comercialização de seus produtos, as mulheres marisqueiras relataram que nunca participaram e nem recebem assistência técnica. Quanto ao crédito rural para melhorar sua atividade, dificilmente conseguem ou não têm conhecimento de como adquirir o recurso. Do grupo trabalhado, duas tentaram e não conseguiram e apenas uma foi aprovada para a compra de um freezer.

Outra situação descrita foi de uma reunião ocorrida há aproximadamente 10 anos propondo a construção de um galpão para as marisqueiras utilizarem como ponto de apoio para processarem seu produto. A proposta não foi concretizada. Outro aspecto abordado foi o cultivo de mexilhão em linha implantado, porém o trabalho é difícil, pois a maioria dos materiais são muito pesados para serem efetuados por mulheres e necessitam de barcos, o que inviabilizou o cultivo para as mulheres marisqueiras.



As marisqueiras de Anchieta trabalhando no processamento do sururu.

FOTO: Cláudio Costa



As marisqueiras Marinete dos Santos, Elza Rosa Barbosa (Lena) e Neuza da Malta no trabalho de captura de sururu - Anchieta/ES.

FOTO: Cláudio Costa

No contexto, os temas gênero e pesca consistem numa problemática instigante porque o mundo da pesca ainda é considerado um universo masculino, apesar da participação das mulheres em diferentes atividades dessa cadeia produtiva. Nessa profissão, a relação entre homens e mulheres reproduz o que ocorre no resto da sociedade: embora desenvolvam atividades relacionadas à pesca, as mulheres não têm o seu trabalho suficientemente valorizado. Por conta disso, muitas vezes elas próprias não conseguem perceber a importância da sua contribuição no processo produtivo (LEITÃO, 2013).

Na arte de mariscar, a mulher desempenha papel principal, pois muitos homens não têm o cuidado e paciência no processo de limpar, cozinhar, “despenicar” e embalar o sururu, como relatado por elas. As marisqueiras de Anchieta fazem da atividade seu principal meio de vida e autonomia financeira e, com o recurso do seguro defeso, contribuem no planejamento e sustento da família no período de proibição de captura.

Outro fator importante descrito pelas marisqueiras de Anchieta é a importância do marisco como alimento e fonte de proteína, além de a atividade contribuir para a redução da pobreza, por ser uma fonte de renda. Sentem-se valorizadas, principalmente, por trabalharem entre amigos da comunidade e por ser uma profissão herdada de família.

E nesse cenário, firma-se a história de vida das mulheres marisqueiras de Anchieta, que com alegria e gosto mantêm historicamente as tradições da pesca artesanal oriundas do berço familiar. Dessa forma, continuam lutando por seus direitos profissionais, visibilidade, respeito e valorização da figura da mulher, como mãe, provedora e detentora dos saberes da arte de mariscar.

Quer conhecer mais sobre essa história? Assista ao vídeo.

14

AMEP: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VILA PONTÕES

Wesley Zambom da Silva

Especialista em Educação Ambiental.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

wesley.silva@incaper.es.gov.br

Victor dos Santos Rossi

Graduado em agronomia.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

Anderson Geraldo Pagotto de Moura

Especialista em Gestão Ambiental.

Técnico em Desenvolvimento Rural, Incaper.

A organização chama-se Amep (Associação de Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões) e em 07 de novembro de 2016 foi oficializada como associação, contando com sede própria. Fica localizada em Vila Pontões, distrito de Pontões, em Afonso Cláudio/ES, e conta atualmente com 20 associadas.

Em 2010/2011, seis agricultoras familiares de Pontões participaram de um curso sobre pós-colheita e degustação de cafés promovido por uma cooperativa da região. Curso esse, exclusivo para mulheres. A partir daí, começaram a trabalhar um projeto social, formando o núcleo feminino daquela cooperativa, através de certificação (fair trade). Em 2012, o “Núcleo de mulheres empreendedoras e cooperativistas de Vila Pontões” organizou na comunidade o “Primeiro batom com prosa”, com palestras de motivação. Compareceram cento e catorze mulheres que tiveram a oportunidade de colocar mostras de seus trabalhos, artesanato e culinária.

Daquele momento em diante, o referido núcleo seguiu com vinte e cinco mulheres, que receberam assistência técnica e formações em diversas áreas, como: produção de alimentos, administração, gestão, associativismo, agroturismo, classificação e análise sensorial de cafés; por meio de diversos parceiros, sendo eles: Incaper, cooperativas da região, Senar, Sebrae, Prefeitura Municipal e Ifes.

Com as formações, as mulheres começaram a participar de feiras, dentro e fora do município, e a apoiar eventos e ações sociais organizadas na comunidade. As reuniões e capacitações aconteciam no salão da igreja católica e surgiu



As produtoras rurais Joelma de Vargas, Jucelena Santos, Zilda Coutinho, Josane Bissoli e Elsa Delpupo, da Associação de Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões - Afonso Cláudio/ES.

FOTO: Cláudio Costa



Maria Bissoli - Matriarca da família Bissoli - Associação de Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões - Afonso Cláudio/ES.

A produtora rural Josane Bissoli, da Associação das Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões/ES, provando os cafés especiais da comunidade - Afonso Cláudio/ES.

FOTO: Cláudio Costa

a necessidade de ter uma sede própria. A prefeitura concedeu um espaço ao grupo, em regime de comodato, porém o local precisava de uma reforma. O Incaper fez um projeto de adaptação e com o recurso adquirido através das vendas dos produtos realizaram a reforma da agroindústria.

Em 07 de novembro de 2016 o empreendimento foi oficializado, tornando-se Associação. Em 22 de outubro de 2017, a Amep associou-se à IWCA – Aliança Internacional das Mulheres do Café, através do subcapítulo do Espírito Santo. A Associação tem como missão transformar vidas por meio de ações empreendedoras e o compromisso de ser reconhecida como agente transformador da realidade econômica e social de Vila Pontões e região.

“O empreendimento representa a nossa luta enquanto mulheres do campo e a nossa união. Com a união nós podemos sentir o valor que temos e o fortalecimento das famílias, em relação do quanto somos capazes perante tantas dificuldades. A nossa união contagiou e se tornou referência no contexto que vivemos. Em função da necessidade de agregar valor ao produto principal que é o café, conquistamos uma sala de classificação e degustação, com a assistência de profissionais capacitados, que nos orientam a pontuar nossos cafés. A comunidade valorizou o nosso trabalho, aderiu ao movimento e foi favorecida, porque a partir do trabalho desenvolvido, os compradores, hoje, vêm até a comunidade e visitantes chegam de várias partes do mundo para provar nossos cafés, que produzimos com excelência.”

Josane Bissoli - Presidente da Amep - Afonso Cláudio/ES

O fato de serem mulheres e estarem à frente, serem lideranças, causa um certo desconforto, estranhamento e ciúmes na área rural, porque era comum as mulheres serem referência nas escolas, como professoras, ou na igreja, mas não em um negócio. Não era comum as mulheres serem lideranças na área econômica e produtiva. Passaram a ter mais poder, poder de mudar a realidade, e passaram a identificar um lugar, porque as pessoas chegam à Vila Pontões e procuram a Associação de

Mulheres. Também tem a questão de que, por trabalhar muito a capacitação, as mulheres valorizam e priorizam muito a Associação. Isso causa ciúmes dentro do próprio núcleo familiar, pois elas têm que sair mais para resolver algo da Associação e também, às vezes, chegam mais tarde. Os homens, às vezes, não entendem as reuniões e os trabalhos voluntários, achando que estão jogando o tempo fora.

O empreendimento revelou as múltiplas contribuições econômicas femininas, que vão muito além do autoconsumo, e passaram a provocar uma reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho dentro das propriedades. Ademais, a participação das mulheres em atividades produtivas, que agregam valor e geram renda, trouxe o acesso delas ao mercado, gerou mais autoestima e reconhecimento e deu visibilidade no espaço em que vivem e no estado como um todo, tornando-se referência para outros grupos de mulheres.

“Muitas de nós já faziam algo, já trabalhavam no café e na lavoura. Eu sempre trabalhei no café. Comecei a torra e a agroindustrialização através da Associação e isso me deu muita visibilidade, passei a participar de eventos, viajar e ter mais oportunidades. A gente tem contato com muitas pessoas e entidades constantemente e também temos as capacitações, que acabam nos fortalecendo muito e abrem diversos horizontes e isso acaba se multiplicando na comunidade. Nesse sentido, o empreendimento contribui para a autonomia das mulheres da comunidade e da Associação, visto que gera renda, uma renda que é administrada e gerida por nós mesmas, diferente da renda que vem diretamente da lavoura e que ficava apenas nas mãos dos homens.”

Jucelena - Antiga presidente da Amep - Afonso Cláudio/ES



Etelvina Aparecida Kieffer - Produtora rural da Associação das Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões - Afonso Cláudio/ES.

FOTO: Cláudio Costa

Algumas atividades, produtos e serviços realizados pela Associação:

- Produção e agroindustrialização de cafés especiais nas propriedades: as mulheres da Associação trabalham com a produção de cafés em suas propriedades rurais e algumas já processam e agroindustrializam o café, produzindo cafés especiais como o cereja descascado, cereja despulpado e o café natural (que não se retira a casca), cujos frutos verdes e o “boia” são retirados, secando-se somente os frutos maduros;
- Produção de panificados (pães, bolos e biscoitos), massas, doces, geleias, conservas e cristalizados: as mulheres da Associação se reúnem em uma agroindústria local comunitária e produzem esses alimentos processados, tendo como base o trabalho coletivo e utilizando as receitas antigas das famílias;
- Promoção de capacitações e formações para comunidade: através da Associação, a comunidade consegue acesso a vários cursos e formações oferecidos por instituições como Incaper, Senar, Sebrae, Ifes e demais parceiros;
- Desenvolvimento de trabalhos voluntários: a Associação apoia e desenvolve vários trabalhos voluntários sociais na comunidade e na escola. A Associação atua em causas importantes para o desenvolvimento local, em mutirões de ajuda mútua aos mais carentes, na organização de festas, feiras e eventos tradicionais. Também atua levando demandas da comunidade para o setor público e instituições. Na escola, a Associação atua para arrecadar fundos para projetos e melhorias. Também atua apoiando projetos e datas comemorativas relacionadas a educação e meio ambiente;
- Turismo rural: a Associação participa e incentiva o fluxo de turismo que procura pelos cafés especiais e premiados da região;
- Ação voluntária das empreendedoras para ajudar as pessoas que perderam tudo na enchente em Vargem Alta e Iconha: foram doados pães e biscoitos, foi realizada campanha para arrecadar roupas, móveis, aparelhos domésticos etc; e por último, foram realizadas visitas para entrega das arrecadações.

Os produtos são comercializados em feiras e eventos locais e em eventos e simpósios maiores, em outros municípios. A Associação também fechou um contrato com uma empresa da região, do ramo de panificação, para fornecer



As produtoras rurais Josane Bissoli e Etelvina Aparecida Kieffer, da Associação das Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões, provando os cafés especiais da comunidade - Afonso Cláudio/ES.

FOTO: Cláudio Costa

os produtos, com as receitas de família. Também se tem um fluxo de turistas, em função do café e das características da região. Quem também consome os produtos e serviços são as próprias associadas, suas famílias e a comunidade como um todo.

A própria produção do café já era algo tradicional na comunidade, mas que ganhou um perfil mais profissional com as capacitações e com as formações recebidas. Os produtos processados também são oriundos de receitas de famílias, de conhecimentos que estavam se perdendo, e foram mantidas, multiplicadas e transferidas por meio da Associação.

As mulheres, à medida que produzem um café de qualidade e sustentável, primam pela adoção de práticas que garantam a preservação dos recursos hídricos, da biodiversidade e da qualidade do ar. Nesse sentido, é cumprida pelo empreendimento a regulamentação do uso de agrotóxicos e fertilizantes, além da devida gestão dos resíduos. A Associação também apoia projetos na área ambiental desenvolvidos pela escola local.

FOTO: Cláudio Costa



A produtora rural Josane Bissoli, da Associação das Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões - Afonso Cláudio/ES.

Logo quando foi criada a Associação, a ideia era, realmente, participar das políticas públicas de comercialização (PAA, PNAE, CDA). Porém, com o passar do tempo, elas foram observando que, para serem beneficiadas, dependiam de licitação e uma série de trâmites burocráticos, o que foi provocando um certo desânimo em acessar tais programas.

Mesmo assim, no ano de 2021, a Amep participou do Edital de Seleção Nº 001/2021, de fevereiro de 2021, da Setades/CDA, como possível fornecedora de produtos para a Secretaria de Assistência Social do município de Afonso Cláudio/ES.

A Amep pleiteou, no ano de 2020, um recurso no valor total de R\$ 243.450,00 através do Edital 03/2020 do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar – Funsaf para aquisição de uma unidade de beneficiamento de cafés especiais, porém a proposta foi rejeitada na fase de habilitação jurídica (1ª fase). Esta foi a primeira experiência da organização buscando recursos através de crédito rural ou editais.

A Associação de Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões – Amep conta com ações de Ater do Incaper desde a sua fundação, como a elaboração do projeto de reforma do prédio, onde hoje funciona a sede da organização. De lá para cá, a relação do Incaper com a Amep sempre foi muito estreita e produtiva. Através desta parceria são organizados na comunidade e região diversos eventos técnicos, como por exemplo: Dias de Campo, Oficinas, Treinamentos, Capacitações e Palestras; além das visitas técnicas de caráter individual às propriedades das associadas e vizinhas. Vale destacar, ainda, o suporte que o Incaper fornece na elaboração de projetos para a Associação conseguir recursos através de editais ou crédito rural.

Quer conhecer mais sobre essa história? Assista ao vídeo.



As produtoras da Associação de Mulheres Empreendedoras da Agricultura Familiar de Vila Pontões - Afonso Cláudio/ES.

FOTO: Cláudio Costa

15 MULHERES RURAIS ARTESÃS E EXTRATIVISTAS DE MARATAÍZES: UM GRUPO SOCIAL E PRODUTIVO

Cássia Roberta de Oliveira Moraes

Mestranda em Agroecologia.

Técnica em Desenvolvimento Rural, Incaper.

cassia.moraes@incaper.es.gov.br

Brunno de Oliveira Almeida

M. Sc. em Produção Vegetal.

Técnico em Desenvolvimento Rural, Incaper.

O artesanato está presente na vida do homem e da mulher, desde os primeiros tempos na produção de objetos de uso para sobrevivência e ornamento. O artefato e sua elaboração inserem-se na cultura material, sendo os objetos dignos de consideração por si mesmos, sendo seu processo de feitura capaz de revelar muito sobre quem o faz (BARBOSA e D'ÁVILA, 2014).

Segundo dados do IBGE (2017), o Brasil possui cerca de 8 milhões de artesãos e, dessa totalidade, 77% são mulheres (SEBRAE, 2021). De acordo com esses dados, cerca de 27 mil estabelecimentos rurais estão envolvidos nas atividades relacionadas ao artesanato, gerando uma renda proveniente dessas atividades que ultrapassa 60 milhões de reais (IBGE, 2017).

O grupo de mulheres da Associação dos Artesãos e Agricultores de Alto Boa Vista (AFABV) se formou em 2009 na comunidade rural de Alto de Boa Vista, em Marataízes/ES. O grupo surgiu pela necessidade dessas mulheres de aumentarem a renda da família e era formado, inicialmente, por 10 mulheres que trabalhavam com artesanato e também com o extrativismo da aroeira. Segundo a artesã Maria da Conceição, "as mulheres que residem na comunidade enfrentaram dificuldade de acesso à escolaridade e precisaram ir trabalhar nas lavouras desde a adolescência. Apesar de gostarem de trabalhar com o artesanato, muitas não se sentem realizadas nessa atividade, pois outras pessoas não valorizam os trabalhos artesanais". Atualmente, as artesãs trabalham com brolha, macramê e bordados em toalhas de banho e jogos de cozinha e panos de prato desenhados.



As artesãs Nadir Alves e Roseli Alves, da Associação dos Artesãos e Agricultores de Alto Boa Vista (AFABV), realizando trabalho de bordado manual - Marataízes/ES.

FOTO: Cláudio Costa



Artesãs da Associação dos Artesãos e Agricultores de Alto Boa Vista (AFABV) - Marataízes/ES.

Em 2013, o grupo procurou o Incaper e, na oportunidade, duas artesãs, representando o grupo, relataram a história de criação, os produtos que produziam e os entraves que estavam encontrando para aquisição do material de trabalho para confecção e produção das peças, bem como para a comercialização dos produtos.

Para melhor conhecimento da realidade local e levantamento de demandas, foi realizada uma reunião com as mulheres envolvidas no artesanato, na qual elas relataram as dificuldades para realizarem seus trabalhos relacionadas ao local de trabalho e comercialização dos produtos e levantaram algumas demandas de grupo, como a realização de cursos para aperfeiçoarem seus trabalhos e também a necessidade de ampliarem seu canal de comercialização.

Em setembro de 2013, numa oportunidade à época, foi realizado o curso “Com Licença, Vou à Luta”, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com o grupo de artesãs da AFABV, no município de

Marataízes. Esse curso foi realizado a partir de demanda levantada pelas artesãs, com o objetivo de melhorar o gerenciamento da atividade, além de estimular o empreendedorismo e a iniciativa do grupo. Participaram desse curso 17 mulheres com idades entre 20 e 45 anos, artesãs tradicionais da localidade. O curso foi realizado no local em que elas se reuniam todas as tardes para elaborarem seus produtos, um imóvel sem água e sem luz elétrica.

O curso “Com Licença, Vou à Luta”, atualmente denominado “Mulheres em campo”, oferecido pelo Senar, é voltado para o público feminino e tem como objetivo principal aumentar a participação da mulher nas atividades rurais, inclusive na gestão dessas. Através dele, elas aprenderam conceitos de empreendedorismo, características de empreendedores de sucesso, diagnóstico da propriedade, planejamento, organização, controle e avaliação dos resultados de um negócio, aspectos gerais de leis trabalhistas, direitos e deveres do empregador e empregado, legislação ambiental, conceitos de liderança e características essenciais de um líder. Como aprendizado, após realizarem o curso, elas passaram a calcular o valor de seus produtos de forma correta, a gerenciar a comercialização e buscar melhorar o local de trabalho.

Além do curso e como parte da motivação proporcionada por ele, as artesãs também foram orientadas a procurar a Agência de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), que estavam



Trabalho manual das mulheres da Associação dos Artesãos e Agricultores de Alto Boa Vista (AFABV) - Marataízes/ES.

em tenda itinerante pelo município, para emitirem suas carteiras de artesãs, como forma de promover a organização deste grupo e pôr os primeiros ensinamentos em prática. Na oportunidade, cinco artesãs se cadastraram. Essa ação foi importante, pois além da identificação profissional das artesãs, também foi proporcionada a participação em feiras de comercialização municipais e estaduais, bem como a exposição e amostra de seus produtos.

O artesanato não é a única atividade desempenhada pelas mulheres da AFABV. Elas são também agricultoras, tendo participação no cultivo familiar de abacaxi, mandioca, cana-de-açúcar, espécies olerícolas e frutíferas. Em 2015, a AFABV encontrava-se inativa por motivos de desorganização coletiva, então o extensionista do Incaper iniciou os trabalhos com a Associação, orientando quanto à regularização documental e fazendo reuniões com os associados a fim de reativar a Associação e ressaltando a importância que tem uma organização social rural na busca de ações e oportunidades, como políticas públicas que valorizam a participação feminina, com vistas a promover o desenvolvimento da região. Nesse sentido, uma das ações realizadas após a regularização jurídica da AFABV foi a participação, em 2016, no edital do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf) com a submissão de uma proposta para aquisição de maquinário agrícola para beneficiar os associados envolvidos nas atividades agrícolas.

Uma outra atividade realizada pelas mulheres da AFABV é o extrativismo de aroeira, uma espécie nativa da Mata Atlântica, abundantemente presente na região. No Espírito Santo, a aroeira é economicamente explorada há mais de 20 anos, principalmente voltada para o setor de condimentos. Entre maio e junho de todos os anos, sua produção gera renda extra para os extrativistas da região, predominantemente representados por mulheres, que se encarregam de colher as sementes e beneficiá-las para depois comercializá-las.

Em 2018, o ELDR de Marataízes realizou uma oficina de boas práticas na exploração de aroeira: cultivo e extrativismo. Na oportunidade, participaram 25 pessoas, dentre elas 17 mulheres da AFABV que puderam aprender mais sobre a história da espécie, práticas adequadas no cultivo e manejo correto na extração e beneficiamento prévio com foco no melhoramento da qualidade do produto final, visando obter valorização na hora da venda.



FOTO: Cláudio Costa

Mulheres da Associação dos Artesãos e Agricultores de Alto Boa Vista (AFABV) - Marataízes/ES.

Algumas técnicas demonstradas para aumento de qualidade da aroeira foram: uso correto de ferramentas para corte dos ramos frutíferos, uso de mesa telada e “vassoura” de ramos de goiabeira para separação de frutos dos galhos, uso de lona plástica para forrar o chão no local de extração dos frutos e pré-secagem dos frutos antes do ensacamento.

Atualmente, as artesãs se reúnem na casa de uma das integrantes para a confecção dos produtos, um local com disponibilidade de água e energia elétrica, proporcionando o uso de máquina de costura. Durante o período de pandemia, por evitar a aglomeração, o grupo reduziu a produção e algumas integrantes do grupo buscaram outras fontes de renda, permanecendo na atividade apenas cinco mulheres. Para atender às encomendas dos produtos, elas têm se reunido diariamente e continuado a confeccionar seus produtos, bordando, fazendo brolhas e macramê em jogos de banho e de cozinha e fazendo pintura nos panos de prato. A produção está sendo feita sob encomenda para atender à comunidade local e a forma de comercialização ocorre com a entrega ou retirada do produto.

O rendimento mensal dessas famílias é proveniente da venda de produtos da agricultura, além dos produtos oriundos do trabalho manual, na prática do artesanato e do extrativismo da aroeira realizados pelas mulheres rurais.

“Foi bom, pois aprendemos o modo correto de colher a aroeira para melhorar a qualidade na hora de vender. Antes, colhíamos errado, a gente debulhava os galhos com as mãos e os frutinhas ficavam danificadas e assim os atravessadores sempre queriam pagar pouco. Agora podemos melhorar a qualidade da nossa aroeira e tentar vender por um preço melhor.”

Iná da Silva Alves - Extrativista - Marataízes/ES



Rosa Maria da Costa (Dona Rosa) - Liderança do Grupo de Mulheres "As Burguevilhas do Lambarizinho" - Alegre/ES.



EXPERIÊNCIAS DE ATER E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO FEMININO NO CAMPO

16

ELAS NO CAMPO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA: TECENDO CAMINHOS DA COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

**Maria Aliene de
Jesus Pereira**

M. Sc. em Desenvolvimento
Territorial.

Professora e Agricultora
assentada do Assentamento
Nova Conquista.

alienejp@gmail.com

O Assentamento Nova Conquista foi criado em março de 1988. Está localizado às margens da BR 101, no extremo norte do Espírito Santo, a três quilômetros da cidade de Pedro Canário, apesar de pertencer ao município de Pinheiros. Recebeu o nome de “Nova Conquista” devido ao fato de ser a segunda conquista das famílias e, também, por se tratar do segundo assentamento no município. Caracteriza-se por ser um grupo pequeno de moradores e por nele predominarem as relações de amizade e companheirismo. É composto por 90 pessoas e 50% são mulheres.

As famílias do assentamento estão organizadas na Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Conquista – Pinheiros (Atranc) que, enquanto organização social, nasce juntamente com a criação do Assentamento e juridicamente foi oficializada em 3 de outubro de 1994. A Atranc não é uma associação específica de mulheres, pois representa o assentamento de 19 famílias. Todavia, a sua diretoria está sempre composta por mulheres nos cargos de presidenta, tesoureira e secretária. Ou seja, as mulheres estão sempre mais atentas às questões organizacionais da comunidade e são elas que executam os programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Compra Direta do Agricultor (CDA) e Projeto Doce Conquista, mais recente. Em todos esses programas e projetos, elas sempre estiveram à frente como protagonistas, apesar do machismo histórico enraizado, às vezes na própria família.



Agricultoras familiares acompanhadas dos filhos -
Assentamento Nova Conquista - Pinheiros/ES.

FOTO: Cláudio Costa



FOTO: Cláudio Costa

As mulheres do Assentamento Nova Conquista, Cléia Oliveira, Maria Madalena Paim, Dulcineia de Jesus e Maria Aliene Pereira, organizando a entrega no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pinheiros/ES.

Desde o início do Assentamento, enfrentam diversas dificuldades com a produção de alimentos e sua comercialização com preço justo. O município de Pinheiros e região passa por constantes períodos prolongados de estiagem e conflitos constantes por recursos hídricos. Além disso, por estar distante de grandes mercados consumidores, boa parte da produção era entregue a atravessadores que pagavam preços injustos às famílias. As mulheres foram as primeiras a apostarem nos programas de mercados institucionais como uma oportunidade de geração de renda. Elas se organizaram na Associação para garantir a produção e comercialização dos seus produtos via programas, em vista de melhorar a renda nas suas famílias.

Participam diretamente da organização e produção dos alimentos comercializados nos programas institucionais 12 mulheres. Por muitos anos elas estão à frente da representação e organização da comunidade, tanto na coordenação religiosa da igreja e na direção da Associação, quanto no lote de produção e comercialização institucional ou feiras livres, promovendo autonomia e visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas.

O PAA foi concebido no bojo de um conjunto de políticas estruturantes do programa Fome Zero. É um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e regulamentada pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, e alterado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006 com a finalidade de “incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar” (BRASIL, 2003).

Sabendo-se que a questão da fome, de um modo geral, tem sido um gargalo para o poder público, para os mais comprometidos tem sido um grande desafio, até porque ela cria uma figura “negativa” do país, visto que está ligada a outros fatores estruturais, como a falta de reforma agrária, a concentração da terra, o problema da moradia, desemprego, saúde, alimentação, além de outros. Com os programas institucionais, os lotes de produção do assentamento passaram a ser mais valorizados e as famílias passaram a ter maior interesse em produzir, além do que, os frutos colhidos vieram enriquecer mais a alimentação, passando a fazer parte do cardápio de centenas de trabalhadores do meio urbano, que vivem em condições vulneráveis de insegurança alimentar.



Dulcineia de Jesus - Agricultora familiar, assentada de reforma agrária no Assentamento Nova Conquista - Pinheiros/ES.

FOTO: Cláudio Costa



A Associação iniciou no programa PAA com 18 famílias em 2011, e desse período para cá já executou propostas com até 71 famílias. Hoje, participam com 31 famílias assentadas e alguns pequenos agricultores do entorno. As propostas iniciais foram compostas por um quantitativo de 40% de mulheres. Atualmente, elas até ultrapassam 50% de participação desse grupo. Assim, tanto o PAA quanto o PNAE garantem segurança para as famílias na comercialização dos seus produtos.

O PAA é, sem dúvida, o principal elemento estruturante das condições elementares dessas famílias. “Um programa muito bom, sem tanta exploração do trabalho familiar, todos participam e todos lucram”, diz uma assentada, 28 anos. E outra senhora assentada, de 74 anos, continua: “Programa muito bom, nossa família é outra. Até os netos conseguem ganhar um dinheirinho com as coisinhas que plantam. Todo mundo lucra e até comemos melhor. Os animais comem melhor, pois se alimentam também do que sobra ou não vende na feira”.

A Atranc cumpre a função de organizar as questões administrativas das famílias no que se refere à gestão e orientação para aprovação nos progra-

mas. Até os dias atuais, a organização já acessou e entregou cerca de R\$ 1.800.000,00. No período (2011 a 2021) de execução do PAA, mais de 1.500 famílias, aproximadamente 4.500 pessoas, já receberam os produtos do programa de doação simultânea, entregues pelas mulheres e demais associados. Até hoje, a Associação, por meio desses programas, já conferiu mais de 1.500.000 kg de alimentos à fundação e às associações de comunidades carentes do município de Pinheiros, o que torna a organização uma ferramenta de mediação importante nas relações políticas juntamente a outras entidades.

Atualmente, o projeto Doce Conquista é uma das maiores conquistas das mulheres nos últimos anos, com recursos não reembolsáveis da Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento e Inovação Agro Socioambiental do Espírito Santo (Fundagres Inovar), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e a Prefeitura Municipal de Pinheiros. É um projeto de cunho sustentável, tendo como objetivo a melhoria da renda das famílias por meio do processa-



mento e beneficiamento dos produtos provenientes da produção agrícola das mulheres. O projeto Doce Conquista reformou e equipou o prédio da antiga escola, há tempos abandonada no assentamento, transformando-o em uma moderna agroindústria de processamento artesanal de produtos, como panificados, compotas de frutas e fécula de mandioca, dentre outros, para entrega nos programas e venda em feiras livres.

Algumas famílias ainda trabalham na farinheira construída no assentamento a partir de um projeto da Seag e que também foi equipada com alguns itens do projeto Doce Conquista, ampliando a produção de farinha de mandioca e extração de fécula. As mulheres desenvolvem o trabalho de destoca e raspam a mandioca para seu processamento, algumas participam de todo o processo da feita de farinha e extração de fécula.

Diante da representatividade histórica da figura feminina, podemos afirmar que as mulheres do assentamento representam um grupo de resistência contra o sistema hegemônico do patriarcado, pois estão constantemente executando a dupla jornada de ser mulher, desde os cuidados com a família, participação direta na produção das plantações e criações, gerenciamento da propriedade, envolvimento social e político nas organizações sociais, além da busca pelo aperfeiçoamento do trabalho produtivo para garantir qualidade dos produtos entregues via Associação.

Nesse contexto, percebe-se que a participação das mulheres no Assentamento Nova Conquista representa um grande avanço socioeconômico, pois todos esses projetos discutidos nesse relato só saíram do papel porque as mulheres sonharam e se dedicaram em articulações com lideranças institucionais e políticas. Esse protagonismo, liderança e a autonomia econômica das mulheres é fruto de muito trabalho de organização social de movimentos como o Movimento dos Sem Terra, de formação nas Escolas Famílias Agrícolas e Universidades Federais que contribuíram historicamente pela busca de novas formas e possibilidades de permanência no campo.



FOTO: Claudio Costa

Cenouras produzidas pelas agricultoras do Assentamento Nova Conquista - Pinheiros/ES.

17 TRANSFORMANDO ALIMENTOS EM SONHOS: EXPERIÊNCIAS DE ATER NAS AGROINDÚSTRIAS GERIDAS POR MULHERES

Alessandra Maria da Silva

D. Sc. em Produção Vegetal.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

alessandravet92@gmail.com

Jozyellen Nunes da Costa

M. Sc. em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

Historicamente, o trabalho feminino na família foi associado ao espaço doméstico: a alimentação, a limpeza, o cuidado das crianças, idosos e doentes, quase sempre sem remuneração ou acesso à renda familiar. Dessa forma, a sociedade compreendeu as demais atividades produtivas como uma extensão do trabalho doméstico, como a produção nos quintais e a transformação de alimentos.

No entanto, tanto o trabalho do cuidado e da segurança alimentar da família, quanto o trabalho produtivo desempenhados pelas mulheres são de extrema importância para a reprodução das famílias rurais, devendo ser reconhecidos social e economicamente.

Especificamente, o trabalho de transformação de alimentos tem apresentado importância crescente na renda familiar, na geração de emprego e na diversificação de renda em momentos de crise. Diversos trabalhos têm demonstrado a importância da agroindustrialização para a reprodução econômica das famílias rurais em períodos de intempéries e de crises econômicas, na maioria das vezes iniciados e desempenhados por mulheres (FERNANDES, SILVA e FALCÃO, 2018; SILVA, SANTOS e PONCIANO, 2018; SILVA, 2019).

Além da importância econômica para as famílias, o processo de agroindustrialização tem sido considerável para a construção da autonomia econômica e social das mulheres rurais, elevando sua autoestima e contribuindo para a realização dos sonhos dessas mulheres.



FOTO: Cláudio Costa

Valdelice Pompermazer - Produtora rural e uma das gestoras da Queijaria Borges - Linhares/ES.



FOTO: Cláudio Costa

Adelma Bissoli - Produtora rural de cacau e chocolate - São Gabriel da Palha/ES.

O papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nesse processo é de fundamental importância. Por meio da Ater, as mulheres acessam políticas públicas de crédito, de fomento e de comercialização da produção; se organizam em associações e cooperativas; desenvolvem projetos com acompanhamento especializado desde a infraestrutura das agroindústrias, processamento até a comercialização e participam de projetos de desenvolvimento da consciência de gênero para seu empoderamento social, econômico e político.

O queijo da Valdelice

No município de Linhares, na microrregião Rio Doce, ao norte do estado do Espírito Santo, mulheres produtoras de queijo têm obtido acesso a renda, com a qual têm investido na realização de sonhos pessoais.

Exemplo disso é Valdelice Pompermazer, 44 anos, agricultora familiar da comunidade do Córrego São Francisco de Dr. Jones, no distrito de São Rafael, que iniciou as atividades de agroindustrialização quando a família passou a



A produtora Valdelice Pompermazer apresentando o queijo produzido na propriedade da Queijaria Borges - Linhares/ES.

FOTO: Cláudio Costa



Valdelice Pompermazer - Produtora rural da Queijaria Borges - Linhares/ES.

FOTO: Cláudio Costa

receber assistência técnica em um projeto de Ater denominado “Desenvolvimento da cadeia produtiva do leite por meio da promoção das agroindústrias familiares de Linhares”, fomentado pelo Banco do Nordeste do Brasil e executado pelo Escritório Local de Desenvolvimento Rural (ELDR) do Incaper de Linhares entre os anos de 2010 e 2014.

Nesse projeto, a família participou de diversos treinamentos, desde a sanidade animal e produção do leite com qualidade até a produção de derivados do leite e boas práticas de fabricação. Conheceram experiências de agroindústrias familiares na região serrana do Espírito Santo e se interessaram em ingressar na atividade com foco no mercado de queijos.

Com o apoio do Incaper, Valdelice recebeu orientações para o projeto da infraestrutura da agroindústria e para a legalização de seu empreendimento. Ela montou a “Queijaria Borges”, que desde 2016 abastece estabelecimentos varejistas no município e também o comércio local.

A visão de futuro de Valdelice é audaciosa: pretende montar sua própria loja na comunidade, onde comercializará produtos especiais de sua agroindús-

tria, bem como outros produtos artesanais produzidos pelas mulheres de sua comunidade e do entorno, vislumbrando o desenvolvimento do agroturismo na região.

Para Valdelice, o diferencial nesse processo foi a Ater prestada por mulheres:

“Dificuldade na trajetória como mulher não tive. Acho que Alessandra e Edna, como representantes do Incaper, e Marcela e Luiza, como representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, sendo mulheres, a contribuição foi ‘top’ (sic.). Então, quando vinha a dificuldade, não tinha vergonha.”

Valdelice Pompermazer - Produtora rural - Linhares/ES

Na visão de Valdelice, as relações desiguais de gênero socialmente arraigadas, que estabelecem, simbolicamente, uma superioridade masculina do conhecimento em relação às mulheres, resultam por afastá-las do conhecimento tecnológico e das conexões econômicas e políticas. A disponibilidade de mulheres nos espaços públicos, tanto na Ater quanto nos órgãos de fiscalização, como é o caso do Incaper e do Serviço de Inspeção Municipal em

Linhares/ES, tem contribuído para o maior envolvimento e empreendedorismo das mulheres rurais.

Valdelice segue realizando seus sonhos e estendendo-os à família:

Valdelice percebeu sua potencialidade e saiu da invisibilidade. Hoje ela lidera a propriedade e escreve sua própria história, de muito trabalho e determinação.

“Meu projeto de uma loja, também como mulher e mãe, é fazer com que meus filhos possam viver, crescer e criar meus netos no campo, com mais qualidade de vida.”

Valdelice Pompermazer - Produtora rural - Linhares/ES



A produtora Adelma Bissoli realizando o processamento das amêndoas de cacau.

Delma e seu “chocolate de verdade”

Chocolate puro, fabricado artesanalmente pela própria produtora de cacau Adelma Grigoletto Bissoli, de 45 anos, conhecida como Delma: essa é uma nova realidade da Família Bissoli. No Córrego Serrinha, interior do município de São Gabriel da Palha, na região noroeste do Espírito Santo, a família apostou nesse nicho de mercado e seu produto já vem ganhando fama e o paladar de quem já provou. O que era para ser apenas atividade complementar acabou se transformando em um empreendimento bem maior.

Determinada e sem nenhum conhecimento sobre a cacauicultura, Delma, junto com a família, fez as próprias mudas de cacau. Depois de um tempo, quando já estavam no processo de melhoria das plantas, o cacau começou a se expandir na propriedade. Mais plantações surgiram e a Delma começou a procurar mais informações sobre beneficiamento e processamento do cacau.

Foi Delma quem teve a ideia de produzir chocolate. A ideia se transformou em sonho, pelo qual ela motivou e movimentou toda a família. Começaram



A produtora Valdelice Pompermazer acompanhada do seu esposo Luizmar Borges de Aguiar e filho Antônio Borges de Aguiar Neto - Linhares/ES.

a pesquisar na internet, fazer cursos e buscar informações com o ELDR do Incaper em São Gabriel da Palha e com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), em Linhares.

Atualmente, a família cultiva 2.000 pés de cacau com a orientação do Incaper local, sendo 1.000 deles em produção, e uma colheita de aproximadamente 40 sacas por ano. Cinquenta por cento do cacau colhido é utilizado na produção de chocolate artesanal. Já as amêndoas que não apresentam qualidade para produção de chocolate são comercializadas.

Por um tempo, Delma produzia seus chocolates na varanda da sua casa, mas seu sonho era ter um lugar específico para produzir e comercializar os seus produtos. Em 2019, ela começou a transformar seu sonho em realidade: construir uma agroindústria de processamento do cacau. Ela buscou orientações junto ao Incaper, com a Economista Doméstica Jozyellen Nunes, de Nova Venécia/ES, para implantação do seu projeto. No mesmo ano, o seu sonho foi concretizado com sua fábrica de Chocolate Faccinio que, atualmente, produz mensalmente 100kg de chocolate nas versões 40%, 60%, 70% e 80% de cacau, além de versões acrescidas de amêndoas, nibs, café, dentre outras receitas que Delma cria.

A produção é ainda pequena para atender a demanda crescente pelos chocolates de Delma, mas a sua intenção é aumentar a produção com aquisição de novos equipamentos. Delma não tem medo dos desafios.

Ela se motiva na ideia de fazer a diferença e de ser reconhecida pela qualidade do que produz.

“Se for só a parte financeira, você desiste, pois tem muita coisa para você fazer para ganhar dinheiro.”

Adelma Bissoli - Produtora rural - São Gabriel da Palha/ES

“Sempre quis fazer um produto que fosse alimento de verdade, com sabor diferente. É cacau de verdade, né?”
Adelma Bissoli - Produtora rural - São Gabriel da Palha/ES

Delma faz a gestão do seu empreendimento, conquista mercados, busca conhecimento e reconhecimento, segue realizando seus sonhos e estendendo-os à família: “Meu projeto de vida é ampliar o meu empreendimento e expandir o meu produto para outras regiões”. Delma é exemplo de que lugar de mulher é onde ela quiser!



FOTO: Cláudio Costa

Quer conhecer mais sobre essa história?

Adelma Bissoli - Produtora rural de cacau e chocolate - São Gabriel da Palha/ES.

18

TRABALHOS DE EXTENSÃO RURAL COM AS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA Córrego DO SOSSEGO – GUAÇUÍ/ES

Ana Paula Pereira de Castro

M. Sc. em Economia Doméstica.

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural, Incaper.

anaincaper@gmail.com

Kênia Rezende Cardoso

Graduada em Ciências Biológicas.

Técnica em agropecuária na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar de Guaçuí/ES.

As atividades de assistência técnica e extensão rural desenvolvidas com as mulheres da comunidade rural Córrego do Sossego, localizada no município de Guaçuí, sul do Espírito Santo, tiveram início no ano de 2017. Foi quando algumas mulheres da comunidade convidaram as técnicas da Secretaria Municipal de Agricultura e do Incaper para apoiarem um projeto que sonhavam para a comunidade, que era montar um espaço para processamento de farinha de mandioca, um alimento que cultivam há muitos anos, e o desejo de adequar a produção para que pudessem comercializá-la e aumentar, assim, a renda das famílias da comunidade.

Nos primeiros encontros entre técnicos e agricultoras, conversou-se sobre as histórias de vida das famílias que residem na comunidade e também sobre os seus antepassados. Surgiu a curiosidade e a vontade de efetivar o enquadramento do grupo de descendentes dos quilombos como comunidade quilombola. Então, o Incaper e a Secretaria Municipal de Agricultura promoveram uma excursão com um grupo de mulheres, pertencentes à comunidade quilombola, para conhecerem e trocarem experiências com a comunidade quilombola Monte Alegre, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Foi um momento muito rico e o grupo foi muito bem recebido pelos membros da comunidade cachoeirense. Após a excursão, foram realizados os trâmites legais necessários e, em 2018, a comunidade Córrego do Sossego de Guaçuí recebeu da Fundação Cultural Palmares a Certidão de Autodefinição como Remanescente dos Quilombos.

Historicamente, a Comunidade Quilombola Córrego do Sossego é composta por famílias que cultivam a terra e moram nessa comunidade há gerações.



FOTO: Leo O'la

Maria Helena de Oliveira (Dona Lena) - Liderança da Comunidade Quilombola Córrego do Sossego - Guaçuí/ES.



Magna Barbosa, Maria Helena de Oliveira, Gilceia de Oliveira, Geovana de Souza e Elaine de Souza - Mulheres da Comunidade Quilombola Córrego do Sossego - Guaçu/ES.

Durante anos, essas terras que antes pertenciam aos grandes proprietários eram trabalhadas por esses produtores afrodescendentes que, como colonos, tiravam seu sustento dessa fazenda. Com o Programa de Crédito Fundiário, essa propriedade foi dividida entre esses produtores, que então conquistaram o direito à terra própria para suas famílias. Atualmente as famílias têm a posse legal de suas terras e essa conquista gera mais autonomia para o trabalho, para o plantio e comercialização dos produtos, como o café (cultura de maior destaque entre os produtores da região), o melado de cana, a farinha de mandioca, o fubá e a canjiquinha, os quais representam a tradição na culinária da comunidade.

As dificuldades ainda são grandes, muitos produtores trabalham para terceiros, principalmente na época da colheita de café, para garantir a complementação da renda familiar. A maioria das famílias está cadastrada no CAD Único e inserida em programas de benefício do governo, como o Bolsa Família. A comunidade é composta por pessoas com variadas faixas etárias, crianças, jovens, adultos e idosos, que compartilham histórias, cultura, religiosidade, receitas e conhecimentos que há gerações vêm compondo a essência e a identidade desse povo.

A conquista da Certidão de Autodefinição da Comunidade Quilombola promoveu mudanças positivas no Córrego do Sossego. Intensificaram-se as atividades de Ater com um grupo de 15 mulheres, todas cadastradas no CAD Único, abrangendo quatro gerações de mulheres. Em uma busca por melhorias na qualidade de vida, o grupo participou de vários cursos realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Entre os temas abordados, destacam-se: boas práticas de fabricação, culinária e plantas medicinais.

Nesse processo de capacitação, realizou-se também na comunidade uma oficina do Cores da Terra em parceria com Incaper e Secretaria Municipal de Agricultura. A oficina proporcionou um momento de interação entre o grupo de mulheres da comunidade e profissionais envolvidas. Acredita-se que o contato com a terra e o envolvimento com a pintura desperta outras formas de expressão, fortalecendo o vínculo entre o grupo e demais envolvidos. Essa interação é essencial para que novos conhecimentos sejam construídos e possibilitem a transformação social da comunidade.



Dona Lena apresentando uma cesta com produtos típicos da culinária da Comunidade Quilombola - Guaçu/ES.

Além das capacitações que participaram, três famílias quilombolas iniciaram a comercialização de seus produtos no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e Projeto Estadual de Compra Direta de Alimentos (CDA). Os principais produtos comercializados foram: fubá, canjiquinha, pó de café, feijão e farinha de mandioca. Com a inserção nesses programas de compras governamentais, conseguiram aumentar a renda, o que permitiu a essas famílias investir mais em suas propriedades e diminuir a necessidade de trabalhar para terceiros. Dessa forma, apontaram caminhos para combaterem a pobreza, diminuírem as desigualdades econômicas e sociais da comunidade e, ao mesmo tempo, promoverem a valorização das tradições quilombolas.

Nos últimos anos, foram publicados vários estudos relatando a importância dos programas e projetos de comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar, destacando como é importante o reconhecimento dos circuitos locais de produção e de consumo de alimentos. Nessa perspectiva, Schneider destaca que o Estado assume a função de (re)definir, por meio de suas políticas e de seus programas de aquisições de alimentos, modelos diferenciados de abastecimento alimentar. Como exemplo, os autores citam o PNAE. Destacam que esses programas assumem o desafio de promover

uma (re)conexão entre produtores e consumidores, aliando os aspectos relacionados com a preocupação da sociedade com o meio ambiente e o seu bem-estar de saúde e social, pois as escolhas com alimentação envolvem outros aspectos, além do econômico (BEZERRA E SCHNEIDER, 2021).

Além da comercialização de produtos nos programas de compras institucionais, três famílias participaram da feira no município, comercializando seus produtos. Porém, depois de alguns meses, não conseguiram dar continuidade pelo fato de não terem como transportá-los. O volume de produtos comercializados não estava cobrindo as despesas com frete. Assim, almejam conseguir um meio de transporte da própria Associação para transportarem sua produção.

Observou-se, durante as atividades de Ater desenvolvidas na comunidade, uma intensa troca de conhecimentos e de experiências vivenciadas entre as mulheres. Tal fato motivou um registro de forma mais sistemática das tradições. Assim, nasceu o projeto: Resgate e Valorização da Arte Culinária da Comunidade Quilombola do Córrego do Sossego, o qual foi cadastrado no edital da Secult (Secretaria de Cultura do Estado). O projeto teve como objetivo realizar um resgate da culinária afrodescendente, tendo como base o fubá e a canjiquinha. Um dos resultados desse projeto foi a construção de uma unidade de beneficiamento de milho e de uma cartilha contendo receitas tradicionais.

Além dos aspectos mencionados, observou-se que o movimento para seleção das receitas promoveu um resgate e valorização da culinária entre os membros da comunidade. Durante a realização das oficinas houve a participação não apenas dos adultos da comunidade, mas também das crianças, demonstrando que o preparo das receitas ultrapassa a técnica em si, envolvendo momentos prazerosos. Dessa forma, acredita-se que esses momentos poderão contribuir para preservação das Tradições Culturais da Comunidade Quilombola do Córrego do Sossego. Em junho de 2021, duas famílias da comunidade, selecionadas pelo Edital de Chamada Pública 001/2021 de Guaçuí, iniciaram as entregas de fubá e canjiquinha para o CDA, os quais foram processados pela primeira vez na própria comunidade.

Segundo relato da Dona Lena, uma liderança do grupo de mulheres, os resultados dos trabalhos de Ater foram positivos para as mulheres, construídos



Elaine de Souza - Agricultora da Comunidade Quilombola Córrego do Sossego - Guaçuí/ES.

numa relação de respeito e que contribuíram para a promoção de segurança alimentar e para aumentar a renda das famílias. Além desses aspectos, as ações promovidas abriram espaços para a Comunidade Quilombola em outras esferas, como na área da educação, iniciando parcerias com instituições como a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A Secretaria de Cultura do município sinalizou uma possibilidade para oficialmente incluírem o dia da comemoração da Comunidade Quilombola no calendário do município, podendo inclusive criar um calendário anual dos pratos típicos.

Observou-se durante a realização das atividades de Ater um envolvimento de vários setores: Incaper, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social e Cultura e Secretaria Municipal de Educação. Essa interação entre vários setores públicos e mulheres quilombolas possibilitou a implementação de políticas públicas como CDA e PNAE, assim como possibilitou a implementação do projeto Resgate e Valorização da Arte Culinária da Comunidade Quilombola do Córrego do Sossego. Notou-se que as ações governamentais contribuíram para promoção e valorização do trabalho das famílias, principalmente das mulheres na Comunidade Quilombola Córrego do Sossego.

Durante o trabalho com as mulheres, evidenciou-se a presença de uma liderança muito forte, desempenhada pela agricultora conhecida como Dona Lena. Vários momentos exemplificaram esse papel até mesmo nas falas dos demais membros.

“Ficamos perdidos aqui quando minha mãe sai.”

Marciano - Filho de Dona Lena - Guaçuí/ES

Os moradores da comunidade gostam de ouvir os conselhos de Dona Lena antes de tomar uma decisão. E ao ser questionada sobre seu papel na comunidade, ela sempre atribui a questão da liderança a um dom divino.

“Esse dom que Deus me deu, de cuidar, eu faço com muito amor. Eles me sentem como se eu fosse um vínculo aqui dentro para resolver todos os problemas. Sem a minha pessoa, eles se sentem barrados, eles não têm como se resolver. E sinto que Deus me deu esse dom para mim retribuir essa ação. Todos vêm em minha procura. Tem hora que é difícil. Sinto que Deus me deu uma inspiração em fazer tudo isso. É um dom de Deus.”

Maria Helena de Oliveira - Dona Lena - Liderança da Comunidade Quilombola Córrego do Sossego - Guaçuí/ES

Encontram-se, na literatura atual, estudos que reforçam essa liderança das mulheres no meio rural, como destacam Wommer e Cassol (2014). Atualmente, a mulher rural conquistou o direito a ter voz e, em um ambiente tão exigente como o meio rural, a mulher é atuante nas decisões desde os afazeres domésticos até os papéis que ultrapassam a esfera privada, envolvendo as decisões nos aspectos produtivos, econômicos, sociais, religiosos e políticos. Esse exemplo de história de vida retratado por Dona Lena é importante de ser registrado para ser analisado como comportamento de muita luta e resistência, representando a categoria das mulheres e, ao mesmo tempo, quilombolas.

“É importante que novos estudos sejam realizados, para dar continuidade à investigação sobre o comportamento das mulheres em ambientes historicamente comandados pelos homens, com o intuito de encontrar possíveis empecilhos aos avanços femininos.”

Wommer e Cassol (2014)

Por tudo isso, esperam que os trabalhos de Ater com as mulheres continuem e que possam contribuir para o fortalecimento da estrutura organizacional da comunidade quilombola, possibilitando trocas de experiências e construindo parcerias que possibilitem vencer os obstáculos que vão surgindo na comunidade.



19

ATER E A AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS DE ALEGRE/ES

Aline Chaves Pereira

M. Sc. em Extensão Rural,
Agente de Extensão em
Desenvolvimento Rural,
Incaper.

aline.pereira@incaper.es.gov.br

Ana Cláudia Hebling Meira

D. Sc. em
Desenvolvimento Rural,
Docente e Pesquisadora,
Ufes.

Erica Rodrigues Munaro Gabrig Turbay

M. Sc. em Ciências
Ambientais e Florestais,
residente, Universidade
Federal do Sul da Bahia.

No campo, as mulheres se destacam em diversas atividades agrícolas e não agrícolas, estando presentes praticamente em todas as etapas da produção, trabalham valorizando a cultura, as tradições e se destacam na produção de alimentos. Elas estão nas lavouras, nas agroindústrias, fazendo a gestão do seu empreendimento, produzindo e comercializando. Entretanto, por razões sócio-históricas, muitas vezes as mulheres são invisibilizadas e seu trabalho não é socialmente reconhecido. Por isso, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para mulheres é fundamental para fortalecer seu trabalho na unidade familiar e conferir a elas visibilidade e autonomia.

O objetivo do presente relato é, exatamente, apresentar experiências de Ater para mulheres, realizadas pelo Incaper em parceria com outras instituições presentes no município de Alegre e que demonstram um ganho de visibilidade e autonomia de mulheres agricultoras durante os últimos 16 anos, culminando em experiências muito promissoras, de organização de grupos produtivos, agroindústrias ou ações individuais de mulheres.

Em Alegre, motivados pelas políticas públicas que exigiam a participação da sociedade civil organizada em conselhos como, por exemplo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), e apoiados, primeiramente pelo Incaper e posteriormente por um projeto de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), um pouco mais de vinte associações de agricultores familiares se reorganizaram ou foram fundadas. Essa mobilização, que contava também com a participação das mulheres, em pequeno número inicialmente, culminou na realização de eventos denominados “Encontrão da Agricultura Familiar”, que objetivava a busca de soluções comuns para problemas comuns. O 1º Encontrão da Agricul-



FOTO: Cláudio Costa

Rosane da Costa - Agricultora familiar e liderança do Grupo de Mulheres “As Burguevilhas do Lambarizinho” - Alegre/ES.

FOTO: Cláudio Costa

Rosa Maria da Costa (Dona Rosa) - Liderança do Grupo de Mulheres "As Burguevilhas do Lambarizinho" - Alegre/ES.

tura Familiar ocorreu no ano de 2008, momento em que foi criada a Rede da Agricultura Familiar (RAF), organização informal para agregar representantes de todas as associações, foi debatida a necessidade da construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PMDRS), da reorganização do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Alegre (Sitrua) e a participação mais efetiva dos agricultores e agricultoras familiares no CMDRS. Publicado em 2010, o PMDRS foi resultado de ampla mobilização social e de ações conjuntas com instituições locais visando o fortalecimento das organizações sociais. Importante mencionar que o PMDRS já apresentava, em sua etapa de diagnóstico, a necessidade de mobilização das mulheres (PMA, 2010, p. 60).

Toda a mobilização em torno do desenvolvimento rural de Alegre que articulou o CMDRS, o Sitrua, a RAF, a Feira do Produtor Rural, o Incaper, a Ufes, a Ifes, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e o Grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xaua, resultou, tanto individual quanto coletivamente, num maior acesso à políticas públicas e recursos financeiros (como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional

de Alimentação Escolar - PNAE, emendas parlamentares, editais, crédito rural e Programa Reflorestar) que dinamizaram a economia local e promoveram a inserção produtiva de muitos jovens e mulheres do município.

No âmbito das diversas organizações sociais locais, houve a ampliação da participação e da atuação do público feminino, consolidando as mulheres como sujeitos políticos ativos e rompendo sua invisibilidade enquanto trabalhadoras. Um exemplo é o fato de que algumas mulheres passaram a ocupar cargos de lideranças das associações de produtores rurais.

Outro exemplo da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres ocorreu em 2015, quando pela primeira vez, uma mulher agricultora foi nomeada presidenta do CMDRS de Alegre. Outras funções de protagonismo local também foram ocupadas por mulheres, como a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município (SE- DER), a Coordenação do Escritório Local do Incaper e uma maior presença de mulheres ocupando funções nas instituições locais que apoiam a agricultura familiar (Ufes, Incaper, SITRUA e associações).

"Cada mulher que ocupa um espaço de decisão, de poder, de atuação, ela inspira outras mulheres, isso é muito positivo."

Joana Junqueira Carneiro - Engenheira Agrônoma, ex-coordenadora do ELDR - Alegre/ES

"Aos 16 anos me filiei na Associação de produtores da comunidade que nós moramos, com 18 anos assumi o cargo de secretária. No início fiquei com medo de não dar conta, mas fui muito forte e tive ajuda de muitas pessoas. Aos 20 fui eleita presidenta e então novamente achei que não daria conta, pois em 11 anos de história da Associação, nunca uma mulher havia assumido a presidência."

Maria Aparecida de Lourdes Mauri - Presidenta da Associação de Produtores Rurais de Lagoa Seca e Vizinhança - Alegre/ES

Esse protagonismo feminino contribuiu para a maior participação das mulheres rurais do município, tanto nos fóruns de participação social, quanto na definição e condução dos arranjos produtivos das propriedades.

Nas ações de Ater, a participação e o envolvimento das mulheres são sempre incentivados, seja nos espaços de articulação, nas oficinas ou nas reuniões em que são utilizadas metodologias que contribuem para uma maior participação social. Verifica-se, na Figura 1, que as agricultoras familiares participaram em atividades de atendimento, visitas e reuniões em sua maioria.

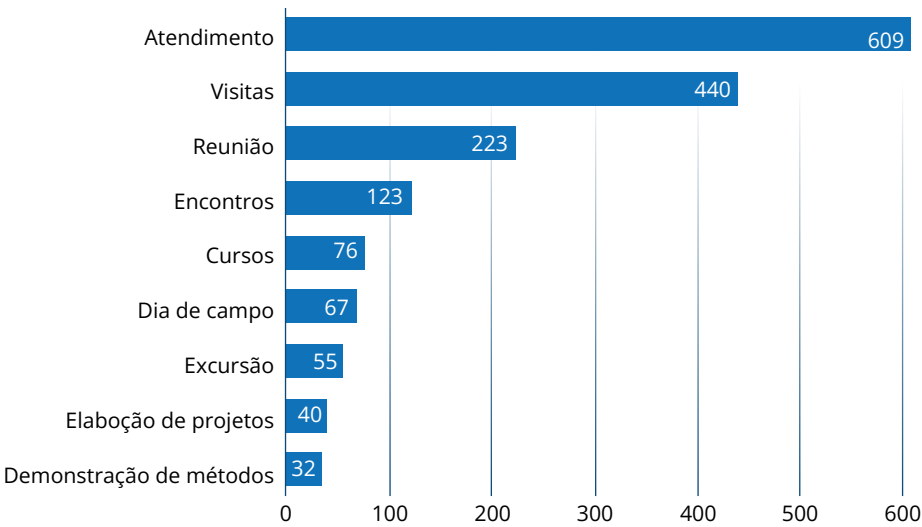


FIGURA 1 – Frequência dos principais Métodos de Ater aplicados pelo Incaper junto às Agricultoras Familiares do município de Alegre/ES, no período de 2016 a 2021. Embora este relato se refira a um período de aproximadamente 16 anos, os dados do Siater apenas estão disponíveis desde 2016. Fonte: Incaper/Siater Online, 2021.

Na Figura 2, verifica-se que, ao longo dos anos de 2016 a 2019, o número de atendimentos às mulheres, no ELDR, por ano, foi aumentando paulatinamente, o que pode sugerir que a participação das agricultoras familiares em reuniões, encontros, programas produtivos e de comercialização diversos contribuiu para maior procura pelos serviços de Ater pelo público feminino. Destaca-se que a queda no número de atendimentos nos anos de 2020 e 2021 refere-se ao período de pandemia e ao fato de que os dados de 2021 foram calculados até o mês de junho.

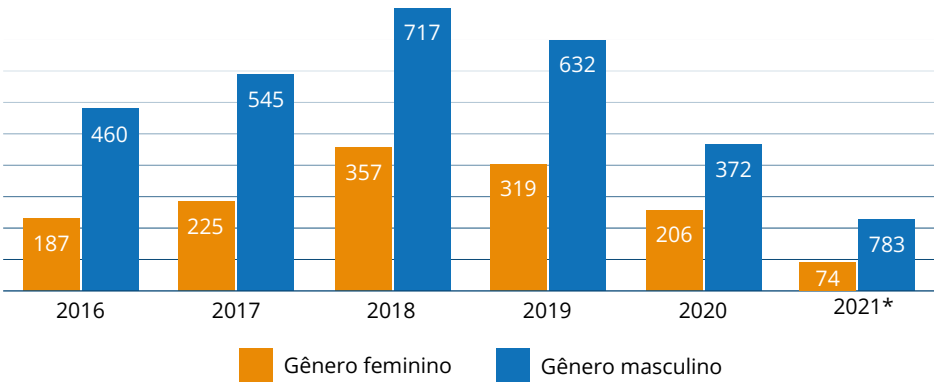


FIGURA 2 – Número de agricultores familiares por gênero assistidos pelo Incaper (ELDR Alegre), no período de 2016 a 2021. * Até junho/2021. FONTE: Incaper/Siater Online, 2021.

Destaca-se, na Figura 3, a forte demanda do público feminino nas atividades de organização social e gestão da organização, de organização e gestão da comercialização, das agroindústrias, da agroecologia, entre outras. Somadas às outras atividades (inclusive as não mencionadas, visto que se elegeu apenas as 10 com maior demanda), evidenciam o aumento no protagonismo feminino e corroboram com as experiências bem-sucedidas que serão mencionadas a seguir.

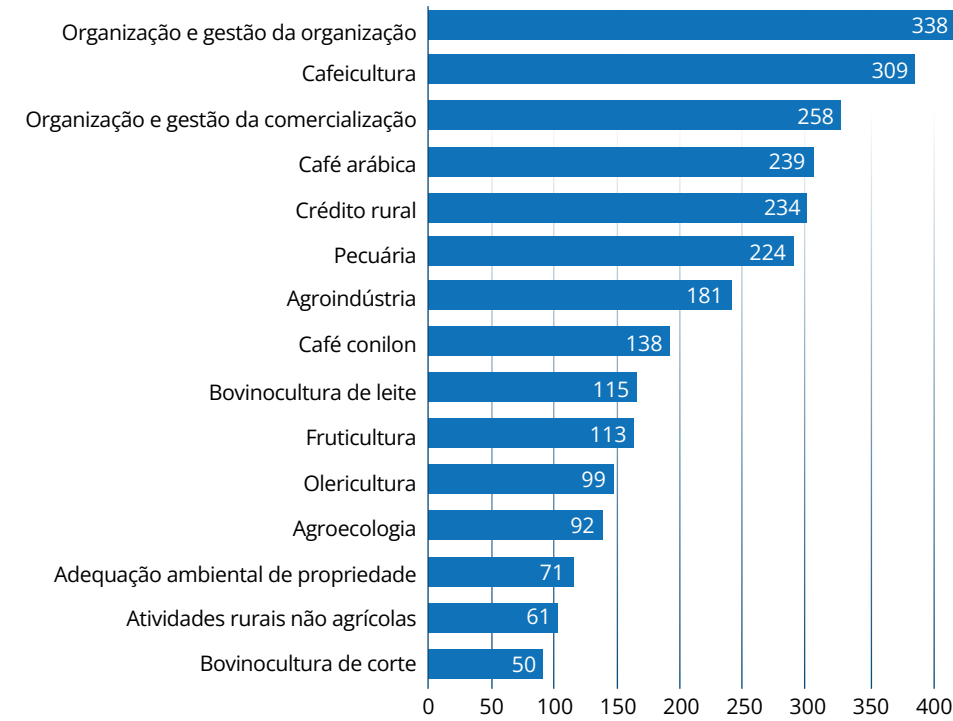


FIGURA 3 – Dez atividades de Ater que concentraram maior público feminino assistido pelo Incaper, no período de 2016 a 2021 (até jun/21), no município de Alegre/ES. Fonte: Incaper/Siater Online, 2021.

Várias foram as ações de apoio à criação e gestão de associações rurais, entretanto, destacam-se os cursos de capacitação oferecidos às mulheres. Estas capacitações estimularam a criação de grupos produtivos de mulheres em diversas comunidades. Atualmente, existem 2 grupos consolda-

“Foram muitas as vezes que precisei transpor as barreiras do preconceito e da desigualdade para alcançar nosso objetivo. [...] Então passamos a nos reunir, as mulheres da nossa Associação, em prol de um objetivo em como fortalecer a autonomia da mulher no campo, na família e na comunidade, criando assim, uma independência para nós. E a partir daí vimos que éramos muito mais que dona de casa, passamos a ver que somos mais que ajudantes dos maridos.”
Rosa Maria Basílio - Agricultora do Grupo “As Burguevilhas do Córrego do Lambarizinho” - Alegre/ES



dos: o Grupo de Mulheres “As Burguevilhas do Lambarizinho”, da Associação dos Agricultores Familiares de Gabriel Vargas, e o Grupo de Mulheres “Sabores e Sonhos” da Associação de Produtores Rurais e Moradores de Feliz Lembrança.

Em 2019, foi promovido o 1º Encontro de Mulheres Rurais de Alegre, com o tema “Valorização da Mulher Rural: Porque Sou Importante!”. O evento, que contou com a participação de 50 mulheres de diversas comunidades do município, teve como objetivo valorizar a mulher rural do município, levantar demandas e estabelecer um planejamento de ações que fortaleçam ainda mais a atuação e autonomia da mulher rural. O encontro foi promovido em parceria entre o Incaper, Grupo Kapi’xawa, Prefeitura de Alegre e Ufes, e teve o apoio do Sitrua, da Associação de Agricultores Familiares da Feira de Alegre, Feira Agroecológica e grupo de mulheres “Umas Pelas Outras”.

As atividades planejadas por essa articulação foram inseridas no planejamento do Projeto “wElas no campo e na pesca”, e desde então foram realizadas ações, como a presença do Ônibus Lilás (unidade móvel de atendimento psicossocial e outros serviços) e cursos de gestão e empreendedorismo como “Mulheres em Campo”. Não foram realizadas mais atividades em razão da pandemia da Covid-19 e da necessidade de distanciamento social.

Diante do exposto, verifica-se que as agricultoras de Alegre adquiriram mais autonomia para as tomadas de decisão e atuação no planejamento produtivo a partir da ampliação dos espaços de participação social. Entretanto, ainda está presente, em Alegre, o machismo estrutural que impede que muitas mulheres saiam da invisibilidade e sejam autônomas.

Decorre daí a necessidade de fortalecimento da Ater para mulheres com ações que possam combater a desigualdade de gênero, em especial àquelas planejadas pelo projeto “Elas no campo e na pesca”.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliete Amanda Theodora de; NORONHA, Cartiele Rosale Borges de; BRITO, Erik Renan Pinto de; FARIAS, Andriele Renata Barbosa de; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas**. 18º REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero: Perspectivas Feministas de Gênero: desafios no campo da militância e das práticas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, 2014.

ALVES, Giovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Motta. **O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades**. Revista SURES, Foz do Iguaçu, n. 11, 2018.

ALVES, M. F. P. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais**: Discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar. In: VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. VII Congresso latino americano de Sociologia Rural, v. 01. p. 1-23, 2006.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Rios da memória das mulheres da agroecologia**. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 4., 2018, Belo Horizonte. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2018/09/05/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-2/#:~:text=Durante%20o%20IV%20Encontro%20Nacional,da%20agroecologia%2C%20o%20contexto%20e>. Acesso em: 10 set. 2021.

BALEEIRO, A. V. F. **Intersecção termodinâmica-ecologia e discussão das bases científicas da agricultura sintrópica**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Evolução) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BARBOSA, J. C. **Pescadores Artesanais e Políticas Públicas**: o Pronaf em Anchieta ES. 2009. 128p. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/4123>. Acesso em: 09 jul. 2021.

BARBOSA, V. L.; D'ÁVILA, M. I. **Mulheres e Artesanato**: Um 'Ofício Feminino' no Povoado do Bichinho/Prados-MG. Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, João Pessoa, v. 17, n. 1, ago. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/28197>. Acesso em: jul. 2021.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. **Produção e consumo de alimentos:** o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 14, n. 19, p. 35, 2000. DOI: 10.48075/rfc.v14i19.8026. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8026/8028>. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura:** a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205-227, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo:** notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, p. 11-22, 1994.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

DANTAS, Vanda Maria Campos Salmerson. **Nas marés da vida:** histórias e Saberes das mulheres marisqueiras. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277473147_AR-QUIVO_FAZENDogenerook.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo - PEPM/ES.** Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Vitória, ago. 2019, 877 fls. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202019/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20PARA%20MULHERES%20-%20REVIS%C3%83O%202019%20-%20ATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural.** IN: BUTTO, A. (org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.168p.

FERNANDES, Rôner de Souza; SILVA, Alessandra Maria da; FALCÃO, Rayane Pagung. **A pluriatividade como fator de geração de renda para a agricultura familiar de córrego primavera, Rio Bananal, Espírito Santo, Brasil.** Extensão Rural, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 52-72, 2018.

FIGUEIREDO, Marina Morenna A. **O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal.** Revista Feminismo. Universidade Federal da Bahia, v.2, n.1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30024/17758>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GOMES, A. P. de O; SANTOS, J. R. N dos; SANTANA, T. T. S. **Sistemas Agro-florestais Como Alternativa de Enfrentamento do Êxodo Rural.** Rjlb, Lisboa, v. 3, n. 6, p. 192-212, 2020.

GREGIO, J. V. **Agricultura Sintrópica:** Produzindo alimentos na floresta, das raízes do aipim ao dossel das castanheiras. 2018. 139 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

GUIMARÃES, L. A. de O. P.; MENDONÇA, G. C. de. **Agricultura sintrópica (agrofloresta sucessional):** fundamentos e técnicas para uma agricultura efetivamente sustentável. Incaper em Revista, Vitória, v. 10, n. 1, p. 6-21, 2019.

HENN, I. A. **Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário.** In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6901#resultado>. Acesso em: ago. de 2021.

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER 2020 – 2023.** Itapemirim, 2020. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Itapemirim.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

_____. Sistema de Informações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sia-ter). **Lançamento de ATER**. Disponível em: <https://intranet.incaper.es.gov.br/siater>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Gênero, trabalho e pesca artesanal**: troca de saberes entre academia e comunidades tradicionais. Recife: EDUFPRPE, 2013. Disponível em: <http://mulhereciencia.com/wp-content/uploads/arquivos/genero-trabalho-e-pesca-artesanal-WEB.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Cartilha PAA Final**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pdf. Acesso em: jun. 2021.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: jun. 2021.

MELO, Márcio Antônio de et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. Agric. São Paulo, 50(1): 11-24, 2003.

MELO, H. P.; SABBATO, A. D. **Mulheres rurais**: invisíveis e mal remuneradas. In: Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 260 p.

OLIVEIRA, Magda Matos de. **Atividade pesqueira e marisqueira feminina**: as condições de saúde e adoecimento da mulher no município de Paripueira. Maceió: Centro Universitário Tiradentes, 2018. 118 f. Disponível em: http://sotepp.unit.br/wp-content/uploads/2019/08/2018_Atividade-Pesqueira-e-Marisqueira-Feminina-as-condicoes-de-saude-e-adoecimento-de-mulher-no-municipio-de-Paripueira.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **O papel da mulher na segurança alimentar | FAO no Brasil**. out. 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>. Acesso em: 11 set. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve**. Ciência Hoje, Florianópolis. v.5, n.28, 1987.

PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

PAZ, M. L. C. **A dinâmica da cadeia produtiva da pesca no desenvolvimento de políticas públicas para região costeira do Espírito Santo**. 2018. 49 f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Oceanografia Ambiental) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10200_Disserta%E7%E3o%20-%20A%20cor%20rela%E7%E3o%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20pesca%2020-08-18.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

PEREIRA, Maria Aliene de Jesus. **As amarras das políticas públicas**: o impacto do Programa de Aquisição de Alimento no Assentamento Nova Conquista/ES. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017.

PEREIRA, Maria Aliene de Jesus. **Educação Popular**: Experiência e vivência de Militância do Assentamento Nova Conquista. Monografia. São Mateus: UFES, 2003.

PMA. Prefeitura Municipal de Alegre. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Alegre, 2010.

PRIMAVESI, A. M. Itaí. Em: DE OBRAS RARAS FAUSTO CASTILHO (UNICAMP), B. (Ed.). **Biografia**. Campinas/SP: Estúdio Irã, [s.d.]. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/biografia/capitulo-13/>. Acesso em: jun. 2021.

SCHNEIDER, Clair Odete et al. **Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural**: um estudo no município de Vitorino, Paraná. Interações, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 245-258, 2020.

SCHNEIDER, S. et al.. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 256 p.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e58051, 2020.

SEAMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. **O que é o Reflorestar**. Disponível em: https://seama.es.gov.br/o_que_e_reflorestar. Acesso em: jun. de 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil demográfico dos artesãos**. 2021. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/artesanato/#sexo>. Acesso em: set. 2021.

SILVA, Alessandra Maria da. **O Pronaf como meio de empoderamento econômico da mulher rural**: uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo. 2019. 346f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019.

SILVA, Alessandra Maria da; SANTOS, Erika Vanessa Moreira dos; PONCIANO, Niraldo José. **A agroindústria familiar como estratégia de reprodução socioeconômica e de emancipação feminina em Linhares, Espírito Santo. Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 22-40, 2018.

SILVA, José Graziano da et al. **Fome Zero**: A experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

SOUSA, Gerlúcio Moura Bezerra; ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Gênero e acesso ao crédito rural na associação municipal mulher flor do campo em Pernambuco**. Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v. 24, n.4, out./dez. 2017.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. **Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar**: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) , Polis [Online], 44, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: 01 mai. 2019.

STUANI, Camila et al. **Jovens herdeiros**: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. **IX EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, Passo Fundo, 2016.

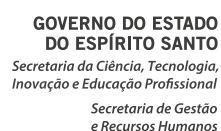
THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado. História Oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOMMER, D. H., & CASSOL, C. V. (2014). **A participação Feminina na Gestão da Propriedade Rural**: cuidado que qualifica e humaniza. In COTRIN, D. (Org). Desenvolvimento rural e agricultura familiar. Emater/RS-Ascar, Porto Alegre, Brasil, v. 3, p. 469-493, 2014. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses//E_Book3.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

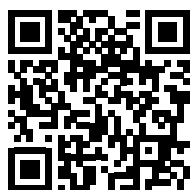
QUEM SÃO ELAS?

O livro, escrito de forma conjunta com profissionais da Seag, Incaper e Idaf, traz relatos de histórias de vida e trabalho, da formação de associações, grupos e experiências de Ater, cujas protagonistas são as mulheres que fazem parte do projeto “Elas no campo e na pesca”, coordenado pela Seag, com gestão técnica e operacional realizada pelo Incaper.

Apoio



Realização



Acesse gratuitamente a
produção editorial do Incaper.



DOI: 10.54682/livro.9788589274418